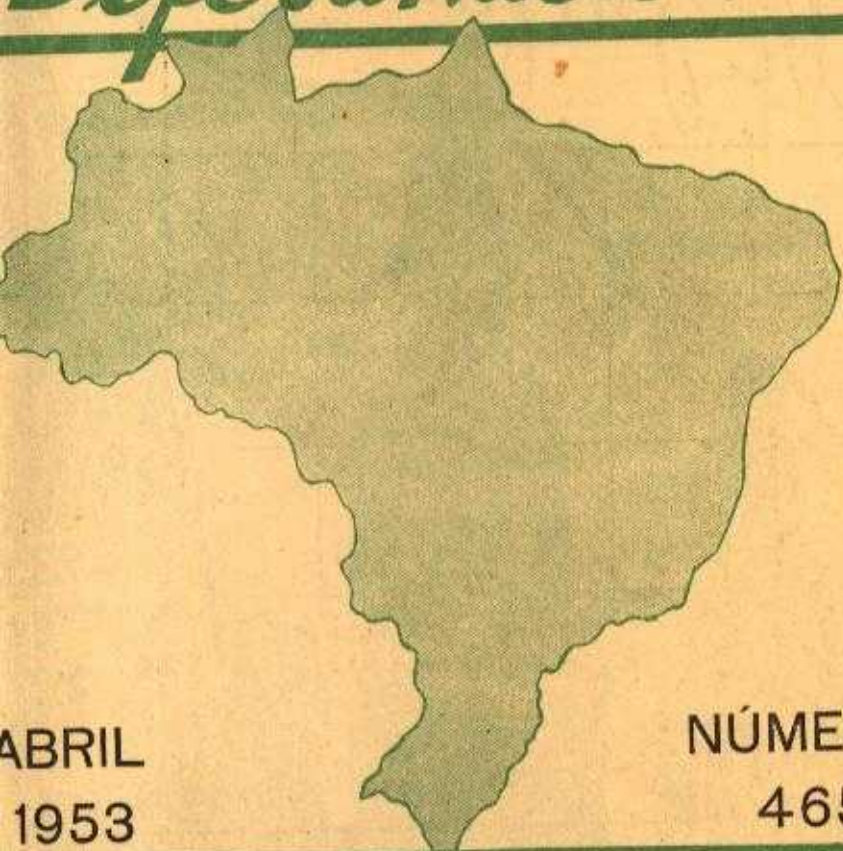


Defesa Nacional



ABRIL
1953

NÚMERO
465

General **JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA**, Diretor-Presidente.
General **ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO**, Diretor-Gerente.
Coronel **ADALARDO FIALHO**, Diretor-Secretário.

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XL

BRASIL — RIO DE JANEIRO, ABRIL DE 1953

N. 485

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
Princípios de guerra ou senso comum? — Trad. do Cel. Adauto Castello Branco Vieira.....	7
Divagações táticas sobre a guerra relâmpago — Trad. dos Majs. Cesar Gomes das Neves e Heráclides de Araujo Nelson.....	15
O restabelecimento da mobilidade no campo de batalha — Trad. do Tenente-Coronel M.A. Pires de Azambuja.....	23
Geografia militar — Cel. Ivano Gomes.....	29
Análise de situações táticas à luz do velho método de Descartes — Tenente-Coronel João Baptista Peixoto.....	33
Aprendizado ou prática da educação física — Maj. Méd. Dr. Armando Bergamini.....	39
Uma realidade e uma vitória a fábrica de calçado do Estabelecimento Central de Material de Intendência — Cap. Mario Marques Ramos.....	43
Instruções para os seleccionadores (Conclusão) — 1º Ten. Gustavo Lisboa Braga.....	49
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
O tipo brasileiro — seus elementos formadores — Prof. Oliveira Viana.....	53
Federalismo e Democracia — Prof. J.P. Galvão de Sousa.....	55
A influência geopolítica do mar — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller.....	71
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
A defesa da paz — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller.....	77
As Forças Armadas e a construção nacional — Cel. J.B. Magalhães.....	89
A União Católica dos Militares e o Exército — Padre J. Busato.....	97
DIVERSOS	
Hevea brasiliensis — Gen. Manoel Ignacio Carneiro da Fontoura.....	101
Vítimas do dever — Padre J. Busato.....	103
O forrageamento de rebanhos pelo feijão soja — 2º Ten. Q.A.O. Vasco Ribeiro da Costa.....	105
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	109
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....	113
ATOS OFICIAIS.....	121



21 DE ABRIL

A data de 21, a transcorrer neste mês e que nos recorda o martírio de Tiradentes, sugere-nos algumas considerações sobre o conceito de independência.

Não é possível a uma nação conservar a sua independência sem, antes de tudo, manter íntegros os fatores de sua respectiva nacionalidade, ou sejam a raça, a língua, a religião, a tradição, os interesses comuns, os costumes e, no nosso caso particular, as Forças Armadas.

Manter a integridade desses fatores é conservar a unidade da nação, vale dizer, a sua própria independência.

A base física dessa sobrevivência está na unidade geográfica e a esse respeito muito pouca coisa temos feito para corrigir, por meios materiais, a nossa geografia dissociativa. E populações que vivem em compartimentos estanques acabam por perder os traços comuns.

Vastos impérios antigos, tais como o romano, o mongólico e o chinês puderam durar séculos porque contaram com uma bem organizada rede de comunicações.

O império romano, por exemplo, dispôs de quase cem mil quilômetros de bons caminhos, cujos traçados e obras de arte ainda hoje admiramos.

Quanto a nós, só hoje realizamos as ligações rodo e ferroviárias entre o Norte e o Sul do país e bastou que as completássemos para que as populações interessadas se pusessem em marcha.

Não cabe aqui discutir os malefícios econômicos que a transmigração unilateral das populações nordestinas para o Sul do país vai acarretar para a região do chamado "Polígono das Secas", mas ressaltar tão somente os benefícios que, sob o ponto de vista da unidade da Nação, vem trazer a inter fusão de tão vastas correntes de sua população, propiciada pelos novos caminhos Norte-Sul.

As vias de comunicações, de qualquer forma, aproximam as populações e as lançam no cadinho da cultura comum.

E já que tocamos em possibilidades materiais para corrigir deficiências geográficas, não podemos deixar de nos referir ao maior dos nossos erros, ou seja à conservação da capital federal na orla litorânea.

A sua interiorização traria como corolário imediato o desenvolvimento das vias de comunicações para ligá-la aos quatro cantos do país, com tôdas as vantagens que daí adviriam para o fortalecimento dos laços da nacionalidade.

Conservando-a à beira-mar, como o fizemos, bem como quase tôdas as capitais dos Estados litorâneos, contribuímos para o relaxamento, senão mesmo degeneração dos nossos costumes e das nossas tradições, pois as populações litorâneas, em contato direto com povos de tôdas as raças, sempre foram, em tôdas as partes e em todos os tempos, populações de caráter cosmopolita, comercial e poliglota e para as quais os interesses imediatos primam sobre todos os outros.

Basta atentar-se para a quantidade incrível de edifícios e lojas com nomes estrangeiros que se erguem na capital federal, para se aquilatar da rapidez com que se esquecem ou se omitem as nossas mais caras tradições e costumes.

Dissolve-se o caráter nacional na idolatria dos Deuses de além-mar.

Ao contrário, viaje-se para o interior e verificar-se-á que lá estão as fortalezas da unidade nacional.

A maioria das ruas de Belo Horizonte, por exemplo, ostenta nomes das nossas primitivas nações indígenas. Essa trepidante cidade, aliás, em vias de se ligar a todos os pontos do Estado por meio de um soberbo plano de vias de comunicações, é uma lição e u'a amostra viva do que seria, hoje, a capital do país se transplantada, há 50 ou mais anos atrás, para o planalto central do país.

É no interior e não no litoral que estão todos os elementos materiais e culturais que hão de fazer grande e forte o nosso amado Brasil e tudo devemos fazer para preservá-los.

A vinda de colonos japoneses e de deslocados da guerra, elementos racialmente infuzíveis ou desajustados é, sem entrar no mérito da vacilante política imigratória do país, outro fator perturbador e ameaçador da unidade nacional.

Os maiores responsáveis pela nossa preservação antropológica condenam-na e indicam o tronco ibero-italico para continuador da nossa unidade racial.

A raça, portanto, bem como a tradição e os costumes abalam-se ante os golpes demolidores desse inimigo que se poderia chamar "indiferentismo nacional" que a tudo fecha os olhos.

A própria língua e até a religião, que sempre foram tidas como os maiores baluartes da nacionalidade sofrem hoje a ação corrosiva de fatores negativos.

O cinema estrangeiro é o principal agente dissolvente da língua, ao qual podemos acrescentar o diletantismo dos cronistas da imprensa diária, que nada podem escrever sem enxertar termos estrangeiros na língua vernácula.

E quanto à Religião de Cristo, sob cujo signo nascemos e à sombra da qual temos conservado até hoje a pureza de costumes e os foros de povo ordeiro e pacífico, doloroso é verificar quanto é desrespeitada ante a ação nefasta do comunismo que invade e debilita o organismo nacional.

E o Brasil, que não conhecia os ateus, tem-nos, hoje, às centenas de milhares na pessoa de brasileiros de uma casta especial que não vacilam na violência e no entregar o país ao domínio de uma potência asiática.

Finalmente, a coesão das Forças Armadas é o último alvo dos vendilhões da Pátria.

No dia em que elas se fenderem — e infelizmente já temos alguns tráfugas — então tudo estará perdido.

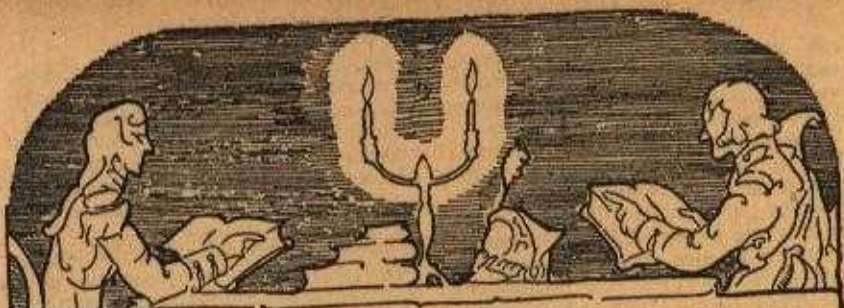
Não podemos admitir em nossas Forças, como não podemos tolerar em quaisquer dos setores administrativos do país, nenhum elemento cuja fidelidade à Pátria e ao regime seja posta em dúvida por um instante sequer.

Vigilância e união, sobretudo união, são, pois, as palavras que comandam o conceito de independência.

Para Toynbee, o grande historiador inglês, restam hoje quatro civilizações das 21 que já foram identificadas e individualizadas no curso da História. Essas quatro são a Ocidental, a Islâmica, a Índica e a Extremo-Oriental.

Cabe-nos escolher.

Ou manter a nossa união e nos conservarmos livres no seio da civilização ocidental, a depositária do cristianismo e da cultura greco-romana ou desaparecer como nação e nos entregarmos ao jugo de civilizações que perderam a vitalidade e a capacidade criadora, a não ser para escravizar povos e desumanizar o homem!



CULTURA PROFISSIONAL

PRINCÍPIOS DE GUERRA OU SENSO COMUM?

Coronel PIERRE PAQUIER

(Traduzido de "Forces Aeriennes Françaises", pelo Coronel ADAUCTO CASTELLO BRANCO VIEIRA)



A PERMANÊNCIA dos princípios de guerra — concentração dos meios, economia das forças, liberdade de ação — traz como consequência necessária, o

bom senso.

O bom senso do chefe militar (em sã lógica não há senão um "senso comum" a todos, civis e militares) é, não-lo concederão, o senso delicado do verdadeiro, do razoável, do concreto: não a faculdade separada mas complexa, resultante de todas as faculdades aplicadas, em concurso e em ordem, para julgar uma situação militar em tempo e lugar dados.

Mas de que maneira julgar?

Precisamente de acordo com os princípios da arte militar que fizeram, na história das guerras, um sucesso singular.

A esses princípios, que são deixados muitas vezes dormir nos arquivos dos serviços históricos, é preciso lhes dar corpo, aplicando-os

à missão e aos meios, de um lado, ao inimigo, do outro. Mas também ao terreno, às distâncias, às informações, às transmissões, às circunstâncias atmosféricas, a todas as condições da ação militar, sem esquecer a logística, para goáudio dos defensores da terminologia moderna.

Enfim, a esses mesmos princípios, o bom senso dá apoio. Mas quem diz bom senso entende: base certa, base sempre uma.

Base certa: os julgamentos do bom senso não devem vacilar ao sabor da impressão, da fantasia, do humor. Senão é mais letargia que atividade de espírito.

Base sempre uma, pois dados concretos não se discutem, tanto nas manobras de dupla ação como nos exercícios de quadros sobre a carta e no terreno: autonomia e teto de nossos caças de interceptação, rapidez, tonelagem útil de nossos bombardeiros táticos, tempo de carregamento, cadência de tiro, equipamentos, transmissões radioelétricas, canhões automotores blindados, car-

Talvez para o militar que é colocado em estreita situação tática e com tanto mais força quanto o quadro tático for mais limitado, as necessidades mais definidas, as dificuldades mais imediatas. Mas raramente, se o homem for instalado diante de uma operação estratégica onde a abstração pode ter livre curso para trazer todos os meios à ação decisiva. Desde então, o espírito forte toma campo, regeita todos os auxílios à navegação. E realiza, apressadamente, uma superioridade de forças em um ponto dado, sujeito a alongar sem pejo as linhas de comunicação. Como se fôsse suficiente bater com o pé para fazer sair do chão invencíveis exércitos!

Onde os elementos concretos estão engajados, onde os meios precisos tornam-se necessários, onde palavras particulares como "armamento" e "performances" se substituem a termos gerais, assim como "superioridade aérea" e "potência de choque", a verdade se reconhece. Torna-se a passar por caminhos trilhados. A certeza cessa de ser impossível à reflexão de boa fé. Pois o bom senso e a lógica se prendem à natureza do homem e das coisas e são, para quem ama clareza e simplicidade, de todos os lugares, de todos os tempos. E ei-los contra o disparate e a favor da unidade do julgamento militar!

Tendes por verdades mestras os princípios da guerra. Fortalecidos com essas regras invioláveis, analisais vossos meios à vista das exigências de vossa missão. Se forçais essa análise por inadvertência, se por precipitação negligenciais os tempos mortos, se não obstante os escrupulosos cálculos de vosso chefe de estado-maior, passais além disso para o golpe decisivo, ireis direto ao arbitrário, à solução artificial e, por consequência direta, ao insucesso no dia do perigo.

O chefe que, em toda medida e probabilidade, faz o balanço de suas necessidades e de seus recursos, enumerando cada parágrafo, procurará estender suas possibilidades sem jamais as ultrapassar. É o bom senso que manda circunscrever, com precisão sobre a carta, o espaço

operacional, traçar com minúcia o eixo do esforço e as linhas de comunicação, proporcionar a manobra à importância do vulto da batalha. E ainda o bom senso que exige apoiar constantemente a manobra sobre números: por exemplo, para uma operação aerotransportada, número, tipo e capacidade de aviões-transportes necessários para transportar uma divisão leve, um grupamento de artilharia ou um grupamento blindado a uma distância dada.

Para essa tarefa tão concreta é preciso espírito e do melhor: do mais exercitado, do mais penetrante. Quantas nuvens dissipadas, quantas dúvidas desfeitas, por um chefe de estado-maior, de senso firme, quando ele se mostra às vezes cavalcando quadros de dotações e de efetivos, regulamentos e métodos de emprêgo, quando só abre reverentemente os documentos de objetivos, as instruções táticas sobre a caça, o reconhecimento e o bombardeio, quando compulsa com minúcia, mas talvez com certa destreza empírica, as fichas de informações sobre as toneladas de explosivos ou os alcances práticos de detenção radar!

Tal general discute, raciocina, disserta sobre geopolítica ou mesmo psicopolítica, fala sobre a inter-ação das três armas, se mostra hábil em palavras. Toma nomes abstratos por realidades concretas. E a coragem de espírito não lhe falta para engajar frotas aéreas, até o corpo de batalha inteiro, além da calota ártica e ainda menos para tornar firme um plano ofensivo nas planícies do Norte da Alemanha. Pelo menos sua sagacidade tem limites tanto quanto seus conhecimentos técnicos. Uma inteligência, que se supõe tão luminosa, não ilumina à primeira vista uma situação de guerra. A idéia de manobra não surge de repente como a água jorra às vezes das areias do deserto. Uma base de operações, qualquer que seja a mobilidade de seus serviços, não nasce espontaneamente ao pedido. No longo trabalho de deduções onde nos leva uma operação combinada moderna, as dificuldades crescem, em mil detalhes,

à medida que nos aproximamos dos fatos.

Querer pensar fora do concreto é se obrigar a pensar fora do senso comum. Assim, esse general do ar citado por Liddel Hart, que "dissociava cálculo e probabilidades" e em seguida desencadeava suas esquadilhas sem as plataformas, as pistas de cimento e as infra-estruturas indispensáveis à manobra aérea. Espantem-se, por conseguinte, desta outra tirada de Paul Valéry :

"Eu desconfio muito do general que generaliza e que descança da tarefa sobre seu estado-maior."

Nada há como o real para aproximar cérebros brilhantes, e mostrar a fraqueza do espírito humano. Nada há como o pormenor para acusar a fragilidade das improvisações demasiado lógicas, demasiado cartesianas, demasiado piramidais que permitem sem um tiro, a vosso general, ser o mais forte no ponto e no momento que ele escolheu para arriscar tudo, todas as reservas lançadas contra a ala móvel do dispositivo inimigo. Nada há como os fatos iluminados por luz crua, para dar o senso do relativo, tão raro nos críticos militares à moda Douhet, para o qual "a amplitude do espaço operacional não é uma dificuldade."

O grande chefe que fala de uma "poderosa concentração de fogos" evita muitas vezes, em seu plano de manobra, materializar seu pensamento dizendo o número, o tipo e o aprovisionamento das bôcas de fogo, dos aviões ou dos engenhos que participam dessa concentração.

O caça que assume o compromisso de interceptar uma expedição fica menos categórico quando se inclina sobre os meios muito limitados de detecção eletromagnética e de filtragem de uma estação principal de radar. E se limita então a garantir a cobertura momentânea dum objetivo ou uma protecção temporária sobre zona.

O termo "informação instantânea", que empregam nossos críticos militares em moda, é um vocábulo impróprio por tudo o que ele encerra de fictício. Não há infor-

mação instantânea no sentido matemático da palavra instante. FOCH que era politécnico afirmava que "uma informação sobre o inimigo pertence sobretudo ao passado". Assim, quem diz informação diz demora. Ao vosso teórico definir, por um número, a duração, tão rápida de compreender, da transmissão da informação. E se essa informação vos é dada pelo aviador que é obrigado a decolar, ganhar altura, explorar, fotografar, revelar seu film, transmitir e talvez combater, prevê-se que esse "instante" parece muito com o do cabeleireiro que quer reter o cliente apressado.

Verdadeiramente, nenhuma experiência é melhor que a que se dá a si mesmo. Tenho sempre diante dos olhos a imagem dum homenzinho de calças vermelhas, que, há uns trinta anos, se assemelhava como meu irmão. A este menino-soldado, o capitão instrutor do Prítaneu Militar dizia, escandindo as palavras:

"Uma missão, meus, um prazo". E insistia: "Um prazo, sempre um prazo".

Enfim, quando, sobre um ponto preciso e concreto de tática, o litígio chega a dois resultados contraditórios, qual o meio de admitir que essas duas proposições têm o mesmo valor ?

Um dos juizes militares tem razão, ou se engana menos. O critério é a eficácia. E aqui que jogam o bom senso e a experiência dos homens para fazer ficarem de acordo dois espíritos distintos, mas até então divididos por especulações sobre guerra fria, guerra quente e guerra total, a estratégia das coalizões, a resistência das zonas estratégicas e das vertentes defensivas, o emprego da bomba atômica ou da bomba de hidrogénio.

Se vosso adversário não tem razão, ele se acha muitas vezes experimentado em lógica. Vós só o convenceréis guiando sua atenção sobre os fatos e, repisamos, sobre o "aide-mémoire" de estado-maior. Aos fatos, base sólida, não se pode afrontar de cabeça baixa. Por si sós eles nos dão a perceber a pressa.

do impulso e a fraqueza do raciocínio.

A superioridade técnica está ao lado do Mig 15 ou do F 86? Comparai os dois canhões de 23 mm e o canhão de 37 mm do caça russo às metralhadoras de 12 mm. 7 do Sabre, as "performances" acima de 30.000 pés, a blindagem dos dois aparelhos, o equipamento rádio. Conclui por critérios preciosos.

"Não vejo senão os fatos, dizia Napoleão à Murat: os canhões sem balas, as tropas sem viveres, os soldados sem calçados, os feridos sem curativos... Calcule-me tudo isso e sem demora."

E à Berthier:

"Quantos cartuchos por homem?" Eu digo "quantos". Responda-me certo e não me embarace com explicações."

Assim falava o chefe ao tempo em que os homens iam a pé ao combate. Mas o general de 1951 não terá uma linguagem muito diferente:

"Quais são as vossas bases de estacionamento? Onde estão vossos campos de trabalho? Quais são suas dimensões, seus equipamentos, suas defesas? Sobre que margem de previsão pode contar tal controlador de operações? Que quantidade de combustível levam vossos caças? Que consumo nos diversos regimes?..."

Questões máximas para o chefe do estado-maior e não minúcia ociosa, exceto para o general que nunca viu uma rede de transmissões fraca, P.C. muito afastados, duas ou três saídas de observação malograrem uma após outra, três ou quatro equipagens de reconhecimento abatidas sucessivamente pela caça (donde solução de continuidade nas informações), um intérprete se atrasar em suas conclusões, uma expedição de bombardeio não cobrir o objetivo, uma outra falhar ante uma ponte ou uma via férrea, e até caças de apoio aéreo metralharem tropas amigas.

"Na Coreia, foi declarado na Câmara dos Comuns, caças aliados lançaram bombas (napalm) sobre tropas britânicas, os elementos avançados dos ingleses tendo per-

dido contacto rádio com as retaguardas."

Ai estão fatos, que digo? fatos comuns na guerra. Eles não permitem ao chefe do estado-maior deixar a um segundo tenente o cuidado de regular os pormenores. Pois é de pormenores que vive o combatente. E o homem não é o elemento essencial?

Fora do concreto a evidência se escapa, as opiniões se dividem, os raciocínios se fazem peremptórios. A competência não se afirma indispensável a quem adianta um julgamento e não exprime senão um medíocre atrativo em fixar seu espírito sempre sobre essas mesmas minúcias tidas como fastidiosas.

"Emprêgo de manobra!" dizem os grandes espíritos que, tomando a coisa por alto, só têm a se lançar, levados ao fim pelo jato reto da inspiração. E esquecer o muito sensato Turenne que repreendia o Cavalheiro d'Eon:

"Não trabalhai o suficiente. Tudo o que se pretende deixar à inspiração, é deixado à sorte."

É demasiado fácil dissertar sem dados precisos sobre a interceptação por caças transônicos guiados pelo radar, ou a colocação em ação de engenhos-foguetes a distâncias intercontinentais. No mundo da física nuclear e dos "robots" eletrônicos o campo está livre ao pensamento aventureiro. A operação mais complexa se faz pronta e enérgica na manobra sem inimigo. Mas se vos voltardes para a terra, não encontrareis, nas vossas plataformas os engenhos eletrônicos, mas alguns "Vampire" e F 84 com os quais amanhã entraremos em campanha. Analisareis os fatos com sangue-frio. E em vista do relatório das forças em presença que, à primeira leitura, não deixará de nos inquietar, se se trata de disputar a linha do Elba ao inimigo ou de resistir sobre o Reno sem idéia de recuo.

Tendes um contraditor? Mergulhai-o na técnica, em elementos definidos. A esse homem, que vive nos píncaros, fazei precisar uma direção de esforço, articular um desenvolvimento, dosar um dispositivo, calcular o tempo necessário, a

uma concentração, estabelecer a lista, por ordem de valor, dos objetivos mais "compensadores".

Montar um "planning" não é tão difícil. Mas é preciso sempre, em nossas disposições, contar com as faltas dos indivíduos. Nada como o erro humano contra as antecipações sem fundamento. Desorientado, impotente, vosso antagonista restringirá suas pretensões avançando no problema prático; ele tomará cuidado com a minudência, se retardará a considerar com flexibilidade todas as faces do real, a obedecer às condições da experiência. Ele despojará sua lógica duma certa aspereza seca e brutal. E se ele tem o espírito sensato, honesto, cessará de argumentar verdades de direito contra certezas de fato. Ele ganhará insensivelmente

esta polidez da convicção que não se encontra sempre entre os militares. Ele olhará a coisa em si, pois tudo, na guerra, é transação de circunstâncias, portanto de julgamento.

"A guerra, dizia FOCH, não vive senão de realidades postas em jogo num tempo determinado. Essas realidades são as linhas de defesa naturais, as organizações defensivas, os efetivos, os armamentos, os recursos, tudo o que se pode medir, arrolar, calcular."

Sim, a arte militar não procede nem unicamente da inteligência, nem da razão pura. É preciso sempre conduzi-la ao concreto. Eis por que ela se chama arte e, dizia Napoleão, "arte simples e toda de execução".



DIVAGAÇÕES TÁTICAS SOBRE A GUERRA RELÂMPAGO

Comandante JOSÉ LUIS JORRETO MÓGICA
Professor da Escola Superior do Ar — Espanha

Traduzido de "Ejército" pelos Majores CESAR GOMES DAS NEVES e HERACLIDES DE ARAÚJO NELSON



DURANTE a Primeira Guerra Mundial, ocorreram dois fatos de grande importância para a evolução da Arte Militar em época posterior. O primeiro deles foi o aparecimento dos carros de combate, aos quais tanto vencedores como vencidos, atribuíram a vitória aliada de 1918. O segundo passou despercebido para uma grande parte dos profissionais, conservando-se como um segredo de grande valor para o desenvolvimento da manobra — no cérebro dos mais distintos chefes do Exército alemão. Este segredo que explica como os dirigentes militares da Alemanha e da França puderam chegar a conclusões diferentes, partindo de idênticas premissas, consistia em uma nova técnica do combate ofensivo, definida por Von Seeckt com apenas duas palavras. Estas palavras iam ser o raio de luz que, atravessando as trevas da nossa arte, estancada na guerra de posição, daria novo impulso à manobra. "Mobilidade, flexibilidade"; eis aqui as duas famosas palavras de Von Seeckt.

Sabemos muito bem, ao expor os anteriores conceitos, que despercebemos a atenção e o interesse do leitor com idéias pouco apropriadas para impressionar o seu espírito. Por isto pedimos-lhe que reflita para que possa situar-se no tempo e no ambiente em que foram expostas pelo genial criador do Exército dos 100.000.

Época lamentável para a Arte Militar! A surpresa, o mais no-

tável dos princípios, era infringido continuamente nos campos de batalha; a concentração e o deslocamento inicial das Grandes Unidades e da artilharia de reforço malograva a surpresa. Sem dúvida, opina o Major Bauer, "os comandos aliados e alemães conheciam o valor deste princípio e trataram de restabelecer o equilíbrio entre as normas básicas da ação ofensiva: surpresa, potência e aproveitamento do bom êxito", reflexo de nossos três princípios gerais: surpresa, ação de conjunto e vontade de vencer.

Porém os meios empregados durante a Primeira Guerra Mundial não permitiam resolver este problema. A artilharia era muito poderosa, mas não tinha mobilidade para seguir os infantos quando penetravam profundamente no interior da posição inimiga; a infantaria possuía mobilidade suficiente para a manobra de ruptura, porém carecia de potência para continuar o ataque com os seus próprios meios, além da zona tratada pela preparação. O Major Bauer expressa também essa idéia, nada original, por certo, dizendo: "O salto à frente da artilharia foi a pedra onde tropeçaram as mais poderosas ofensivas de 1918".

Em uma palavra: a ofensiva, tão poderosa como se desejava, mostrou-se incapaz de dar à guerra uma solução militar correta, porque substituiu o valor da surpresa e porque este erro, que hoje pode corrigir-se pela manobra, não podia ser retificado então pelo excessivo peso dos centros de gra-

vidade do ataque. A ingente quantidade de materiais e projetos que eram consubstanciais com a ação de romper, não permitia mudar com facilidade e rapidez o ponto de aplicação do esforço, e a ofensiva tinha que reiterar sua impulsão nas direções assinaladas pela idéia de manobra original, processo que, além de uma simples reiteração, constitui a negação da arte.

Esta é a razão por que concedemos uma importância capital à nova técnica ofensiva que, observada por Von Seeckt no fundo complexo do combate da Infantaria, pedia um instrumento móvel e um comando flexível para deslocar o centro de gravidade do ataque, orientando-o sobre os pontos mais fracos do inimigo, para empregar as reservas em aprofundar e ampliar os êxitos locais do primeiro escalão e em aproveitar o êxito e perseguir, com encarniçamento tal que não permita ao adversário recobrar o equilíbrio do dispositivo e da organização do comando, quebrados pelo impulso insopitável do ataque.

E por isso, também, permitimo-nos relacionar — o leitor dirá se com excessiva audácia — o aparecimento do carro — cavalo de Troya que não foi criado para a nova tática — e esta concepção "vonseecktiana" da batalha que não foi observada no campo da nova técnica. O carro de combate era o instrumento móvel e potente que necessitavam os cérebros flexíveis da escola de Von Seeckt.

Quando se inicia a Segunda Guerra Mundial, a realização mais perfeita entre as Grandes Unidades é a "Divisão Panzer" alemã, à qual se chega aparentemente, de um só golpe. As limitações do Tratado de Versalhes deram ao comando alemão tempo e ocasião de refletir, e os precursores germânicos da arma blindada pediram à técnica o instrumento potente, móvel e flexível que necessitavam para pôr em prática a nova teoria. As Divisões Panzer alemãs foram, antes de tudo, uma criação do espírito, a consequência de uma análise minuciosa, demo-

radá e germânica dos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial.

O comando francês, que se lançou à última hora pelo caminho da mecanização, não sentia a necessidade de modificar substancialmente seus processos "infalíveis" de 1918. Teve que aceitar a criação de algumas Grandes Unidades ligeiras e blindadas, porque julgava resolver com elas a manobra de exploração; porém seu espírito permanecia inerte diante dos problemas da velocidade e da mobilidade que ficaram em suspenso para conseguir a ruptura: a primeira manobra e fundamental para chegar à retaguarda do adversário, condição indispensável para explorar e aniquilar.

Tem-se repetido muitas vezes que a Primeira Guerra Mundial não foi uma guerra "curta e de manobra", como preconizavam Frederico da Prússia e Napoleão, porque a Cavalaria mostrou-se incapaz de aproveitar o êxito do ataque. Semelhante afirmação, que se poderia aceitar para o conjunto de operações que precederam a estabilização das frentes, não nos parece inadmissível a partir daquele momento. Em primeiro lugar, porque quase nunca se chegou a consumir a ruptura e, em segundo, porque quando a Infantaria pôde dominar os elementos mais atrasados das organizações defensivas, a manobra havia sido muito lenta e as reservas cobriam já o fundo da brecha. Em tais condições, a Cavalaria, aceitavelmente móvel e inaceitavelmente fraca, tinha poucas probabilidades de triunfar. Estas razões induzem-nos a crer que não é possível atribuir o fracasso da manobra de exploração, nem culpar a Cavalaria, que, em suma, nada fez senão arrostar penosamente os erros cometidos na ruptura.

O comando alemão, educado na escola de Claussewitz, sabia que a "defensiva é a forma de guerra mais forte" e que para vencê-la é indispensável romper a cobertura — posições — de um só impulso e manter o comando adversário num desequilíbrio permanente para

que não possa montar uma reação coordenada. Desta maneira, o ataque não se enfraqueceria e seria possível aniquilar o inimigo antes de alcançar "o ponto limite da vitória", onde as forças se equilibram e o ataque perde todas as suas oportunidades.

Para desenvolver até o fim u'a manobra semelhante, parecia necessário:

- obter a surpresa no momento de iniciá-la;

- romper com muita rapidez, e

- aproveitar o êxito com um ritmo superior à velocidade de reação inimiga.

Porém a surpresa, em sua aplicação à Gran-Tática, quando se quer conduzir a batalha até às suas últimas conseqüências, é um princípio de aplicação extraordinariamente complexa. Com efeito, não basta obter-se o segredo do momento e do lugar onde a ofensiva exercerá o esforço principal; a surpresa, na sua aceção mais exata, exige desequilibrar previamente o dispositivo inimigo para que as reservas adversárias ocupem uma falsa posição, com limitadas possibilidades de reação sobre a massa de manobra. As operações do Exército alemão contra a Holanda e a Bélgica tiveram esta finalidade principal.

Porém, isto só não é suficiente; a concentração da massa de manobra, conquanto seja possível, não deve preceder o ataque de diversão, para evitar o risco de que o comando adversário a descubra e resista a empregar as suas reservas numa direção falsa. Isto é, que a concentração, em princípio, deve ter caráter "divergente", reunindo-se as Grandes Unidades nas zonas de partida no último momento. Esta condição leva-nos à idéia de velocidade. A superioridade aérea permite manter um aceitável grau de segredo nos movimentos preparatórios; segredo que é um dos fundamentos da surpresa, mas que não é tão necessário no período anterior à concentração e que, inclusive, pode não ser conveniente dedicando um máximo de ativi-

dade aeronáutica para manter a ficção da manobra secundária.

Uma vez que se tenha conseguido desequilibrar o dispositivo adversário e terminada a concentração da massa principal, é necessário romper com muita rapidez. Uma ruptura lenta, do tipo 1918, permite sempre ao comando inimigo corrigir os seus erros iniciais e modificar a posição das reservas; a guerra em campo aberto — se é que se consegue romper — transforma-se então numa batalha campal e não em uma manobra de exploração sobre a retaguarda, única que pode proporcionar resultados decisivos com o mínimo desgaste.

A rapidez na ruptura é função da potência, que implica em superioridade no ponto decisivo. Para conseguí-la é preciso escolher um setor convenientemente fraco e aplicar-lhe uma ação poderosa. Porém a potência também requer velocidade, porque, uma vez anulada a surpresa de lugar — ao iniciar o ataque —, a manobra pode fracassar se os meios ofensivos moverem-se, durante a ruptura, com mais lentidão que os da defesa.

Os carros franceses não eram menos numerosos nem mais lentos do que os carros alemães; mecanicamente não existiam diferenças essenciais. Porém a velocidade tática é muito diferente da velocidade mecânica, e depende dos processos de combate e, sobretudo, da liberdade de ação. A técnica francesa de que os carros acompanhassem a Infantaria, regulando o seu avanço com o ritmo de combate desta última, opuseram os alemães a motorização dos infantaria para adaptá-los à velocidade dos engenhos blindados. E criaram a aviação tática, com o objetivo de destruir os transportes e as colunas motorizadas inimigas, o que lhes permitiu resolver a seu favor este problema de velocidades táticas e conservar a liberdade de ação durante o curso da batalha. Diz o Major Bauer: "Os 150 carros da 1ª Divisão Blindada francesa converteram-se em 150 fortins, quando os Stukas destruíram, na estação de Avesnes, o

seu escalão de combustível. "Desta maneira escaparam ao comando francês todas as oportunidades de pôr em prática uma tática contra-ofensiva que era muito própria de sua estratégia de esgotamento.

E sucedeu o mesmo na fase de aproveitamento do êxito: a liberdade de ação que proporcionava a Arma Aérea e a velocidade tática obtida com os novos processos de combate frustraram todos os intentos de reação, completamente ineficazes para opôr-se a uma manobra que evoluía com demasiada rapidez. Uma vez quebrado o equilíbrio com a falsa manobra dos Países Baixos, as batalhas da França foram uma aplicação continuada do princípio da surpresa, mantida sob o signo da velocidade, da flexibilidade e da potência: velocidade na concentração, velocidade na ruptura — que é função da potência e da mobilidade dos fogos de apoio — e velocidade no aproveitamento do êxito.

A Divisão Panzer Alemã — carros, artilharia e infantaria motorizadas — não integrava novos meios de combate, porém resolvia harmonicamente o problema da velocidade. Este problema orgânico estava resolvido no Exército francês de uma maneira semelhante. A diferença não era essencial na organização, mas na função; no espírito que devia impulsionar estas Grandes Unidades para conseguir a finalidade tática que convinha à sua estrutura orgânica. Substancialmente, eram distintos os processos de emprego na medida em que eram diversas as idéias estratégicas dominantes: estratégia alemã de aniquilamento com predomínio da ofensiva; estratégia francesa de esgotamento, que não exclui a defensiva, porém que exige muita circunspeção.

Os processos de combate da Divisão Blindada alemã careciam de rigidez. A liderança no ataque dependia da organização das posições inimigas; se estas dispunham de meios anticarros poderosos, atacava a infantaria apoiada pela Artilharia, pelos canhões dos carros e pela aviação tática, que tinha a

missão, uma vez conquistada a superioridade do ar, de isolar o campo de batalha; se a posição era fraca em armas contracarros, atacavam, à testa, os blindados para ultrapassar, com a maior rapidez possível, o período crítico da ruptura.

O combate da Infantaria orgânica das Grandes Unidades blindadas caracterizava-se também, por uma grande flexibilidade: os canhões de 75 mm, sobre lagartas e a companhia de canhões anticarros de 37 mm proporcionavam-lhes uma grande autonomia de combate, pois podiam resolver com seus próprios meios muitos incidentes que, em outros tempos, obrigavam a uma lenta regulação dos fogos de apoio da Artilharia. As Unidades de Infantaria tão pouco experimentavam excessivas preocupações pela segurança e penetravam de maneira audaciosa pelas brechas para atacar pelo flanco ou pela retaguarda as resistências que se opunham às unidades vizinhas; iniciativa concedida aos comandantes do escalão de ataque era muito grande.

Estas idéias e estes processos, nos quais, para se obter e manter a surpresa durante todo o desenrolar das operações, concedia-se grande importância à energia e à rapidez da execução, serviram de base à uma série de batalhas de aniquilamento que levaram o Exército alemão até às portas de Moscou, no outono de 1941. Sua aplicação às operações navais, tornou possível a conquista da Noruega, ante a superioridade indiscutível da esquadra britânica.

Não intentaremos repetir mais uma vez o relato de todas estas batalhas; nosso propósito consiste em expor as causas que determinaram a decadência do sistema que havia proporcionado tão extraordinários êxitos. A nosso ver, foram dois: o esquecimento da doutrina de Von Seeckt e a evolução dos meios e processos defensivos.

Recordamos que Von Seeckt pedia "mobilidade e flexibilidade" no desenrolar da manobra. O primeiro

tropêço da guerra relâmpago correspondeu à mobilidade, e tem um nome e uma data: Moscou, 1941; o segundo devemos consigná-lo à conta da flexibilidade, e chama-se Stalingrado.

Na campanha do outono de 1941, falhou a mobilidade por duas razões diferentes: pela estreiteza da lagarta dos carros alemães, que se não revelaram aptos para moverem-se sobre a neve fôfa de Moscou, e porque a Infantaria, sobre viaturas "qualquer terreno", não pôde acompanhar os carrôs devido às mesmas causas. Contudo é possível recordar as lamentações de alguns comandantes da Arma blindada: "Nossas Panzer sofreram um rude golpe quando a Infantaria, que se deslocava em viaturas sobre rodas, não pôde acompanhar os carros do escalão avançado através os lamacentos caminhos da estepe; foi necessário transportá-la em viaturas sobre lagartas.

Estes erros aparecem corrigidos em 1942; os carros diminuem o seu peso e os infantes movem-se sobre lagartas para a batalha. Sem dúvida, em 1942 é quando naufraga definitivamente a guerra relâmpago. A Infantaria soviética, terrivelmente apoiada pela Artilharia e por pequenas frações de carros, correspondeu uma parte da vitória de Stalingrado; porém a maior parte do fracasso correspondeu a Hitler, que, inexplicavelmente, havia esquecido as lições de Von Seeckt.

Seja-nos permitido recordar que tanto a tática como a estratégia consistem no jogo incessante de esforços ofensivos e defensivos. O comando do ataque procura conhecer o esforço principal da defesa para incluí-lo e quebrar o equilíbrio através dos pontos fracos. O defensor intenta averiguar o futuro esforço do ataque para opor-lhes o centro de gravidade da resistência. Se a surpresa permite ao atacante romper o equilíbrio, o último recurso da defesa consiste em restabelecê-lo pelo contra-ataque, ou criando um novo esforço resistente com as reservas. Estas são idéias gerais; porém para Von

Seeckt, a manutenção de uma direção de ataque, além de uma simples reiteração de esforços, era a causa de todos os reveses táticos. Em Stalingrado foi grande a obstinação de Hitler, por isso foi tão grande a derrota.

Enquanto isto, a revalorização dos processos defensivos fazia um grande progresso; desde a Linha Weigand, com um terço da artilharia de 75 mm incluída nos "núcleos de defesa" da Infantaria, até as posições alemães de El Alamein, cobertas por densos campos de minas, defendidas por peças anticarros de 88 mm e apoiadas por Grandes Unidades blindadas em reserva.

O General Montgomery, em setembro de 1942, tinha que defrontar-se com um grave problema, apesar de que os seus meios: carros Sherman, carros Grant, carros Churchill e peças anticarros até 105 mm, sobre lagartas — haviam alcançado o nível dos materiais alemães. Tinha que romper as posições do deserto e bater depois quatro Divisões blindadas prontas para o contra-ataque.

O General inglês decidiu mudar os processos empregados até então para retornar, na aparência, aos esquecidos sistemas de 1918: preparação de artilharia, abertura de brechas pelos sapadores durante o período de neutralização, ataque da Infantaria apoiada por carros e aproveitamento do êxito e perseguição a cargo das Divisões blindadas. Estamos certos de que a decisão de Montgomery não foi improvisada, mas que respondia a um profundo e minucioso estudo dos meios. Tão pouco acreditamos que as operações de El Alamein representem um salto para trás na Arte militar, nem que se limitem a reproduzir os velhos sistemas da Primeira Guerra Mundial, parece-nos, pelo contrário, que encerram grandes ensinamentos.

É evidente que os carros haviam encontrado uma réplica afortunada nas armas anticarros e que já não era possível romper as posições com a velocidade de 1939. Porém, isto não quer dizer que a mobili-

dade e a velocidade voltaram a sofrer a mesma crise da Primeira Guerra Mundial. O desenrolar posterior dos acontecimentos — no Norte da África, Rússia e Alemanha — demonstra precisamente o contrário. Ao começar nosso trabalho, falamos da velocidade tática, para diferenciá-la da velocidade mecânica; insistimos agora sobre o tema para indicar que se pode avançar com lentidão a uma velocidade tática considerável. Para isto, basta que os nossos movimentos sejam mais rápidos que os do inimigo.

Este problema de velocidade, na ação de ruptura, traduz-se pela seguinte proposição: para atravessar as posições inimigas e vencer em campo aberto, em condições que seja possível a manobra sobre a retaguarda do adversário, é preciso ter a superioridade no ponto escolhido e que os meios de ataque movam-se com maior rapidez do que os da defesa.

A questão da superioridade é muito delicada, porque requer um cálculo inicial muito exato sobre as possibilidades dos próprios meios e dos inimigos e, sobretudo, porque devido a certas vantagens da defesa, uma certa quantidade de reforços pode equilibrar forças muito superiores do ataque. Desta maneira, a conservação da potência depende do ritmo de alimentação da batalha defensiva. Se o atacante move-se lentamente e as reservas da defesa conservam sua liberdade de ação, a batalha de ruptura termina quase sempre numa operação de desgaste.

O problema cinemático da batalha de ruptura não merece ser discutido; o escalão de ataque move-se com menor velocidade que as reservas defensivas, o que sucede quando estas últimas dispõem de meios para neutralizar qualquer intento inimigo de reação. O alcance das armas do Exército de Terra não permite isolar o campo de batalha na profundidade que convém à manobra geral, nem paralisar o movimento das forças reservadas; esta missão corresponde à aviação tática.

Discutiu-se muito, e discute-se ainda a importância relativa dos diferentes Exércitos, discussão sumamente perigosa porque afeta a ligação, que é entendimento moral e intelectual. A honra que possa corresponder a uns e outros no final da batalha não deve cegar o espírito de cooperação que é indispensável para vencê-la. Muitos escritores estrangeiros, especialistas em questões aéreas, obstinam-se em mostrar a incapacidade do Exército de Terra para compreender a influência que exercem na manobra o emprego da aviação estratégica — ataque ao potencial bélico inimigo — e as ações de apoio indireto da aviação tática para neutralizar as bases da aviação tática adversária. Nós podemos compreender tudo isto, porém também queremos recordar que na Líbia, depois de bastantes consequências por ambas as partes, obteve-se a seguinte conclusão: "A Artilharia, a Infantaria, os carros e a aviação devem formar uma única força e quatro diferentes".

E assim chegamos ao final do nosso trabalho, no qual procuramos apresentar um juízo pessoal sobre as possibilidades que ainda estão reservadas à guerra relâmpago.

Nossa opinião é que se não poderá mais fazer distinção entre a guerra clássica e a guerra relâmpago; que somente haverá uma espécie de guerra, que integrará todas as formas e processos conhecidos até agora e os que possam ser introduzidos no futuro. Esta espécie de guerra irá buscar inspiração nos princípios gerais e se realizará mediante a aplicação das normas de ação que deles se derivam. Dentro de cada um dos princípios, classificamos as normas de ação da seguinte forma:

1 — VONTADE DE VENCER

Superioridade da ofensiva e energia no aproveitamento do êxito e na perseguição, para manobrar sobre a retaguarda inimiga, buscando a batalha de frentes invertidas — que conserva as vias de suprimento próprias e corta as do adversário

— com a finalidade de destruir as forças contrárias.

A batalha de perseguição caberá as Grandes Unidades blindadas e pode aperfeiçoar-se ainda com o emprego de Grandes Unidades aéreo-terrestres.

2 — AÇÃO DE CONJUNTO

Concentração, superioridade no ponto escolhido; potência que uma vez obtida a superioridade, mantém-se pela mobilidade do escalão de ataque e pelo isolamento do campo de batalha.

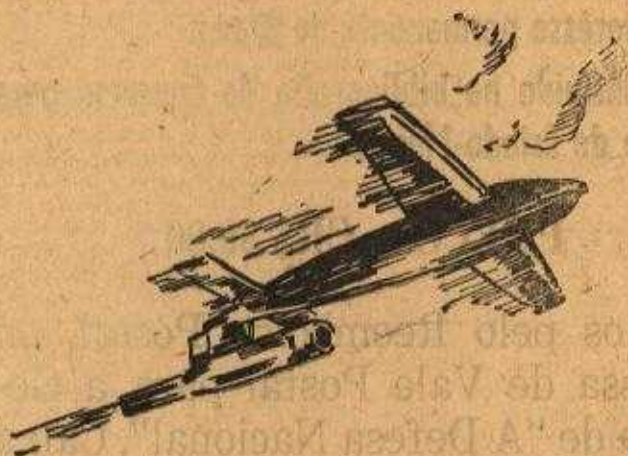
A superioridade no ponto escolhido obtém-se mediante o complexo ofensivo infantaria-carros; a mobilidade, mecanizando-se a artilharia, e o isolamento do campo de batalha, pela superioridade aérea. Assim, pois, a aplicação exata do princípio de ação de conjunto exige a mais perfeita coordenação

entre as diferentes Armas e com o Exército do Ar.

3 — SURPRESA

Segredo na concentração; energia e velocidade na execução; flexibilidade no comando e no emprego dos meios e liberdade de ação no desenrolar da batalha.

A flexibilidade exige grande mobilidade dos meios — Grandes Unidades blindadas — que permite aproveitar as oportunidades criadas pela própria batalha e que pode desconcertar o comando adversário, apresentando-lhe continuamente situações imprevistas. A liberdade de ação provém da localização e paralização, ou destruição, das reservas inimigas para prolongar os efeitos da surpresa inicial até o final da batalha; será criada pela aviação e aproveitada pelas forças de maior mobilidade.



O RESTABELECIMENTO DA MOBILIDADE NO CAMPO DE BATALHA

(Tradução e comentários do Ten.-Cel. M. A. PIRES DE AZAMBUJA ao artigo publicado no n. 2, de 1950, do "Armored Cavalry Journal" e de autoria do Ten.-Cel. GEORGE B. PICKETT JR., do Departamento Tático da Escola de Infantaria de Fort Benning)



UASE todos os pensadores americanos de hoje admitem que, na eventualidade de uma guerra, os Estados-Unidos teriam de utilizar a sua superioridade industrial para compensar a possível superioridade do adversário em potencial humano. Diariamente nossos oficiais superiores acentuam a necessidade de mobilidade — a capacidade de manobrar superiormente nossos possíveis adversários. Entretanto, muitos oficiais têm a errada noção de que motorização e mecanização são sinônimos de mobilidade. Se bem que uma tremenda porcentagem de mobilidade é função da mecanização, ela por qualquer forma constitui o fator único. Nem os Estados Unidos, nem qualquer outra potência atual pode construir um exército completamente motorizado e mecanizado, mas pode construir exércitos móveis. Nossos recursos naturais e nossa potência industrial não são ilimitados, o que exige de nossa nação ainda, como nas guerras anteriores, o emprêgo de grandes massas a pé.

MOBILIDADE PARA A MANOBRA

A mobilidade deve ser tal que nossas forças possam sistemática e repetidamente manobrar superiormente o inimigo no campo de batalha. Embora ambos os adversá-

rios tivessem o cavalo como meio de transporte — os cristãos tinham mais couroça — os mongóis derrotaram os ocidentais em todos os engagements, com superior mobilidade de campo de batalha. Os êxitos dos mongóis não foram devidos ao transporte superior, mas a um sistema melhor de comunicações, que assegurava reações mais rápidas que as de seus adversários às condições mutáveis do campo de batalha. Napoleão manobrou superiormente seus adversários e os derrotou porque a sua organização tinha maior flexibilidade. Se bem que seus exércitos e os de seus oponentes fossem aproximadamente iguais em tropas montadas, sua organização em "Divisions d'Armée" facilitava a manobra mais rápida, pela maior flexibilidade de controle. Entretanto, comunicações superiores e organização flexível não são os meios únicos de aumentar a mobilidade de campo de batalha. Outras considerações exigem ainda a adoção da tática móvel, a utilização máxima da motorização e da mecanização, o emprêgo das forças aéreo-terrestres e a presença de um comando inteligente e agressivo.

DOCTRINA TÁTICA

Consideremos inicialmente a integração da mobilidade na doutrina tática. Um estudo concencioso da tática ofensiva da Segunda Guerra

Mundial revela a sua associação com a rapidez e mobilidade. As perseguições através o norte da França e da Europa Central são, em si mesmas, obras primas de guerra móvel e as lutas demoradas na Normandia e nas Ardenas revelam adequadamente o conceito de mobilidade ofensiva do Exército Americano. Contudo, no quadro da doutrina defensiva, a mobilidade tem sido quase excluída. É verdade que os livros apontam-na como um princípio a ser observado, mas excluem qualquer uso real da mobilidade na inteira discussão da defesa. Nosso atual conceito de defesa estática é baseado ainda numa linha principal de resistência como era a Linha Maginot. A despeito de toda a experiência alemã na Rússia, onde o conceito de defesa móvel surgiu, e de nossa própria experiência nas Ardenas, a doutrina defensiva americana é predominantemente estática. As lições de Verdun ainda não são perfeitamente compreendidas pelos responsáveis por nossa doutrina defensiva. Em Verdun, os franceses tiveram 100.000 perdas mais, empregando a doutrina do "Eles não passarão", do que os atacantes alemães. Apesar disto, nosso exército prega "manter homens numa frente para tomar a ofensiva noutra região". Como? Haverá situações, como em Anzio, em que a posse de um palmo de terreno assume grande importância, mas essa doutrina de "manter a todo custo", quando o objetivo não tem valor militar real, é considerada, pelos generais alemães, como sendo contribuição pessoal de Hitler ao esforço de guerra aliado. Bismarck disse uma vez "Qualquer louco pode aproveitar a sua própria experiência, mas eu prefiro aproveitar a experiência alheia".

Por que não podemos nós?

MOTORIZAÇÃO E MECANIZAÇÃO

Um exército terrestre só pode derrotar outro se tiver igualdade ou superioridade em blindados (mecanização). Há outros fatores presentes, mas todos os exércitos mo-

dernos devem ter uma proporção de blindados tão grande quanto permita sua economia nacional. Esta proporção determina a capacidade de manobra de qualquer exército no campo de batalha. A derrota de Graziani pelos ingleses, no norte da África, tem sido atribuída a muito nebulosas razões. Entretanto, na opinião de Rommel, a razão principal é revelada quando a proporção de mecanização da força de Graziani é comparada à dos ingleses. Embora fosse pequeno o efetivo blindado inglês, a proporção de blindados em relação aos elementos a pé era tremendamente maior que a de Graziani. Tal situação permitiu que os blindados ingleses, aproximadamente iguais em força aos blindados de Graziani, apresentassem, para manobra independente, uma força maior que a destes. Os blindados de Graziani, peitados pelo dever de proteger uma grande massa a pé, foram divididos com esta finalidade. O resultado foi sua destruição em pequenos grupos pelos blindados ingleses. Logo que os blindados italianos foram destruídos, as massas a pé de Graziani entraram em colapso, pela falta de uma defesa contra os blindados ingleses sobreventes. Os blindados aliados tiveram experiência semelhante na Europa Ocidental. Quase todas as DB americanas destruíram massas a pé alemães, muito maiores em força numérica, em virtude de uma acentuada superioridade em blindados (mecanização) na zona de batalha.

O TRANSPORTE BLINDADO DE PESSOAL

A primeira Guerra Mundial provocou o desenvolvimento do carro de combate para dominar a superioridade defensiva da metralhadora. A espolleta VT, da segunda Guerra Mundial restringiu tremendamente a mobilidade tática das massas a pé. O transporte blindado de pessoal é uma das soluções mais práticas do problema que essa nova arma impoz ao infante. Com o largo emprêgo da VT pelo inimigo, a manobra de tropas a pé

constituiria um custoso desgaste do potencial humano dos Estados Unidos. O transporte blindado de pessoal deve ser empregado para transportar o soldado que luta a pé, tão próximo do objetivo, que o temor de atingir suas próprias tropas impedirá o emprego massivo de VT pelo inimigo. O soldado a pé desembarca para continuar o ataque, ou no seu objetivo. As perdas são reduzidas e o potencial humano conservado. Certamente que uma tremenda superioridade em artilharia e poder aéreo poderia neutralizar o fogo de VT pelo inimigo, mas normalmente isto só pode ser realizado no fim de uma guerra ou campanha.

O Coronel S. L. A. Marshall escreveu excelente artigo no "Infantry Journal", intitulado "The Mobility of One Man". Habilmente mostra como o soldado a pé é tão prejudicado pelo excessivo equipamento e como este problema pode ser resolvido. Para suplementar o Cel. Marshall, diremos: se dermos a nosso soldado a pé o transporte blindado, nós também aumentamos a sua mobilidade, já que ele tem que transportar somente sua arma e munição, pois o resto de seu equipamento é transportado na viatura.

ORGANIZAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Como já apontamos, melhores comunicações proporcionaram a margem adicional de mobilidade para os mongóis e uma organização mais flexível produziu resultados semelhantes para Napoleão. Em ambos os casos, a vantagem foi obtida pela redução da reação tempo, exigida pelos elementos subordinados, para transmitir as ordens do comandante e reagir às condições mutáveis do combate. Atualmente, nosso exército tem numerosos escalões de comando que "suplementam" uma ordem em trânsito para a unidade de execução. Esta "suplementação" muitas vezes retarda o recebimento da ordem pela unidade de execução e, infelizmente, com frequência, altera a importância inicialmente atribuída a partes da ordem pelo

comando mais elevado. Quanto maior o número de comandos intermediários, maior o tempo de retardo entre a distribuição da ordem e sua execução. Assim, como aponta Liddel Hart, muitos comandos, como muitos cozinheiros, destemperam a sopa. Com a finalidade de abreviar a reação tempo, Liddel Hart recomenda a eliminação do comando de Corpo de Exército. Sua projetada cadeia de comando vai do Grupo de Exércitos ao Exército e deste diretamente à Divisão. Desde que o comando de CEx é eliminado, a reação tempo é conseqüentemente reduzida, pela ausência da "suplementação" do CEx. Os críticos deste sistema gritam "tantas divisões sob o controle do Ex"! Liddel Hart resolve este problema padronizando o Ex de 5 divisões, em vez do atual de 9; destas divisões, 3 serão DI e duas DB. Um maior número de exércitos seria necessário, mas a reação tempo seria reduzida.

REGIMENTOS OU DESTACAMENTOS

A mobilidade pode também ser incrementada pela eliminação da organização regimental de nossas DI e a substituição pelo tipo de organização em destacamentos. O sistema de organização em destacamentos habilita a organização de grupamentos de força com a proporção ótima de carros, infantaria, etc., tendo em vista sua finalidade imediata. Ela também coopera na economia de forças, empregando para u'a missão, unicamente as forças que exige. Reduz as possibilidades de empregar infantaria em excesso e carros em quantidade reduzida para realizar a missão em vista, como é o caso freqüente no RI atual. Realizando a economia de forças, as tropas economizadas podem ser empregadas em outra região, permitindo-nos reduzir o Ex de 9 para 5 DI, como foi sugerido por Liddel Hart.

A mobilidade pode também ser incrementada pela organização de regimentos ou grupos de transporte blindado de pessoal, como elementos de Ex. A adição desses trans-

portes blindados restaura a mobilidade da DI que lhe foi denegada pela espolêta VT. Sem dúvida, os carros são necessários para proteger o avanço desses transportes, o que exige um grupamento de carros no Ex., para operar juntamente com os elementos de infantaria blindada. Considerações logísticas limitariam o número de viaturas de transporte em cada Ex aos exigidos para embarcar uma DI. O princípio de organização em destacamentos seria empregado para assegurar a máxima flexibilidade no seu emprêgo.

FORÇAS AEROTERRESTRES

As forças aeroterrestres aumentam a mobilidade estratégica de qualquer exército, mas, a menos que consideremos todo o teatro de operações como um campo de batalha, não aumentam a mobilidade tática. Elas proporcionam rapidez pela possibilidade de emprêgo em qualquer ponto de uma região larga e profunda, em prazo curto. Entretanto, depois de desembarcadas, as unidades aeroterrestres transformam-se em massa a pé com toda fraqueza inerente a massas dessa natureza. Sua maior fraqueza é a vulnerabilidade ao blindado. O soldado aeroterrestre de hoje quer uma pequena arma leve individual, capaz de destruir carros pesados, tal desejo exige tempo para ser satisfeito. Ele pensaria no blindado transportado pelo ar. As forças aeroterrestres necessitam um pequeno transporte blindado de pessoal, transportável pelo ar para dar-lhes mobilidade tática e proteção contra as espolêtas VT, após o desembarque. A necessidade de um carro de combate transportável pelo ar é semelhante à do transporte blindado.

Este artigo não pretende resfriar o entusiasmo pelos aeroterrestres, porque está estabelecido que o futuro pertence ao combinado aeroterrestre-blindado, empregando forças aeroterrestres para conquistar regiões críticas com o apoio de blindados aérotransportados e empregando forças blindadas para lançá-las rapidamente em apoio da

cabeça de ponte aérea e abrirem para esta uma linha normal de suprimentos. A "Operação Market", a ação de Arnhem realizada pelo 1º Exército Aéroterrestre Aliado, em setembro de 1944, e o lançamento dos blindados ingleses para realizar a ligação com as forças aeroterrestres estabeleceu um modelo para o futuro. O fato de que a força blindada lançada, pela sua fraqueza, foi incapaz de chegar a Arnhem em tempo suficiente para aproveitar toda a vantagem do esforço aeroterrestre, não desmerece a tendência estabelecida por essa operação.

COMANDO NO CAMPO DE BATALHA

O Marechal Rommel foi o primeiro a estabelecer que um general deve estar bem na frente não para "inspirar" seus homens, mas para obter informações de primeira mão, dar ordens oportunas e verificar a sua execução. Muitos êxitos de Rommel na África foram devidos ao fato de que ele se encontrava no ponto crítico com sua força de manobra para superintender e regular seus movimentos. Com ordens suplementares à vista, ele influenciava diretamente as ações. Um comandante moderno não pode ser o que diz: "Dou minha decisão capital e descanso". Seu descanso, se houver, será antes de cruzar a linha de partida, não depois. Ele deve ser um chefe em todo o sentido da palavra. Deve reduzir as ordens e instruções detalhadas, que tantas vezes pelam os subordinados, mas deve basear suas operações, orientando inteira e previamente seus subordinados, distribuindo-lhes ordens tipo missão e elaborando decisões adicionais, tão necessárias no campo de batalha.

ASSUNTO PARA TODOS

A mobilidade é um termo relativo. Não implica apenas em velocidade de movimento, mas inclui facilidade e liberdade de movimento. Nós aumentamos a mobilidade toda a vez que eliminamos as restrições ao movimento e a rapidez conseqüentemente aumenta.

Major mobilidade que o inimigo assegura êxito. Todos os oficiais devem estudar como poderiam tornar mais móveis suas unidades pelo emprego de táticas móveis, melhoramentos na organização e nas comunicações, emprego de viaturas, cooperação com forças aéreo-terrestres ou como parte delas, bem como podem pessoalmente incrementar a rapidez e a facilidade de movimento pela sua ação de comando.

COMENTARIOS

Não foi somente a importância do assunto tratado pelo Ten.-Cel. Pickett, sob o sugestivo título "O Restabelecimento da Mobilidade no Campo de Batalha", que nos levou a traduzir e a comentar o seu artigo. De um lado, era necessário anotá-lo, já que sua tradução ao pé da letra poderia levar o leitor desprevenido a uma falsa interpretação das idéias expostas pelo autor. De outro lado, o título final do artigo constitui um apelo que deve ser atendido por todos aqueles que têm responsabilidade no comando de tropa, em qualquer escalão.

Na introdução e no capítulo "Mobilidade para Manobra", o articulista, apontando dois exemplos históricos clássicos e refutando opiniões desavisadas, expõe de forma incisiva o conceito de mobilidade, liberto dos estreitos limites em que a confinaria a consideração única do fator material.

O capítulo "Doutrina Tática" é uma crítica à doutrina defensiva americana. Alinha-se assim o Coronel Pickett na multidão dos críticos que, de largo tempo a esta parte, vem investindo não somente contra a americana, mas contra qualquer doutrina de defensiva. Sempre nos pareceu que esta crítica, aí reeditada, resulta da hipertrofia na apreciação do princípio da ofensiva e da abstração da idéia de que a defensiva é uma situação imposta. Dentro da doutrina americana, à qual nós filiamos, a defensiva não se busca, mas nos é imposta pelo adversário, ou adotada parcialmente, no tempo ou no espaço, para permitir a ofensiva,

única forma capaz de criar a vitória. Aparece assim a defensiva como um meio necessário, imposto ou, na melhor hipótese, adotado temporariamente ou em região secundária, para que se possa tomar a ofensiva oportunamente ou no setor escolhido como decisivo para obtenção da vitória. Não nos parece aconselhável modificar uma doutrina, cuja aplicação tem constituído o apanágio de todos os grandes chefes militares, na conduta de suas mais retumbantes vitórias. Análise atenta dos próprio exemplos citados no artigo nos mostraria que as batalhas defensivas de Verdun e de Anzio tornaram-se necessárias e que o maior desgaste em homens sofrido pelos franceses em Verdun não foi superior ao desgaste ocasionado pela batalha ofensiva do Somme, travada na mesma época, sem resultados positivos dignos de nota. As razões eram muito mais de material que de doutrina.

No capítulo "Motorização e Mecanização", o Cel. Pickett mostra as vantagens da superioridade em blindados para a obtenção da vitória. Foi muito feliz na escolha do exemplo ilustrativo, apresentado pelo numeroso exército de Graziani em face do pequeno, mas quase inteiramente motorizado exército inglês.

No capítulo "O Transporte Blindado de Pessoal", advoga o emprego mais liberal, senão generalizado desse material que, até agora, constitui meio orgânico apenas das divisões blindadas. As razões são ponderosas e é bem possível que, em futuro próximo, tal solução se imponha, mormente se os técnicos conseguirem dar a esse meio novo as características que o combatente deseja ver realizadas.

Sob o título "Organização e Comunicações", reafirmando inicialmente as suas convicções já expressas na introdução, o articulista termina por preconizar a extinção do escalão Corpo de Exército. Aqui nossa discordância é profunda. Embora reconhecendo que o escalão CEx é, em princípio, um escalão coordenador, não podemos deixar

de reconhecer a sua necessidade, toda vez que um número elevado de DI integra um Ex. Nada mais ilustrativo a respeito que a evolução na organização do Exército Francês sob Napoleão. Ele julgou necessária a organização dos CEx, a despeito de sua extraordinária capacidade de comando e da relativamente reduzida competência de seus generais. Todos os exércitos modernos, apesar de divergirem em várias questões de doutrina e organização, organizaram-se em CEx, consagrando definitivamente a existência desse alto escalão de comando. Não é resistência a idéias novas o motivo de nossa discordância. Parece-nos que as razões de existência do escalão CEx permanecem as mesmas e desconhecemos fatos ou meios novos capazes de aconselhar a sua proscrição. De outro lado, a constituição de exércitos com um número fixo de grandes unidades, sejam estas DI ou CEx, é uma idéia que não pode ser admitida em face do conceito em que hoje é tido universalmente o escalão exército.

No parágrafo "Regimentos ou Destacamentos", seguindo a mesma ordem de idéias, o articulista advoga a organização da DI em destacamentos, ao invés da atual em RI. As DI teriam assim os mesmos moldes de organização que as atuais DB. Nós traduzimos a expressão "Combat Command" por "Destacamento", atendendo a que este termo exprime melhor seu verdadeiro conceito, evita confusões com o "Grupamento Tático" e está de acordo com a tradição brasileira. Embora o emprêgo da organização em destacamentos pelas DB americanas, na última guerra, não tenha adquirido toda a flexibilidade de que é capaz, tudo leva a crer na sua vantagem sobre a organização regimental. Entretanto, cumpre-nos lembrar que o histórico de muitos regimentos constitui um ele-

mento de inestimável valor, que se refletirá sempre sobre a altura moral de todos seus elementos componentes. Uma nova organização em destacamentos deveria levar em conta esta consideração, para não relegar ao abandono um patrimônio cujo valor positivo deve ser integralmente aproveitado.

O interessante capítulo "Forças Aéroterrestres" é a exposição entusiástica da potencialidade deste meio novo e de suas atuais deficiências. A doutrina que espousa parece hoje universalmente aceita e vem merecendo cuidadoso estudo, não só dos táticos como dos técnicos das principais potências militares.

Em "Comando no Campo de Batalha", o articulista aponta os deveres do moderno chefe militar. Só a leitor inexperiente e desconhecedor do verdadeiro papel do chefe e de seu estado-maior poderia parecer que o Cel. Pickett pretenda que a ação daquele substitua a deste. O que ele muito bem acentua é a necessidade do chefe manter-se sempre em condições de influenciar diretamente a ação, situando-se e agindo de forma a poder decidir com acerto e oportunidade. Relegar ao estado-maior a função de decidir, é ignorar o vulto da tarefa que compete a este, é abdicar da mais importante atribuição do chefe, é muitas vezes sujeitar a tropa à ação antagônica de várias chefias que, mesmo servidas por espíritos brilhantes não podem imprimir a unidade de ação que caracteriza a chefia única.

O artigo do Cel. Pickett é, como diz seu último título, assunto para todos. O apelo que lança no seu final não deve ser atendido apenas pelo público militar norte-americano. A correspondência a esse apelo, quando não seja de resultado imediato, será pelo menos um "exercício de mobilidade", cujos futuros frutos poderão ser de decisiva importância.

GEOGRAFIA MILITAR

Coronel IVANO GOMES



OR intermédio da "A Defesa Nacional" de setembro de 1951 submetemos à apreciação dos camaradas do Exército algumas considerações sobre Geografia Militar. Hoje, ainda incipientes no assunto, voltamos à carga, apreciando-a sob outros aspectos e de maneira menos superficial.

I — TERMINOLOGIA

A "terminologia geográfica" encerra, não há dúvida, inesgotável tema para que se estabeleça, entre eruditos, polémica renhida e prolongada. Isso não ocorrerá, entretanto, com nós outros, porque não somos sequer geógrafos e porque nossa atenção, no trato dessa matéria, deverá, especialmente, estar voltada para o conteúdo e a essência dos textos geográficos que venham a ser submetidos à nossa análise.

A simplicidade peculiar aos órgãos de E.M. que não podem ter a veleidade de se arvorarem em "Institutos de Geografia" e que, modestamente, se destinam ao estudo dessa especialidade sob o aspecto *Exclusivamente Militar*, nos aconselha deva ser usada, na execução de nossas tarefas, a mais despretensiosa das terminologias. Em defesa desse ponto de vista, julgamos, pois, que, em nossos trabalhos de rotina, os quatro clássicos setores da Geografia devem ter seus respectivos capítulos encimados pe-

los singelos títulos: Geog. Física, Econômica, Humana e Política. (*)

Quanto ao que se refere à Geologia, julgamos que seus termos técnico-científicos somente deveriam figurar em nossos trabalhos quando houvesse *Absoluta Necessidade* de nos reportarmos à gênese do solo que tenhamos de *Analisar Militarmente*. Nesse ramo da Geografia Física interessar-nos-á, *Exclusivamente*, saber qual a natureza do solo que se estuda para, daí, concluir-se qual a sua consistência, porosidade, fertilidade, etc., ou quais as características outras, de reflexo militar, que porventura apresentem.

II — FAZER GEOGRAFIA

Uma Secção de E.M. não pode ter a pretensão de "fazer Geografia"; essa obra é peculiar aos Geógrafos que consumiram anos a fio para a consecução desse especial e significativo título. Não nos tocá, também, a tarefa pouco lisonjeira de meros compiladores. A nós, militares, competirá, pois, vestir com a roupagem verde-oliva a geografia elaborada pelos especialistas civis de renome. Nada mais do que isso temos a fazer e, se o fizermos, apresentaremos trabalho onde se empenhará inteligência e capacidade profissional. *Analisar* estudos de geógrafos credenciados e, daí, tirar *Conclusões* de ordem militar, é tarefa que exige meditação, flexibilidade, ponderação e coragem intelectual. É evidente que não deve-

(*) NOTA — Nos EE.MM. de nosso Exército, o trato da Geografia deve ter, parece-nos, a seguinte distribuição:

2as Secções: Geografia Política;

5a Secção e EE.TT.: as demais Geografias.

mos realizar tão sério trabalho sem a preciosa colaboração de nossos camaradas dos EE.MM. das Regiões e Zonas Militares. Graças ao adjutório desses órgãos sediados ao pé da obra — isto é, ao lado das áreas geográficas que se pretende analisar depois de percorridas, esquadrihadas e observadas — ser-nos-á, então, possível elaborar trabalho que abranja os nossos 8.500.000 de quilômetros quadrados. Somente de tal forma a tarefa se processará certa, suave e rapidamente. Se assim não o fizermos nossa produção será retardada, acadêmica, enfadonha e inoperante obra de compilação; não conterá as características militares que lhe imprimirão contorno específico inexistente nos compêndios e monografias que versam sobre a matéria porque aos geógrafos civis, seus autores, não ocorrerá e não ocorrerá, por certo, fazer *Geografia Militar*.

Nossa efêmera passagem pelas funções de E.M. para as quais somos eventualmente designados, não nos dará tempo a que adquiramos o cabedal necessário ao trato dos assuntos de geografia que temos por cuidar. É enorme, no Exército, a grita contra a impossibilidade de se conseguir que um oficial seja mantido, ao menos durante dois anos, no desempenho de uma única função; o "regime das interinidades" é desconcertante. Num período de 7 meses, nossa Seção, com o efetivo de, apenas, 6 oficiais de E.M., perderá, por motivos diversos, 4 de seus ótimos componentes. Se, por questões imponderáveis, não se exige do oficial estabilidade que lhe permita adquirir sedimentada especialização nos assuntos que lhe são atribuídos, nosso trabalho deverá, então, ser calcado no daqueles que possuem essa credencial. Aos Geógrafos, portanto, necessitamos apelar, sem qualquer constrangimento, propondo-lhes, segundo esquema por nós delineado, a elaboração de Trabalhos de Geografia Geral que, analisados por militares, permitirão que cheguemos às Conclusões necessárias ao planejamento de operações ou grandes manobras. Assim,

com a colaboração de especialistas de nomeada, sairemos da fase dos ensaios intermitentes para a época dos trabalhos objetivos, práticos e duradouros.

III — GEOLOGIA

A) Esboço de consistência e transitabilidade

Neste setor, os estudos do Geólogo, com sua terminologia científica, "traduzida", deveriam ser orientados de forma a conduzir o militar — a quem seu trabalho se destinaria para Análise — a Concluir, de modo categórico, se o solo da área geográfica em apreciação, facilitaria ou dificultaria, nas épocas de estiagens, chuvas, geadas, etc., as marchas das tropas que, porventura, ali viessem a operar. Resaltar-se-ia, então, seus reflexos sobre os rendimentos estabelecidos pelo "vade-mecum" militar correspondente. Daí concluir-se-ia, também, como a densa poeira das estradas sem revestimento viria a influir sobre os acidentes de marcha e alongamentos de comboios que, nas secas, a dezenas de quilômetros, se denunciavam aos observadores aéreos e terrestres. Para atender aos planejamentos que, em consequência, fossem elaborados — tendo-se em vista as necessidades dos "Serviços de Suprimentos" e "de Reparações" a instalar — interessaria que se registrasse, também, como a natureza do solo interferiria no desgaste dos pneus, calçados, ferraduras, ferramentas de sapa, lagartas e respectivas engrenagens. Isso feito, anotar-se-ia — escudados nos trabalhos do geólogo e nos técnicos do Departamento Técnico de Produção — as intensidades diferentes com as quais os variados solos (calcáreos, argilosos, arenosos, etc.) influiriam sobre tais desgastes. Esses trabalhos, sintonizados com os estudos fitogeográficos, seriam, resumidos, para cada área ou T.O. em estudo, num "Esboço de Consistência e Transitabilidade" que condensaria os informes e as características militares acabadas de nomear.

B) Esboço de salubridade

Outra influência marcante da geologia sobre o planejamento de operações é a que se relaciona com a natureza do solo, tendo-se em vista seus reflexos sobre a salubridade das respectivas áreas fisiográficas. A geologia estudada sob esse aspecto, em conexão com a climatologia, permitiria — ouvidas a medicina e a veterinária sanitárias — estabelecer para cada área ou T.O., o respectivo "Esboço de Salubridade". Nesse esboço teríamos assinaladas as regiões de endemias e epizootias cujo saneamento ficaria, então, a cargo dos respectivos Serviços.

C) Esboço de fertilidade

Os estudos geológicos ainda deveriam apreciar a natureza dos solos, de forma a classificá-los quanto às suas zonas de fertilidade e aridez. Não se trataria, em absoluto, de um estudo agro-ecológico que viesse a dizer qual a espécie de agricultura que os solos considerados deveriam receber. Esse detalhe não é geografia, fuge, portanto, à nossa alçada. Interessa-nos definir, apenas, as manchas de terras férteis registrando-se, grosso modo, suas nuances de fecundidade e suas propriedades, isto é, se deveriam ser destinadas ao plantio de cereais e forragens ou ao pastoreio. Dêsse trabalho o geólogo elaboraria o respectivo "Esboço de Fertilidade". Tal esboço, também examinado em conexão com a fitogeografia da região, serviria para orientar os órgãos planejadores de operações militares quanto a escolha das áreas onde se deveria melhorar, incentivar ou iniciar atividades agro-pecuárias destinadas a apoiar mais facilmente as operações que se tivesse em vista. Depois, competiria acionar os "Órgãos de Subsistência" que, em sintonia com o respectivo Departamento especializado do Ministério da Agricultura, levaria a termo o que decidisse o órgão militar planejador competente.

D) Esboço de propriedade geológica

Falta-nos, ainda, considerar os solos quanto a sua propriedade geológica. Nesse estudo, o geólogo deveria conduzir suas tarefas de forma a registrar em que sítios seriam encontradas as ocorrências geológicas (granito, cascalho, saibro, etc.) que melhor e mais facilmente poderiam ser exploradas e empregadas nas obras de engenharia. Os revestimentos de estradas a melhorar ou construir, nas áreas onde operações militares seriam apreciadas, evidentemente, teriam cuidados especiais. Esses estudos, cujos resultados ficariam condensados num "Esboço de Propriedade Geológica", seriam dados a conhecer aos órgãos de Engenharia interessados e serviriam para indicar as regiões nas quais os trabalhos de engenharia iriam exigir o emprêgo de ferramenta de sapa pesada ou maquinaria especial. Serviriam, também, para dizer onde e como o grau de permeabilidade do solo, por ocasião das grandes chuvas, contribuiria para o processamento de inundações, erosões ou fortes lamaçais. Daí sua conexão com os estudos que dariam lugar ao "Esboço de Consistência e Transitabilidade" atrás referido.

E) Esboço de águas subterrâneas

Finalmente, considerados os espaços geográficos mal irrigados pelas águas de superfície e estribados nos trabalhos que dariam lugar ao esboço anterior, é o estudo do geólogo quem nos poderia dizer:

- 1º) onde ter-se-ia possibilidades de encontrar lençóis d'água cujos mananciais talvez pudessem servir ao abastecimento de grandes efetivos em operações;
- 2º) a que profundidade, aproximadamente, esses lençóis seriam encontrados;
- 3º) quais as suas prováveis capacidades e correspondentes débitos nas épocas de estiagem e chuvas, respectivamente.

O "Esbôço de Águas Subterrâneas" resumindo tais estudos — submetido a audiência dos Sanitaristas da Engenharia e da Medicina — dar-nos-ia oportunidade de escolher onde seriam locados os "pontos d'água" que iriam abastecer as tropas previstas para as operações em planejamento. Por intermédio desse esboço, orientar-se-ia os "Serviços de águas em campanha" das GG.UU. participantes. Neste caso, os perfis geológicos de-

finindo a permeabilidade das camadas de seus respectivos cortes, seriam elucidativos e complementar-iam o Esboço em tela.

Os cinco "Esboços" discutidos, acompanhados de suas resumidas "Memórias Descritivas", dar-nos-iam, parece, uma aceitável Geologia Militar que, referida aos prováveis T.O., talvez servisse de subsídio aos estudos dos órgãos planejadores de operações ou grandes manobras.



ANALISE DE SITUAÇÕES TÁTICAS À LUZ DO VELHO MÉTODO DE DESCARTES

Ten.-Cel. JOAO BAPTISTA PEIXOTO

INTRODUÇÃO



COMO sabemos, as decisões táticas devem sempre ser precedidas de um cuidadoso estudo (estimativa, apreciação ou análise) das circunstâncias influentes.

A decisão é uma atribuição da competência exclusiva dos chefes por isso são os únicos responsáveis pela oportunidade e pelo acerto da mesma. Todavia, o estudo de cada uma das circunstâncias influentes, geralmente é distribuído pelos oficiais que integram o estado-maior de cada chefe, cabendo ao mais graduado destes a tarefa de coordenação dos trabalhos.

Na guerra, o tempo disponível para se fazer o estudo pormenorizado de uma situação é geralmente muito curto. Daí, a necessidade de se adotar, desde o tempo de paz, um método que nos proporcione — uniformidade e flexionamento de raciocínio e que nos habilite a trabalhar em equipe com rapidez e precisão diante de situações reais, fornecendo ao chefe, tantas vezes quantas forem necessárias todos os elementos para tomar suas decisões.

O método adotado para se resolver os problemas táticos, tanto na paz como na guerra, é uma aplicação do famoso método de Descartes, tão largamente empregado pelos analistas em geral e que consiste em decompor o trabalho nos seguintes estágios:

1º — Reunião de dados para estudo e divisão geral do tema a ser estudado;

2º — Análise de cada uma das partes do problema, numa sequência lógica e objetiva;

3º — Coordenação das análises parciais e conclusão final do tema estudado, ou seja, solução do problema.

EXPOSIÇÃO

Assim, pois, o estudo de uma situação tática à luz do método de Descartes, compreende as seguintes partes:

1º — Trabalho preparatório (ambientação);

2º — Estudo particularizado da situação (análise dos fatores influentes);

3º — Conclusão ou decisão (linha de ação indicada pela análise).

Vejamos, pois, de uma maneira sintética, em que consiste cada uma dessas partes.

PRIMEIRA PARTE — TRABALHO PREPARATÓRIO

O objetivo do trabalho preparatório é a ambientação com a situação a ser estudada. Este trabalho compreende:

a) Leitura do tema:

— Situação geral (quadro em que se desenvolve a ação da Unidade);

— Situação particular (situação da Unidade no momento em que recebe a missão).

b) Preparo da carta :

- Iluminação dos acidentes importantes (rios, divisores d'água, vias de comunicações, localidades, etc.) ;
- Identificação dos acidentes referidos no tema ;
- Colocação na carta de dados fornecidos pelo tema.

c) Discriminação dos elementos da decisão a serem analisados :

- Missão atribuída à Unidade ;
- Inimigo a enfrentar ;
- Terreno em que a Unidade vai atuar ;
- Meios para execução da missão ;
- Outros elementos circunstanciais, tais como condições atmosféricas, estações do ano, etc.

SEGUNDA PARTE — ESTUDO PARTICULARIZADO DA SITUAÇÃOa) *Análise dos fatores influentes*, mais conhecidos como elementos da decisão :

Missão — A missão é o elemento básico do estudo da situação. O seu estudo compreende :

1º — Interpretação da missão, isto é :

- qual é a finalidade da operação em vista (de que se trata ?) ;
- qual o papel a ser desempenhado pela Unidade (caráter da missão) ;
- quais as restrições de tempo e espaço para execução da missão ;
- quais os apoios fornecidos.

2º — Decomposição da missão, isto é :

- qual a sua parte principal ;
- quais as suas partes subsidiárias.

A missão atribuída a sua Unidade deve ser adequada, clara e precisa. Cumprir a missão, com os meios disponíveis, nas melhores condições de tempo e espaço, a despeito do inimigo, deve ser a preocupação de quem a recebe.

Inimigo — A missão deve ser cumprida mesmo contra a vontade do inimigo. Daí a necessidade de se analisar as possibilidades do adversário para impedir ou dificultar o cumprimento da missão.

O estudo das possibilidades do inimigo é baseado nas seguintes informações sobre :

- a sua localização ;
- o seu valor (organização, efetivos) ;
- a sua atitude e articulação ;
- a sua atividade.

Terreno — O estudo do terreno tem uma importância considerável, em virtude da grande influência do mesmo sobre o emprego dos meios e a ação do inimigo. A área a ser estudada é a fixada para zona de ação da Unidade. Idêntico estudo deve ser procedido sobre a área de ação do inimigo.

O estudo do terreno compreende :

1º) Estudo topográfico :

- hidrografia ;
- relevo ;
- fisionomia.

2º) Estudo tático, ou seja influência do terreno sobre :

- a observação (vistas) ;
- o tiro (campos de tiro e bases de fogos para as armas) ;
- o movimento (obstáculos e comunicações) ;
- a proteção (cobertas e abrigos).

3º) Conclusão :

- Compartimentação longitudinal e transversal ;
- Vantagens e inconvenientes que o terreno oferece à execução da missão e ao inimigo ;
- Indicações do terreno para a manobra compreendendo :

- a) onde deverá ser exercida a ação principal ;
- b) quais as ações secundárias a serem conjugadas com a ação principal.

Meios — O estudo dos meios compreende :

1º — Situação dos meios, isto é :

- organização e efetivos em pessoal e material ;
- valor combativo (grau de instrução e estado físico e moral da tropa) ;
- condições de tempo e espaço para entrada em ação.

2º — Possibilidades de cada um dos meios (frente e profundidade).

3º — Repartição dos meios de acôrdo com a manobra projetada, isto é, escolha do dispositivo inicial. Este dispositivo constitui a tradução concreta da idéia de manobra.

A manobra é uma combinação de esforços :

- esforço principal, decisivo ;
- esforço ou esforços secundários, complementares.

As possibilidades de êxito de u'a manobra dependem muito da aplicação dos princípios :

- de unidade de esforço (coordenação de esforços) ;
- de economia de forças (crité-riosa distribuição dos meios) ;
- de segurança, para evitar a surpresa e conservar a liberdade de ação.

Outros elementos circunstanciais — Além dos fatores acima referidos, muita vez temos de tomar em consideração outros fatores tais como as condições atmosféricas, isto é :

- o tempo (sêco ou chuvoso) ;

- a temperatura (elevada, média e baixa) ;
- a duração do dia solar (alvorecer e anoitecer).

O estudo das condições atmosféricas compreende :

- informações meteriológicas ;
- previsões para determinados períodos.

b) *Análise das possibilidades de ação :*

1º — Do inimigo : ação ou ações do inimigo que tenham influência sobre a missão compreendendo :

- o que pode fazer o inimigo para dificultar ou impedir o cumprimento da missão ?
- onde, quando e como êle pode agir ?

2º — Próprias : ações possíveis de serem realizadas com os meios disponíveis, para cumprir a missão.

As ações próprias devem satisfazer as seguintes condições :

- oferecer circunstâncias favoráveis à execução da missão ;
- proporcionar segurança, tempo e espaço para realização da manobra, a despeito da atuação do inimigo ;
- aproveitar ao máximo as vantagens do terreno ;
- corresponder aos meios disponíveis.

c) *Comparação das possíveis maneiras de cumprir a missão :*

Para se estabelecer a comparação entre duas ou três maneiras de se executar a missão, convém sempre fazer um quadro contendo :

As ações	As vantagens	Os inconvenientes
1ª		
2ª		
3ª		

TERCEIRA PARTE — DECISÃO, PLANOS E ORDENS

a) *Decisão* — A decisão é a linha de ação escolhida pelo chefe como a mais adequada para o cumprimento da missão.

A decisão do chefe deve precisar :

- o que a sua Unidade vai fazer (qual a missão recebida) ;
- como pretende cumprir a missão (qual a sua idéia de manobra) ;
- onde vai empregar os meios (qual o dispositivo escolhido) ;
- quando vai ser executada a operação (qual a hora de início) ;
- quem vai participar da operação (quais as missões aos elementos subordinados) .

Para fins didáticos, a decisão pode precisar ainda :

- para que vai proceder assim (qual a finalidade da operação) ;
- porque vai proceder assim (qual a justificativa da manobra) .

b) O *Plano de manobra* é o projeto para execução da operação, baseado na decisão do chefe. Ele compreende :

1° — Impressão sobre o inimigo (possibilidades decorrentes do estudo baseado nas informações) .

2° — Decisão (linha de ação adotada) :

- Idéia de manobra (ação principal e ações secundárias) ;
- Dispositivo (repartição inicial dos meios correspondentes à manobra projetada) ;
- Pormenores para coordenação da operação :
 - na ofensiva : LP — Objetivos — Direções — Zonas de ação ;
 - na defensiva : PAG — PAC — LPR — Limites, etc.

3° — Missões aos elementos subordinados :

- elementos orgânicos de 1° escalão, de apoio e de reserva ;
- elementos à disposição para segurança, para manobra ou para apoio.

4° — Condições gerais de execução :

- Hora de início ;
- Fases ;
- Informações necessárias sobre o inimigo durante a operação, para conduta do combate.

Depois de reajustado, o Plano de manobra serve de base à elaboração de outros planos, tais como o plano logístico, o plano de informações, o plano de fogos, o plano de comunicações, etc.

c) Por sua vez, depois de aprovados estes planos, constituem os elementos fundamentais para redação das *Ordens de Operações*.

Para facilitar a execução, tais ordens devem obedecer sempre a um esquema de uso geral. Quando o autor deste artigo serviu na EAO, o memento adotado naquele estabelecimento de ensino era o seguinte :

a) Cabeçalho contendo :

- Unidade expedidora ;
- Local do PC em que foi expedida a ordem ;
- Dia e hora da expedição ;
- Cartas a serem usadas ;
- Número e título da ordem.

b) Texto, contendo os seguintes itens :

1) Informações :

- sobre o inimigo ;
- da tropa amiga.

2) Missão recebida e decisão correspondente :

- Missão da Unidade, expressa em termos inequívocos ;
- Dispositivo inicial, constante de um calco anexo ;
- Dados para coordenação da operação : linha de partida, objetivos, direções, zonas de ação na ofensiva ;

PAG — PAC — LPR — limites, etc., no caso de defensiva.

3) Missão das Unidades subordinadas :

- Unidades orgânicas ;
- Unidades à disposição.

X 1 — Condições gerais de execução, (hora de início, fases, etc).

X 2 — Informações necessárias para conduta da operação.

4) Prescrições relativas aos serviços :

- Postos de remunciação ;
- Postos de socorro médico ;
- Postos de combustíveis.

5) Prescrições relativas às transmissões :

- Postos de comando ;
- Restrições ao emprego das transmissões ;
- Sinais convencionados.

c) Fêcho, contendo :

- Assinatura do comandante, no original ;
- Confere do S.3, nas cópias ;
- Relação de documentos anexos ;

— Relação dos destinatários.

A Ordem, organizada sob este esquema responde às condições de clareza, precisão e concisão.

As ordens de operações devem ser simples e explícitas e devem conter somente o que o executante precisa saber para cumpri-la.

Muita vez pode ser necessário ou aconselhável preceder uma ordem executiva de uma ordem preparatória, com o propósito de antecipar as medidas preparatórias e ganhar tempo.

CONCLUSÃO

Este método de raciocínio é largamente empregado em todos os centros de estudos militares. O assunto já é portanto muito conhecido. A despeito disso, entretanto, parece que ainda existe alguma confusão em torno do mesmo. Sem a pretensão de esclarecer dúvidas porventura existentes, mas apenas de contribuir para facilitar, aos mais jovens e menos experimentados, a compreensão de tão interessante quanto importante assunto, foi o que o autor se decidiu fazer neste modesto trabalho, condensando em poucas páginas tudo o que conseguiu ler sobre a matéria em diversas publicações.



APRENDIZADO OU PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Major Médico Dr. ARMANDO BERGAMINI
Professor da Escola de Educação Física

Extraído, data vênica, da revista "Militia",
de São Paulo



APRENDIZADO da Educação Física é uma especialidade que exige, como qualquer outra, qualidades para compreendê-la, dedicação, para conhecê-la e pra-

zer para praticá-la. Por isso, a Educação Física não se impõe e não se obriga; pela finalidade que almeja e pelo caráter de espontaneidade na sua execução deve encerrar em seus métodos uma orientação que vise despertar interesse e gosto na prática, sem o que fracassará. Para os cursos de Educação Física devem ser admitidos apenas os que demonstrem pendor e gosto para a mesma, de modo a se obterem instrutores e monitores capazes e à altura de sua importante missão.

Hodiernamente não se concebe a educação do indivíduo sem ter a completá-la a educação do físico.

A Higiene estende cada vez mais seu campo de ação em benefício do homem; no instante em que vivemos os agravos à saúde aumentam assustadoramente a par do crescendo das atividades e do dinamismo humanos. O homem cada vez mais expõe sua saúde na luta pela vida; daí as medidas preventivas indispensáveis para para protegê-lo, tornarem-se mais amplas e eficientes. Já bem velho o ditado: "mais vale prevenir que curar"; por isso, o ideal para a humanidade, o ideal para o homem viver feliz seria evitar tudo que lhe pudesse afetar o organismo e concorrer para a melhoria de sua saúde.

Dentre os meios de que a Higiene lança mão para aprimorar o estado orgânico acha-se a Educação Física, que é uma parte da Higiene especial.

De que modo poderá, pois, concorrer a Educação Física para a educação do indivíduo?

A educação integral abrange três aspectos: o físico, o intelectual e o moral. Eles não podem ser considerados separadamente e sim inter-relacionados e seu estudo em conjunto parece-nos lógico, pois, a influência de cada um se faz sentir sobre os outros, donde sua interdependência.

Assim encarado o problema da Educação Física nos conduz a algumas considerações sobre as relações entre o espírito e o corpo.

A Educação Física é um vasto e complexo aspecto do amplo problema da educação em geral. A educação para obter sua finalidade mais completa e mais elevada deve desenvolver todos os aspectos da natureza humana; deve guiar a criança durante a infância e a juventude, não somente para se tornar um cidadão bem equilibrado, um bom pai, um trabalhador inteligente e capaz, mas também deve cultivar seus gostos e adestrar sua inteligência e perícia de modo que possa empregar seus momentos disponíveis em coisas proveitosas para o espírito e para o corpo. A educação, portanto, tem em mira um fim muito prático, visando encaminhar o homem para as atividades que entram em todas as modalidades da vida: a utilitária, a social e a estética.

Para essa aspiração elevada, grandiosa e complexa a Educação Física não permanece à parte; ela concorre ao lado da educação intelectual e moral. Portanto, não são três aspirações independentes, senão uma. Estes três aspectos da educação não são senão parcelas de um só processo. O aspecto físico não se propõe exclusivamente ao desenvolvimento do corpo; seu fim é mais humano. Aspira desenvolver por uma forma de trabalho, em que as atividades práticas sobressaem, os elementos intelectuais e morais, porque se no preparo físico entram predominantemente essas atividades práticas, a razão e o caráter lhe são igualmente essenciais. O mesmo se passa com o aspecto intelectual da educação: o físico e o moral fazem parte deles.

A vida não se pode dividir em compartimentos estanques, um chamado físico, outro intelectual e um terceiro moral, e o preparo para a vida será tanto mais deficiente quanto maiores sejam os limites artificiais, para que as ocupações e propósitos da vida escolar se tornem de caráter exclusivamente intelectual ou moral ou físico. Qualquer atividade do homem deve se moldar às condições da vida real tanto da criança como do adulto. A formalidade e a artificialidade são monótonas e estereis. Somente as ocupações que se baseiam na natureza, nos sentimentos, nos desejos e nos impulsos terão um lugar permanente na vida e influirão suficientemente na inteligência e no caráter.

A Educação Física, pois, se é algo mais que um auxiliar meramente formal e artificial da vida, deve se fundar nos desejos e instintos naturais do homem. Assim, os propósitos e atividades pertinentes à Educação Física, se bem sejam físicos na sua essência e promovam saúde, força e dextreza, devem conter fatores intelectuais, sociais e estéticos. Na França, Montaigne já proclamara a necessidade de não separar a Educação Física da intelectual; porque "não é uma alma, não é um corpo, o que

se trata de formar, e sim um homem".

A dependência recíproca entre as atividades mentais e as corporais constitui a inter-relação da Educação Física com os outros aspectos da Educação e, no fundo, é a relação do espírito com o corpo, em que cada um contribui com a sua parte para a vida efetiva.

Temos, de um lado, portanto, a *função do espírito* e de outro a *função do corpo*.

O espírito, pelo trabalho da nossa consciência, tem por função dirigir nossas ações no mundo que nos rodeia. Para isso a inteligência deve formar uma idéia do mundo a mais real e completa; isso ela consegue pelos conhecimentos que obtém e pela luta sem cessar para atingir o fim almejado, sobrepondo-se às dificuldades e esforçando-se para satisfazer às exigências de nossa natureza.

Todos os desejos corporais, intelectuais, sociais, estéticos e religiosos necessitam realizar-se; mas todos eles dependem de algo mais que não está em nós, isto é, da adaptação contínua às pessoas e às coisas que nos cercam.

A função da inteligência é formar uma concepção do bem da vida pela escolha das mais elevadas inclinações e desejos. Os impulsos e desejos criam continuamente conflitos com o bem e aí a inteligência entra em jogo para escolher o que for melhor e mais racional e sustentá-lo com valor e persistência. O conflito consigo próprio, com o mundo físico e com a sociedade humana é inevitável e a vitória exige qualidades de caráter que se podem resumir na palavra "poder"; poder para submeter e para resistir. Valor, coragem, intrepidez e resistência necessitam-se para vencer as lutas sociais e pessoais da vida, aliadas ao sentimento de confiança em si, da afirmação de si próprio e do respeito a si mesmo.

O espírito, pois, por meio da inteligência e do caráter mantém-se em contacto com o ambiente físico e social e dirige a conduta do

indivíduo de modo a lhe assegurar o bem-estar.

Entretanto, a questão se apresenta agora em sabermos de que modo entra o espírito em relação com o mundo exterior para que o conheça e o aproveite, a fim de conseguir sua finalidade humana.

Surge, então, a função do corpo; o corpo é o instrumento pelo qual a consciência se põe em relação com as coisas exteriores. Só através do corpo pode o espírito realizar sua função de conhecer o mundo e adaptá-lo ao bem-estar de todo o ser. Por isso, é com a educação do corpo que se chega a fazer dele um instrumento forte e eficaz a serviço do espírito.

Pensar no corpo como coisa à parte da consciência, educar as atividades do corpo separadamente de suas relações com as atividades mentais é seguir um ponto de vista limitado e falso da educação.

Os antigos gregos já sustentavam que o objetivo da ginástica era "mais para estimular o aspecto espiritual da natureza do homem do que para adquirir força". Só é possível, portanto, uma concepção verdadeira e compreensiva se considerarmos uma relação inseparável entre as atividades mentais e corporais; a consciência como elemento do organismo que concebe o seu bem-estar inteligentemente e o corpo como instrumento com o qual trabalha a consciência.

Formada, assim, uma concepção do espírito e do corpo com suas mútuas relações podemos, em resumo, definir claramente o objetivo da Educação Física.

Com relação ao corpo a primeira preocupação é de torná-lo forte e vigoroso. Nervos bem equilibrados, coração forte e circulação eficiente, sangue bem oxigenado, pulmões amplos, digestão boa, músculo resistentes à fadiga são fatores essenciais para uma inteligência sã e vigorosa. A inteligência não prescinde de um corpo sã; diz Renato Kehl que "o exercício da inteligência, propriamente dita, requer uma estreita interdependência de todas as faculdades que envolvem os órgãos de per-

cepção e de relação, em suma "o conjunto dos fenômenos de consciência"; a inteligência é um instrumento complexo, polivalente e de exercício polimorfo quando ao perceber, entender, compreender, conhecer, refletir, discernir, analisar e sintetizar para, num esforço ordenado e final, concluir e ... acertar".

"A inteligência está condicionada a três pontos fundamentais: 1ª a energia básica hereditária, ou base orgânica; 2ª a capacidade de aplicação de natureza constitucional, ou base fisiológica; 3ª a faculdade de discernimento ou juízo concreto ou base psico-crítica".

Se a inteligência depende em parte do maior ou menor desenvolvimento dos fatores intelectivos de várias modalidades, por outro lado o rendimento destes será mais ativo se o estado de saúde orgânico lhes for favorável. Grandes cérebros, homens que poderiam aumentar a produção de suas obras e descobertas deixaram-se aniquilar prematuramente pela saúde precária; jovens de inteligência brilhante com a esperança de serem úteis à Pátria e a si próprios definharam pelo desânimo e pela apatia; grande número deles poderia ter-se poupado se recebessem o estímulo orgânico, proporcionado pelos exercícios físicos, como seiva nova a manter-lhe o vigor. A saúde, a força e destreza são as virtudes do corpo como instrumento capaz a serviço da inteligência.

Com relação ao espírito podemos afirmar que a consciência, sem dúvida, é o fato que domina os assuntos práticos da vida; necessitamos certas qualidades de inteligência e de caráter para obter êxito. Na atividade prática a forma de inteligência é diferente do que a do estudo teórico. Neste ela deve ser serena e reflexiva tanto numa classe como no gabinete de estudo. Ao contrário no dinamismo e alterações constantes das condições da vida prática não há tempo para a calma e contemplação repousada. Há necessidade de manter alerta a inteligência para aproveitar as

oportunidades que, uma vez perdidas, podem nunca mais voltar; perspicácia fria, raciocínio rápido e ação pronta para tirar o melhor partido, são qualidades imprescindíveis para a vida, que não é senão uma luta ininterrupta contra a natureza e nossos semelhantes. Nessa luta exige-se, sobretudo, a confiança em si mesmo. A independência e a afirmação de si próprio, não admitem facilmente uma derrota. O débil na luta física humana tem que afastar-se; o êxito é para o forte tanto no caráter como no físico.

Mas não termina aqui a contribuição da Educação Física. A vida não se resume apenas no conflito do físico, do intelecto e da moral contra as condições do meio.

Existe algo que eleva o espírito, que desperta nossos sentidos, que nos satisfaz intimamente e nos transporta a um mundo diferente; é o senso da estética; o senso da beleza que não é um privilégio e sim uma faculdade que nos permite admirar o que é belo, tanto no homem como na arte e na natureza.

Essa faculdade é um apuro da sensibilidade humana que nos torna capazes de apreciar tanto melhor quanto mais nos excitar e agradar os sentidos o objeto em vista. Diz Nietzsche, que o belo e o feio são biológico, tudo quanto é nocivo à raça nos parece feio. Ora, o que é biológico é vida, e

vida supõe-se o que é normal; é a integridade orgânica no seu mais perfeito domínio sobre a vontade. Só podemos, pois, compreender a estética quando, livres de qualquer influência maléfica, estivermos aptos a admirar o belo: a beleza da luz, da cor, do ritmo, da forma.

Podemos criar o belo. A Educação Física é a base da beleza humana; por meio dela apreciamos a beleza do gesto, do movimento, das proporções da forma, de que se aproveita o mais hábil artista para fixá-los na tela ou no mármore. Os gregos e os romanos já exaltavam o valor da beleza do atleta homem ou mulher; e a beleza plástica de um corpo harmonioso dava os mesmos direitos à glória que a vitória das competições.

Assim, a cultura física se propõe de um lado a desenvolver as qualidades estéticas do homem e de outro a permitir-lhe criar o belo dando-lhe o ensino de se aproximar cada vez mais, da perfeição.

Esse é o objetivo da Educação Física; preparar o homem desde os seus primeiros anos de vida dentro dos aspectos referidos é conseguir elevá-lo a representante fiel de uma raça digna, saudável e civilizada.

Vemos, pois, por estas ligeiras considerações como é vasto o horizonte que abrange a Educação Física.



UMA REALIDADE E UMA VITÓRIA A FÁBRICA DE CALÇADO DO ESTABELECIMENTO CENTRAL DE MATERIAL DE INTENDÊNCIA

Capitão MARIO MARQUES RAMOS

APRESENTAÇÃO



FÁBRICA DE CALÇADO, instalada no Pavilhão Industrial do E.C.M.I., foi organizada em face do despacho dado, em 28-XII-950, no ofício n. 600/Ch, de 22-I-950, da Chefia do Estabelecimento.

Dotada, inicialmente de máquinas e ferramental para a produção de 500 pares de borzequins diários, foi ampliada, vamente, em fase de adaptação para cumprir um programa de 1.500 a 2.000 pares diários, ainda em 1953.

Seu equipamento especializado é o mais moderno e completo possível e a maioria absoluta de suas máquinas e ferramentas é de fabricação nacional.

Seus operários são, todos, nacionais.

Sua constituição é a seguinte :

Escritório ;

Almoxarifado :

1ª Secção — Corte de peles ;

2ª Secção — Corte de sola ;

3ª Secção — Posponto ;

4ª Secção — Montagem ;

5ª Secção — Acabamento ;

6ª Secção — Posponto de canhão (de coturno, trabalho desdobrado da 3ª Secção, com o aumento da produção).

Secção Reembolsável (Inicialmente: Remonte de Calçado).

Hoje, fabrica sapatos para oficiais e sargentos, além dos ensaios e fabricação de novos tipos de calçado militar, para experimentação.

Balcão — Conferência, Seleção, Amarração e Despacho.

Vestuário.

Obs. — Está em organização uma pequena secção de manutenção especializada, com mecânicos ferramenteiros, para fabricação de pequenas peças sobressalentes e para consertos de máquinas e ferramentas que não possam ser feitos pelos mecânicos volantes e para que a fábrica não venha sobrecarregar, ainda mais, as oficinas gerais do E.C.M.I.

A FÁBRICA DE CALÇADO

Ao analisarmos a Fábrica, três aspectos devemos focalizar :

- aspecto militar ;
- aspecto económico ;
- aspecto técnico.

1 — *Aspecto militar :*

É aconselhável ou não a instalação de fábricas militares ?

O conceito de "guerra total", com suas diretrizes bem assentadas por Ludendorff, estava a exigir a definição precisa de como deveria ser encarada e realizada a "defesa total".

Isto foi feito de modo magistral pelo Gen. de Lattre de Tassigny ("Ensaio de adaptação da organização militar às condições futuras da Guerra").

Nos dois casos, verificamos que uma nação vale pela sua "frente interna, isto é, pela sua Zona do Interior" (Z.I.), pela capacidade que tem esta Zona de alimentar ou manter, por maior ou menor tempo, um ou mais T.O. (teatros de operação), ou seja, pela sua capacidade industrial e financeira, além de assegurar sua própria defesa.

Cada cidadão deverá saber como, na guerra, irá contribuir para a segurança e vitória de sua Pátria.

Não cabe somente às forças armadas zelarem pela segurança nacional e, já que o valor das fronteiras perdeu muito de sua primitiva importância, nesta era atômica em que vivemos, a todos compete zelar e se interessar pela segurança comum.

Com efeito, não é a fronteira marítima ou terrestre perfeitamente guardada que impede o ataque inimigo, quando este emprega armas atômicas, projéteis dirigidos e tira proveito da guerra psicológica.

Só a organização da frente interna impedirá a derrocada.

Todo o parque industrial da Z.I. deve estar em condições de apoiar o T.O. e isto só será possível se estiver familiarizado com o tipo de material e equipamento usado pelas Forças Armadas, desde o tempo de paz.

Este é o principal motivo apontado para condenar a instalação de fábricas militares que, se em tempo de paz estão em condições de prover as forças armadas permanentes, não tem, como um parque industrial inteiro, possibilidades de apoiar um ou mais T.O. e assegurar o provimento das forças armadas de mobilização.

Surge contudo o reverso da medalha.

Em certos casos, a nação tem interesse em manter o monopólio e mesmo o sigilo sobre certa fabricação (armas, munições, produtos químicos, equipamentos, etc.) e por outro lado, não sendo possível interessar todo o parque industrial, em tempo de paz, na fabricação de artigos para a guerra, principalmente nas democracias, as Forças Armadas devem possuir técnicos capazes de fiscalizar, dirigir e orientar as fábricas civis, a partir do decreto de mobilização ou antes, em tudo que possa interessar à nação, durante a guerra.

Pensar, embora remotamente, numa mobilização industrial, para fins militares, sem possuir quadros de oficiais e sargentos tecnicamente preparados e capazes de obter sua efetiva realização, parece-nos, simplesmente, uma utopia.

É claro e evidente que um oficial, para fiscalizar, dirigir ou orientar o trabalho de uma fábrica, precisa conhecer muito bem, entre outras coisas :

- técnica de administração e controle,
- técnica de fabricação dos artigos necessários (em detalhe),

- como tirar o melhor proveito do material (máquinas, ferramental, matéria-prima),
- como tirar o melhor proveito do pessoal (seleção, organização do trabalho).

Sem estes conhecimentos básicos, o técnico militar, apesar de toda dedicação, assinará muito papel sem saber o que está assinando, verá muita coisa, mas não enxergará coisa alguma e estará sempre à mercê das informações que os mestres e contramestres lhe quiserem dar, sem poder avaliar se são totalmente reais e completas essas informações.

Conhecimentos dessa ordem não podem ser adquiridos nos bancos escolares, pois só no contacto continuado com operários, máquinas e matéria-prima, podem ser conhecidas as deficiências de cada um desses conjuntos, as influências reciprocas que entre si exercem, como resolver os casos surgidos, como jogar com as possibilidades, como sanar as deficiências para obter uma fabricação quantitativa e qualitativamente satisfatória, no prazo exigido.

Estes são os principais motivos que determinam, de modo imperioso, a instalação de fábricas militares, em tempo de paz.

A instalação da Fábrica de Calçado obedeceu, pois, a um princípio militar básico e de dupla finalidade:

- a) treinar oficiais e sargentos de Intendência na direção, orientação e fiscalização da fabricação do calçado militar;
- b) treinar oficiais e sargentos de Intendência na direção, orientação e fiscalização do remonte do calçado militar, para constituírem parte dos quadros das Cias. de Reparação de Material de Intendência.

2 — Aspecto econômico:

Há lucro ou prejuízo?

Só o estudo do aspecto militar já era suficientemente forte para determinar a instalação da Fábrica de Calçado, visto como ela é básica para a instrução dos Quadros de Intendência.

Mesmo que houvesse prejuízo, isto não poderia ser levado em conta, desde que a aprendizagem e o treinamento dos Quadros fôsem considerados compensadores.

Felizmente é muito outra a realidade.

Foi determinado rigorosamente o custo da produção, levando em conta:

- despesas de produção;
- mão-de-obra, tempo de trabalho, tarefa (salário);
- matéria-prima;
- material auxiliar (de consumo e de manutenção).

Foi determinado o preço de custo, somando mais:

- as despesas de administração;
- as despesas diversas (refugo, material não aproveitado, etc.).

Foi determinado o lucro dado ao Exército, comparando o preço de custo (constantes das Portarias de fornecimento às Unidades e que corresponde, no comércio, ao preço de venda das notas de entrega) com o preço de venda das melhores ofertas obtidas em concorrência, aberta pelo D.G.A.

O lucro foi tão compensador que a Fábrica passou a produzir 1.000 pares diários, em 1952 e fabricará de 1.500 a 2.000 por dia, em 1953.

Não se pense que o lucro decorre do não pagamento de impostos. Maquinária e matéria-prima pagaram seu tributo e o I.A.P.I. recebe regularmente a quota devida.

Com efeito, só um ou dois impostos não são pagos pela Fábrica, mas, em compensação, o salário dos operários é o mais elevado do Distrito Federal e encontramos em folha de pagamento mensal o vencimento, até, de Cr\$ 5.300,00 para um operário altamente produtivo (Luiz Gonzaga de Barros Musa, da 1ª Seção — Corte de peles).

A matéria-prima não é somente selecionada na "Sala de Entradas" do E.C.M.I., mas também no Almoxarifado da Fábrica, após o recebimento do D/1.

Outra coisa que permite aumentar o lucro da indústria civil é o aproveitamento de muitos recortes de peles e aparas de sola, na fabricação do calçado feminino e infantil, o que não é possível nesta fábrica militar.

Fator de diminuição do lucro é o estudo permanente de tipos de calçado que mais possam convir à nossa tropa em diferentes situações, visto como:

- o trabalho é lento (quase sempre à mão);
- a matéria-prima é especial ou de recorte especial;
- de dez ou vinte trabalhos que não passam das amostras e experimentação só resta, muita vez, a idéia e a experiência.

Como exemplo, citamos o coturno de cano alto, para a Cavalaria, fabricado sob indicações do Exmo. Sr. Gen. Ancora.

Ótimo sob inúmeros pontos de vista, era caro, pela matéria-prima empregada, para poder ser fornecido à toda nossa tropa montada.

Em compensação, a idéia ficou e serviu de base para a confecção do novo tipo de cano de coturno, com 4 fivelas, para as praças de Cavalaria.

Reforçando o que acabamos de dizer, fornecemos ao leitor os seguintes dados e pedimos sua meditação sobre o que eles exprimem.

1952 — Diferença do preço médio da Concorrência para o da Fábrica:

	Concorrência	Fábrica	Diferença
Borzeguin.....	131,60	122,00	9,60
Coturno.....	169,00	150,00	19,00

Com o programa de produção de 114.000 pares de borzeguins e de 97.100 pares de coturno, a Fábrica deu ao Exército:

Economia de 1952..... Cr\$ 3.227.300,00

1953 — A diferença aumentou muito:

	Concorrência (de 1952)	Fábrica (1953)	Diferença
Borzeguin.....	131,60	95,95	35,65
Coturno.....	169,00	121,44	47,56

Pela harmonia operário-máquina-matéria-prima, foi obtida sensível redução no custo de produção e no preço de custo.

Foi tomado o preço da concorrência de 1952, propositalmente, já que aumenta e nunca diminui de ano para ano.

As necessidades para 1953, são:

243.500 pares de borzeguin;

151.500 pares de coturno.

Atribuído este programa de produção, integralmente à Fábrica de Calçado, esta dará ao Exército:

Economia de 1953..... Cr\$ 15.886.115,00

3 — Aspecto técnico :

O produto da Fábrica é bom e tende a melhorar ?

A Fábrica tem organização, divisão e racionalização de trabalho, controle e matéria-prima que lhe permita ampliar em número e variedade a sua produção ?

Comparando o trabalho executado pela Fábrica com o similar civil notamos, até agora, que a matéria-prima, a mão-de-obra e o final do acabamento, responsáveis pela duração e comodidade do calçado, quando não são melhores, são, pelo menos, iguais aos melhores tipos de fabricação civil ofertados.

Isto decorre :

- da *seleção rigorosa* da matéria-prima ;
- da *maquinária e ferramental* modernos que a Fábrica possui ;
- do *pagamento melhor* da mão-de-obra, tendo o operário interesse em permanecer na Fábrica.

O produto tende a melhorar, pelo perfeito conhecimento das máquinas e pelo maior adexramento dos operários.

Na organização da Fábrica, divisão e racionalização do trabalho, vemos seu ponto alto, porque :

- o tempo perdido entre as diferentes operações é mínimo ;
- o trabalho das 3 primeiras secções é realizado de tal modo que sua estocagem no almoxarifado seja proporcional às necessidades das 3 últimas.

Verificamos, então, um controle eficiente tanto da matéria-prima, como do produto acabado.

Nada é feito sem um boletim de tarefa e as fichas que acompanham cada lote de material entregue às secções são de cores diferentes para cada secção, simplificando muito o controle.

Na última ficha deve constar o recolhimento do calçado pronto ao Depósito n.º 3 (D/3) do E.C.M.I. e relativo à produção diária.

A ampliação da produção já foi obtida duas vezes de modo muito lisonjeiro.

A ampliação da variedade de produção não é aqui necessária, como nas fábricas civis, mas, apesar disso, o calçado militar para operações especiais (para-quedistas, operações em montanha) e a impermeabilização desses e de outros tipos constitui ponto de estudos permanentes.

CONCLUSÕES

- 1 — A Fábrica de Calçado do E.C.M.I. é, antes de tudo, uma Fábrica-Escola onde, nos parece, devem estagiar todos os aspirantes de Intendência e todos os sargentos de Intendência possuidores do C.R.A.S. (ao menos os formados na 1ª R.M.).
- 2 — A Fábrica de Calçado é uma Fábrica Piloto, pois com a sua ampliação, ela é um verdadeiro termômetro na indústria do calçado nacional (preço, prazo de entrega e volume de produção), já tendo demonstrado sua eficiência neste sentido, em abril de 1952, quando evitou a alta do preço tramada em convênio de fornecedores.
- 3 — O aspecto econômico de sua produção é tão empolgante que tende, como é natural, a sufocar o aspecto militar. Tudo deve ser feito para que isto não aconteça porque, então, estará em perigo até o aperfeiçoamento da técnica e a realização dos estudos experimentais.

INSTRUÇÕES PARA OS SELECIONADORES

1.^o Ten. GUSTAVO LISBOA BRAGA

IV

CONCLUSÃO



Como parte conclusiva, vamos analisar, rapidamente, como era feita anteriormente a incorporação na 4.^a R.M. e como está sendo feita atualmente, frisando as principais vantagens oferecidas pelo processo ultimamente adotado.

A) Nos anos anteriores (processo antigo).

Em 1950 e nos anteriores, a seleção e distribuição dos conscritos compreendia três fases a saber :

1.^a Fase : Nos Pontos de Reunião (P.R.) :

Nas épocas previstas pelos editais de convocação, os P.R. compostos de J. M. S. e um oficial combatente observador, percorriam os Municípios tributários — então cerca de 40, — fazendo a inspeção de saúde dos cidadãos da classe convocada.

Todos os homens julgados aptos nesta deveriam, em época pre-determinada, dirigirem-se aos Postos de Concentração (P.C.) nas Guarnições, onde deveriam servir. Isto, além de acarretar despesas de transporte e alimentação do excesso, sempre ocasionou um congestionamento nas Unidades, onde funcionaram os P.C.

2.^a Fase : Nos Postos de Concentração (P.C.) :

O funcionamento dos P.C. sempre esteve a cargo de uma ou duas Unidades em cada Guarnição.

Ficava a seu critério e de acôrdo com o interesse daquelas Unidades a distribuição dos conscritos que se apresentassem. Isto sempre foi motivo de reclamações e as Unidades da Região apresentavam desequilíbrio na sua composição e, conseqüentemente, na sua eficiência.

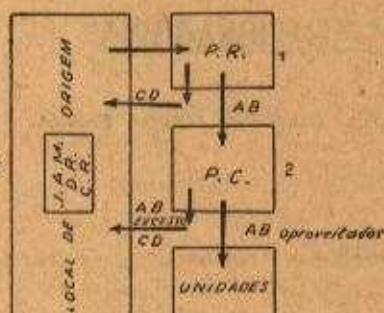
Não era, também, levado em conta a especialização de certos corpos. A Cia. Leve de Manutenção, por exemplo, Unidade de especialistas, recebeu, em 1950, a maioria de seus homens analfabetos e que nada conheciam da especialidade, o que prejudicou muito sua instrução.

3.^a Fase : A 3.^a fase, no âmbito das Unidades, era feita de acôrdo com o P.P. somente, o que apresentava falhas.

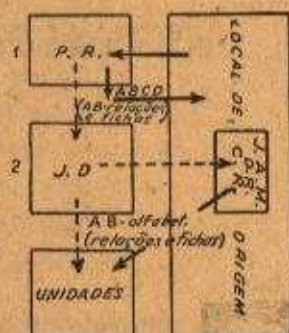
(*) Continuação do n. 464, de março de 1953.

ORGANOGRAMA GERAL DOS DOIS PROCESSOS

PROCESSO ANTIGO:



PROCESSO ATUAL:



LEGENDA

- > Percurso seguido pelo homem
 - - - - -> Percurso seguido por fichas e relações

- 1 — Ai era efetuado um exame médico e os homens aptos A e B encaminhados para o P.C.
 2 — No P.C. era realizada nova inspeção médica: Precária seleção intelectual e profissional, havendo grande incorporação de analfabetos. Apresentação de 5.495 conscritos com estadia média de 10 dias, e não aproveitamento de 3.378 desse total. Grande despesa com etapas.

- 1 — Ai efetuamos:
 — Seleção médica e física;
 — Seleção intelectual:
 — Escolaridade;
 — Teste de classificação geral 1 ABC;
 — Seleção profissional.
 2 — Todo o trabalho posterior é feito somente com o uso de fichas. Aumento de municípios tributários e incorporação somente de alfabetizados. Grande economia de etapas.

B) Na presente incorporação (Processo atual).

A seleção e distribuição dos conscritos, compreende três fases:

1ª Fase: Nos P.R.: Nas épocas previstas pelos editais de convocação, o P.R., composto de J.M.S. e de um oficial selecionador, percorre os municípios tributários — atualmente cerca de 120 — fazendo uma completa seleção dos cidadãos da classe convocada, constando de:

Seleção médica e física;

Seleção intelectual (Escolaridade);

Seleção profissional (Teste de Classificação geral 1 ABC).

As fichas azuis de todos os homens julgados aptos nesta são encaminhadas para as J.D. nas Guarnições, juntamente com uma relação. Todos os trabalhos passam a ser feitos por intermédio de fichas e relações.

2ª Fase: Nas Juntas de Distribuição (J.D.):

A J.D. é constituída de 1 oficial representante por Unidade e chefiada por um oficial superior ou capitão designado pelo Cmt. da Guarnição.

Cabe à J.D. a distribuição dos conscritos, de acordo com os claros e dentro das especialidades fornecidas pelas Unidades, distribuição essa equitativa e proporcional às necessidades das mesmas Unidades.

Para as J.A.M., D.R., C.R., ... são encaminhadas relações dos conscritos aproveitados, e dia e Unidade onde os mesmos devem se apresentar, bem como, relações dos conscritos incluídos no excesso.

3ª Fase : Qualificação :

No âmbito das Unidades é feita de acordo com os P.P.

VANTAGENS OFERECIDAS PELO PROCESSO ATUAL, EM CONFRONTO COM O ANTIGO

Podemos agrupar essas vantagens em :

A) Vantagens morais, ou de fundo ou conseqüências morais, tais como :

— incorporação de alfabetizados, somente, conseguida devido ao aumento do número de municípios tributários. Uma amostra maior permite maior rigor na seleção

Com a incorporação, somente, dos melhores convocados alfabetizados, surge uma série de vantagens morais para o Exército, tais como :

- melhoria do seu contingente ;
- melhoria na formação de seus graduados e especialistas ;
- elevação do nível moral da tropa ;
- elevação do conceito do Exército no seio do povo ;
- distribuição equitativa e proporcional dos conscritos pelas Unidades, conseguidas por intermédio do trabalho da Junta de Distribuição ;
- início de uma verdadeira seleção científica, onde devemos ressaltar :

- a) passamos a considerar o aspecto físico do convocado e lançamos a semente para um trabalho mais completo, para o futuro, por intermédio do "perfil físico" adotado pelo Exército Americano ;
- b) passamos a executar uma seleção intelectual mais completa e a uma classificação geral, por intermédio do teste 1 ABC ;
- c) passamos a executar uma seleção profissional mais científica :
 - base e orientação para uma qualificação científica, a ser efetuada no corpo de tropa.

B) Vantagens materiais, ou de fundo ou conseqüências materiais tais como :

- maior rendimento de trabalho, paralelamente a uma :
 - economia de tempo ;
 - economia de trabalho ;
 - economia de material ;
 - economia de dinheiro. Nessa parte, comporta lembrar aqui que, na incorporação passada, passaram pelo P.C. 5.595 convocados, com uma permanência média de 10 dias. Sendo o valor da etapa de praça Cr\$ 12,40, efetuamos uma despesa em etapas no P.C., no valor total de Cr\$ 693.780,00.

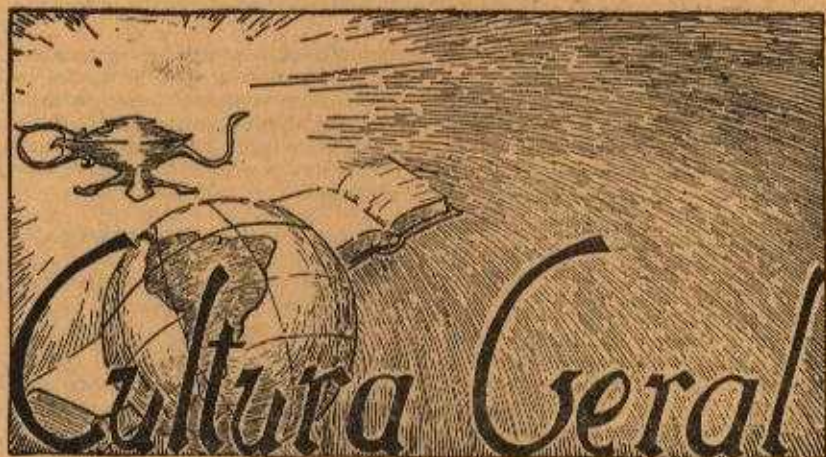
Se levarmos em conta que, no ano passado, houve somente uma incorporação para a metade do efetivo normal e para a qual lançamos mão de 40 municípios, enquanto, no presente ano, estamos realizando uma incorporação para o efetivo normal e para isso lançamos mão de cerca de 120 municípios, podemos concluir que os gastos, no presente ano, se adotássemos o processo antigo, seriam no mínimo o dobro daquele, pois o efetivo a incorporar foi dobrado e o número de municípios triplicado — ou seja Cr\$ 1.387.560,00.

É essa a quantia que estamos economizando presentemente, com a simples substituição do trabalho do P.C. pelo trabalho da J.D. Pois enquanto no P.C. trabalhávamos com o homem, que vinha e retornava — no cálculo acima só levamos em consideração os gastos com as etapas e não cogitamos do transporte —, na J.D. só trabalhamos com fichas e relações, que não consomem etapas e nem gastam transporte.

Quanto aos gastos dispendidos com os P.R. volantes, é o mesmo que se consumia pelo processo antigo, pois lá também usávamos o P.R. volante e a única modificação que introduzimos foi a de ampliação de encargos, deveres e obrigações, além da troca de função do oficial combatente observador para selecionador.

Cumpre ressaltar ter havido também um aumento de despesa ocasionada pelo aumento do número de P.R. para atender aos novos municípios tributários. Despesa essa orçada em cerca de Cr\$ 150.000,00, gastos em diárias, o que não chega a atingir a 1/5 da quantia que gastaríamos se adotássemos o processo antigo e efetuássemos o deslocamento dos homens para os P.C. Verificamos, então, ser esse aumento de despesa, resultante de um acontecimento normal, qual seja o aumento do número de municípios tributários, e que mesmo aqui estamos economizando. Ressalta ainda que essa quantia gasta é fartamente compensada pela melhoria do contingente incorporado.





O TIPO BRASILEIRO - SEUS ELEMENTOS FORMADORES

OLIVEIRA VIANA

A) OS DADOS SOMATOLÓGICOS

1) *Os nossos problemas étnicos: sua complexidade:*

Muito ao contrário do que acontece com os povos europeus e o norte-americano, entre nós o problema das raças não apresenta, no ponto de vista político, nenhuma complexidade. Em nenhum país do mundo coexistem, em tamanha harmonia e sob tão profundo espírito de igualdade, os representantes de raças tão distintas. Homens de raça branca, homens de raça vermelha, homens de raça negra, homens mestiços dessas três raças, todos têm aqui as mesmas oportunidades econômicas, as mesmas oportunidades sociais, as mesmas oportunidades políticas. Está, por exemplo, ao alcance de todos a propriedade da terra. Francos a todos os vários campos de trabalho, desde a lavoura da terra às mais altas profissões. Quanto aos direitos políticos, não figura em nossas leis, entre as condições da sua investidura, o critério das raças.

Essa extrema simplicidade do problema étnico em nosso país,

quando visto sob o aspecto político, desaparece, entretanto, quando o encaramos sob o ponto de vista puramente científico, que é o da Antropologia, da Etnologia e da Antroposociologia. Dá-se então, sob esse aspecto, o contrário do que se dá sob o aspecto político: o problema das raças adquire complexidade desconcertante.

Em primeiro lugar, os elementos étnicos, que entram em nossa formação, não pertencem todos ao mesmo ramo, como acontece com os povos europeus, cujas raças formadoras, embora subdivididas em vários grupos somatológicos, se classificam todas no mesmo tipo ariano. Entre nós, ao contrário, caldeiam-se três raças diferentes, duas das quais exóticas.

Esse exotismo das duas principais raças formadoras leva-nos, por outro lado, aos grandes problemas da aclimação e das seleções telúricas, de delicada solução.

Estas raças, a indígena e as duas advenas, não se mantêm isoladas e infusíveis, como na América do Norte, a negra e a saxonia; ao contrário, mesclam-se largamente duas

a duas, três a três e recruzam-se até o infinito. Daí a extrema multiplicidade dos tipos antropológicos emergentes desse largo e intenso caldeamento.

Essa multiplicidade de tipos antropológicos, oriundos da mestiçagem de raças tão diversas, torna, por seu turno, extremamente árdua a fixação do nosso tipo nacional. Como essas diversas raças não se distribuem igualmente e nas mesmas proporções pelo nosso território e, muito ao contrário, se concentram mais intensamente neste ou naquele ponto, os tipos étnicos regionais refletem essa diversidade de coeficientes de caldeamento e acentuam mais este ou aquele atributo antropológico, conforme o grupo étnico preponderante na sua formação.

Essa complexidade de tipos antropológicos é acrescida pela complexidade dos tipos psicológicos. Cada uma das três raças formadoras tem a sua mentalidade própria; de modo que a psichê nacional resulta do conjunto de três mentalidades inconfundíveis, extremamente diferentes na sua estrutura íntima. Os tipos cruzados, diversíssimos no ponto de vista antropológico são, por isso, também diversíssimos no ponto de vista psicológico e a sua mentalidade é a mistura incoerente e heterogênea dessas três mentalidades irredutíveis: a de um selvagem, a de um bárbaro e a de um civilizado. De maneira que o problema da fixação do nosso tipo psicológico é ainda mais árduo do que o da fixação do nosso tipo antropológico.

Há, também, que considerar os problemas sociais oriundos dessa diversidade mental dos vários tipos étnicos, e abre-se, então, a grande questão do eugenismo das diversas raças que entram na formação do nosso povo; a da maior ou menor potencialidade ascensional dos seus elementos inferiores; a do valor da contribuição que cada uma dessas raças tem trazido à nossa civilização e à nossa história, etc.

Problemas de Antropologia, problemas de Etnologia, problemas de

Antropologia social, é impossível discuti-los todos com a meticulosidade, que merecem; iremos apenas fazer-lhes a síntese rapidíssima, apontando-lhes os aspectos mais revelantes e menos complexos que oferecem.

B) OS DADOS PSICOLÓGICOS

1) Os elementos formadores do tipo mental brasileiro;

Os problemas, que suscita o estudo da nossa psicologia étnica, são tão complexos como os que encontramos quando tentamos discernir os característicos do nosso tipo antropológico: as diversas raças, que entram na nossa formação, não trazem somente, cada uma delas, a sua somatologia específica, mas também a sua psicologia própria, a sua mentalidade, a sua inteligência, a sua sensibilidade, as suas tendências especiais. Há, além disso, a considerar que duas das raças formadoras são exóticas e os tipos criolos dela saídos sofrem, não só na sua morfologia, mas também na sua psicologia, as reações do novo habitat e as do novo meio social em que se encontram, o que importa numa nova circunstância agravadora da extrema complexidade que apresenta o problema da caracterização do nosso tipo psicológico. Essas dificuldades se tornam ainda mais numerosas e graves quando considerarmos este fato de que as três raças fundamentais da nossa formação não possuem um só tipo psicológico específico, mas que, da mesma forma que se subdivide cada uma delas em vários sub-tipos antropológicos, também se subdivide em vários sub-tipos psicológicos; e na determinação da nossa psichê nacional não teremos, pois, que levar em conta apenas a combinação das três mentalidades étnicas, mas também as suas variedades principais.

O "Homo americanus", por exemplo, não contribui com uma só mentalidade. Pelo menos, há dois tipos mentais, como há dois tipos somatológicos de selvagens. Há os tipos cor de chocolate, o

"abaúna" de Couto de Magalhães, de alta estatura, de formas grosseiras, a que pertencem os Chavantes de Goiaz, e os Mondurucús, do Pará e cuja mentalidade é a do homem primitivo; e há o grupo côm-amarelada, de estatura mediana, de formas mais perfeitas e graciosas, o "abajú" do mesmo etnógrafo, e cuja mentalidade é superior à do primeiro grupo. Este é mais inteligente, assimila mais rapidamente as nossas idéias e se mostra senhor de uma maior adaptabilidade à nossa civilização: o outro, o "abaúna", pouco inteligente, dificilmente apreende as nossas idéias e só se presta para os trabalhos mais grosseiros e os ofícios mecânicos que não exigem qualidades superiores de inteligência.

Os cruzados indo-árícos e indo-negros, conforme provenham deste ou daquele grupo, conforme tenham a ancestralidade de um "abajú" ou de um "abaúna" na sua genealogia, orientar-se-ão nesta ou naquela direção, terão estas ou aquelas aptidões e, se preponderam numa dada região, darão à sociedade este ou aquele feitiço particular ao tipo racial da sua origem.

O *Homo afer* é ainda mais poliforme no ponto de vista do tipo psicológico. Das várias tribos que aqui se fixam, nem todas têm a mesma mentalidade, a mesma inteligência, a mesma sensibilidade, a mesma energia de caráter. Há tribos de negros inteligentes, como os angolas, astutos e vivazes, imaginosos, dados às manhas e às artes e há tribos de negros brancos, como os iebús, cuja mentalidade rudimentar é de difícil permeabilidade às idéias e sugestões da nossa civilização. Em certas tribos, as qualidades do caráter se mostram excelentes: os minas, os felinas, os fulos, os iorubas, os egbas são negros de índole doce e submissa, leais e honestos, com o gosto da poupança e o bom-estar. Os haussás e efans, ao contrário, são negros ativos e indomáveis, senhores de um vivo sentimento de independência e aparecem como os

cabecilhas principais das nossas revoluções negreiras. Os angolas e os gegis, apesar das suas qualidades de inteligência, não têm a moralidade e integridade dos egbas e iorubas; e deles é que se originam os nossos capadócios do interior, mestiços pacholas, violeiros e botadores de catíngas, pouco laboriosos e de uma incorrigível pernoscidade.

O homem ariano, que é o elemento mais importante na nossa formação, contribui com vários tipos étnicos, que, por seu turno, tem cada um o seu tipo mental. Com os colonos lusos, hespanhóis, italianos, alemães e slavs nos vêm, nos tempos modernos, como já vimos, os representantes das quatro principais raças da Europa: os dolicho-loiros ("Homo-europeus"); os brachy-loiros; os brachy-morenos ("Homo-alpinus"); os dolicho-morenos ("Homo-Meridionalis"). O dolicho-loiro, que nos vem nas correntes germânicas e escandinavas, tem a sua psicologia característica, cujo tipo é a dos anglo-saxões. O brachy-moreno (*Homo-alpius*) possui também a sua, inteiramente distinta da do *Homo europeus*, e que é a psicologia da raça céltica. Esta, porém, apresenta variantes psíquicas, conforme o seu habitat regional: o celta do Vale do Pó não tem a mesma mentalidade do celta da Baviera, nem este a mesma mentalidade do celta do Minho ou da Galícia hespanhola: um é um "português" ou "hespanhol"; outro, um "alemão", outro um "italiano": de maneira que a contribuição do "*Homo alpinus*" na formação da nossa mentalidade não é uniforme. Mesmo entre os dolichoides meridionais, de raça ibérica, o tipo mental, embora idêntico nas suas linhas gerais, não é o mesmo nas suas particularidades: o italiano da Puglia ou da Calabria não é o mesmo que o hespanhol da Andaluzia ou Murcia, ou o português da Beira ou da Extremadura. Há em cada um deles idiosincrasias de temperamento, de mentalidade e de caráter, que os fazem perfeitamente distintos uns dos outros.

Essas diversidades mentais, não só entre as três raças fundamentais, como entre os sub-tipos de cada uma, difícil de se caracterizarem "in abstrato", revelam-se, nitidamente, "in concreto", no campo social. Vemos aí, então, esses tipos e sub-tipos étnicos se diferenciarem perfeitamente, não só pela sua forma de organização social e pelas modalidades prediletas da sua atividade econômica, como pelas suas preferências profissionais e pelas suas tendências sociais e intelectuais mais acentuadas.

2) *Psicologia do índio e do negro e do seu mestiço:*

Entre o negro e o índio, por exemplo, embora ambos pertençam a um tipo inferior, é profunda a diferença de mentalidade. O índio, cuja inteligência não parece superior a do negro, possui um caráter, cujo traço dominante é a altivez. Embora deixando-se seduzir por certos aspectos de nossa civilização, o selvagem não tem o culto do homem branco, como o negro: não o imita, não o macaqueia, não lhe aceita a ascendência. O negro pode não se civilizar, por incapacidade mental para assimilar a civilização do branco; mas não porque a desdenhe, ou a repugne; o índio ao contrário, não se civiliza, porque desdenha e, mesmo repugna a nossa civilização.

Em nossa história vemos, desde os nossos primórdios, o selvagem rebelado contra a civilização superior que lhe querem impôr, sempre a morrer de nostalgia das suas tabas, sempre pronto a fugir para as suas florestas nativas:

"Nunca, por mais horrível e barbaramente que fossem tratados — diz Zacarias Wagner, um dos companheiros de Nassau — os brasileiros se deixaram submeter e sobrepujar, resistindo sempre obstinadamente e mantendo, até o dia de hoje, a sua liberdade e independência".

Quando o contemplamos atualmente na Amazônia, quer nas suas aldeias próximas dos centros civilizados, quer nas cidades, já do-

mesticados, sentimos que, apesar de todas as aparências de civilização, o índio continua bárbaro, absolutamente fechado dentro de sua mentalidade de bárbaro, estranho à nossa vida, revelando uma absoluta impermeabilidade às nossas idéias e à nossa cultura. Há no seu temperamento, ou na sua estrutura mental, como que uma certa dureza ou imaleabilidade, absolutamente invencível à ação educadora dos agentes da civilização: ele é incivilizável por excesso de personalidade, por carência de utilidade mental que permita afeição-se segundo as nossas idéias e os nossos sentimentos.

O seu orgulho, e sua altivez, e sua hombridade, por um lado, e, por outro, a sua indolência e o seu nomadismo de caçador o tornam incompatível com a existência metódica, ordenada e medida do homem civilizado. Daí a sua refratariedade à vida das cidades: o índio, mesmo civilizado, é, ao contrário do negro, profundamente rural e anti-urbano. Falando dos Charrúas do seu tempo, diz o cronista Borrero, que eles se retiraram para o interior dos seus campos, evitando o contacto com o hespanhol e o luso:

"Los Charrúas son otra de las naciones antiguas de esta América, cujo caráter agreste, feroz y belicoso los ha mantenido siempre retirados de todo trato y comunicación".

Essa anti-urbanismo dir-se-á que ele transmite aos seus mestiços: os nossos "caboclos" não parecem muito amantes da vida das cidades: vivem, ao contrário, no campo, onde há mais desafogo para os seus atavismos de nômade. Os Carijós alforriados, do tempo do Morgado de Matheus, por exemplo, não se concentram à maneira dos negros e mulatos, nas vilas e cidades, mas andam vagabundos pelas estradas da capitania, no seu nomadismo de caçadores:

"E lhe permito", escrevia o dito Morgado a Correia Pinto "convoque para o dito efeito todos os fôrros carijós administrados que ti-

ver notícias andam vadios, e não têm casa, nem domicílio certo, nem são úteis à República, e os obrigue a povoar as ditas terras”.

“Jeca Tatú” é evidentemente um mameluco; não o disse o seu criador, mas a sua condição de “Homem baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela, na penumbra das zonas fronteiriças”, bem lhe está denunciando uma antropogênese americana:

“A medida que o progresso vem chegando com a via-férrea, o italiano, o arado, a valorização das terras, vai ele refugindo, em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a conservar-se sempre fronteiro, mudo e sorno. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se”.

Essa psicologia especial do “Homem americanus” e seus mestiços é que explica, na atualidade, a sua distribuição geográfica pelas regiões pastoris do Brasil central e pelas regiões florestais: o pastoreio e a indústria extrativa, pelo seu caráter desmetódico, aleatório e nômade, são as únicas formas de atividades econômicas que mais se adaptam ao temperamento e à mentalidade dos nossos indígenas e dos seus cruzados.

No ponto de vista da moralidade, eles revelam uma dignidade de costume maior do que a dos negros. De humor sombrio e desconfiado, fazem-se poucos sociáveis e comunicativos; mas há na sua atitude para com o civilizado, um traço de nobreza e hombridade que não encontramos no africano. Pelo menos, não descobrimos nêles nenhum sinal de servilidade.

Os seus mestiços, de que são representantes típicos os nossos sertanejos do Nordeste, mostram-se, por isso, dotados de um alto sentimento de dignidade e altivez. Quando vaqueiros, ao tratarem com os patrões, como observa Euclides da Cunha,

“subscrevendo as cartas, repugnam-lhes a fórmula vulgar: “amigo e criado”; substituem-na in-

genuamente por outra: “seu amigo e vaqueiro”.

Um pequenino traço, que define, por inteiro, a fisionomia moral dos nossos rudes e bravos caboclos do sertão.

Já no Século II, o citado Zacarias Wagner reconhece a seriedade dos nossos mamelucos e a honestidade das suas mulheres.

“Os homens”, diz ele, no seu “Zobiblion” são inclinados a toda a sorte de profissões lícitas, e se deixam aproveitar com vantagens no nobre mister das armas. As mulheres casam com frequência entre gente de sua casta: na maioria, porém, são honestas e legalmente cobigadas para esposas legítimas por portugueses, às vezes bem ricos, e também por alguns neerlandezes abraçados por paixão.

O negro não gera, em tanta abundância, mestiços, assim tão superiormente dotados no tocante à moralidade: os cronistas coloniais são unânimes em reconhecerem na maioria dos mulatos falhas de caráter muito graves. É ainda o mesmo Wagner quem nos diz que, tanto entre os portugueses, como os holandezes, “eles são geralmente tidos como uns velhacos muito ruins, falsos e traidores”. E acrescenta que o governador,

“considerando que procedem de sangue cristão, pretendeu, a princípio, dar liberdade a todos eles: mas, informado, depois, da sua péssima e desleal conduta, teve escrúpulo em fazê-lo”.

Evidentemente, nem todos os cruzados afro-arianos revelam esta inferioridade de caráter. Há os da melhor tempera moral e constituem o grupo dos mulatos superiores, isto é, os que se identificam pela inteligência, pelos sentimentos e, às vezes, mesmo, pelo tipo físico, com o homem da raça branca: e o estudo do seu tipo psicológico se confunde com o tipo ariano.

Comparando os mulatos e os mamelucos, sentimos que estes possuem um equilíbrio moral mais perfeito, ao passo que aqueles embora de caráter menos sólido, parecem mais bem dotados no ponto de vista da inteligência. São mais

vivazes, mais curiosos de saber, mais suscetíveis de civilizarem-se, mais destros e ladinos na aprendizagem dos ofícios e mais prontos a imitarem os hábitos e os costumes do homem branco. Por isso, o mulato, como aliás o negro, é, ao contrário do indígena e do mameluco, principalmente um urbano: as cidades, com as suas pompas, a sua sociabilidade, a sua maior civilização, o atraem e seduzem irresistivelmente. Lendo os cronistas coloniais, bem como os viajantes modernos, notamos que eles nunca aludem à existência de caboclos ou mamelucos nas vilas e cidades, mas sempre encontram nelas uma cópia inumerável de negros e mulatos. O Conde da Cunha, referindo-se ao Rio, o vê habitado apenas por "oficiais mecânicos, pescadores, marinheiros, mulatos, pretos boçais e nós e alguns homens de negócios". E positivamente o Vice-Rei D. Luiz de Vasconcelos:

"Havendo em toda a parte casta de vadios que cometem insultos e extravagâncias inauditas, não é de admirar que no Rio de Janeiro, onde o maior número dos seus habitantes se compõe de mulatos e negros, se pratiquem todos os dias grandes desordens".

Vê-se, por aí, o urbanismo profundo do negro e do mulato, como se vê também o seu caráter indisciplinado. Em boa verdade, esta indisciplina não vem do negro; o negro puro, crioulo ou não, é morigerado de costumes, obediente, servil e, por isso mesmo, pouco dado à turbulência; o mulato é que é explosivo, rebelde, desordenado e agressivo: e é ele que se faz o fator principal da desordem e da anarquia em nossa história.

O negro é mais laborioso do que o índio, mais paciente, mais dócil, menos individualista e acomoda-se perfeitamente ao cativeiro, — o que não acontece com o aborígene. Daí, no período colonial, o preferirem-no os senhores rurais para os trabalhos mais rudes e mais monótonos: a mineração, a agricultura, os serviços braçais nas ci-

dades; ou para os serviços mais servis, como os de criado, lacaio, pagem. Hoje ainda, ele e o mulato são os que fazem o duro serviço das arroteias nas nossas zonas agrícolas e os rudes serviços de estiva nos nossos centros portuários.

Há, entretanto, a observar: a servilidade, característica do negro, não se transmite ao mulato. Este, ao contrário, é extremamente suscetível e ativo; mas, a sua altivez reveste um caráter alto-neiro, cheio de arrogância e insolência, sem esse traço de gravidade e nobreza, próprio à altivez do selvagem e do mameluco.

Há um ponto, em que o negro e o índio revelam uma mentalidade idêntica: é a indiferença pelo futuro, a extrema limitação das ambições, o descaído pela melhoria do seu triste viver. Bárbaros uns e outros, contentam-se com pouco, o bastante para satisfazer às suas necessidades quotidianas, e, no seu esforço para garantir a subsistência, não dilatam os objetivos da sua atividade para além do dia seguinte. Dos nossos indígenas, diz ainda o autor do *Zoobiblion*: "Vivem com muita simplicidade, e satisfazem-se perfeitamente com o que na véspera alcançaram na caça". E do negro: — "O seu modo de vida é comparável ao dos Tapuias, não se importam com o futuro e cuidam somente em encher bem as suas panças aqui na terra". Daí o serem eles, em nossa história, fatores negativos no conjunto das forças, que nos têm impellido para o progresso e a civilização.

Essa desambição natural do índio e essa mediocridade ingênita do negro se transmitem aos seus mestiços: Daí a extrema sobriedade das populações mestiças. Curibocas, cafusos, mulatos, todos, com exceção de uma pequena minoria de eugênicos, vivem a mesma vida dos seus ancestrais, satisfeitos na sua miséria, contentes na sua parcimônia e incapazes de realizar, espontaneamente, o mais leve esforço para melhorar o teor da sua existência miserável. Essa

ausência de estímulos de melhoria na sua psichê fá-los elementos inertes e improgressivos, forças negativas, que dificultam e retardam o movimento ascensional da nossa massa social para a riqueza e para a civilização. O Marquês de Lavradio, um dos nossos vice-reis, definindo com agudeza esta mentalidade especial das nossas classes inferiores, dá-nos um exato perfil do tipo mestiço, quando escrevia, em 1779:

"O caráter de alguns americanos destas partes da América, que eu conheço, é de um espírito preguiçoso: muito humildes e obedientes, vivem com muita sobriedade, ao mesmo passo que têm grande vaidade e elevação; porém, esses mesmos fumos se lhes abatem com muita facilidade; são robustos, podem com todo trabalho e fazem tudo aquilo que se lhes mandam; porém, se não há o cuidado em mandá-los, eles por natureza ficarão sempre em inação, ainda a ponto de se verem reduzidos à maior indigência".

Destas palavras, de tão exata observação, o que se depreende é que a nossa massa popular só vale pela presença, em seu seio, de maior ou menor número de elementos aristocráticos, isto é, capazes de ação e comando.

Quando estes elementos abundam, como durante o ciclo bandeirante, essa população de inertes e abúlicos se transfigura e realiza proezas maravilhosas. Lembra o nosso povo um podreoso maquinismo, com as caldeiras em alta tensão, o dinamismo latente e contido, o volante imobilizado, à espera do primeiro impulso para se pôr em movimento. Esta força exterior, esta força propulsiva, capaz de operar a "démarrage" do sistema, só o homem da raça branca possui: é a força do seu eugenismo, a amplitude da sua ambição, o seu desejo incoercível de melhoria, a energia da sua capacidade ascensional, a superioridade da sua inteligência e da sua vontade.

3) *Psicologia do contingente branco: sua fusibilidade:*

Hoje ainda, pelo que toca ao contingente branco, o elemento principal da nossa formação é o português. Dotado de extrema fusibilidade, não tendo nem pelo negro e muito menos pelo índio a repugnância do anglo-saxão, ele, desde o primeiro século da nossa colonização, caldeia-se largamente com esses dois elementos formadores da nossa nacionalidade e infunde a toda massa social do país, das classes aristocráticas às classes populares, da gente de ribamar à gente do interior, o seu gênio específico e original. O traço dominante do caráter português é a rusticidade — pelo menos do português que imigra para o Brasil, saído das suas aldeias do Minho ou das Beiras, onde cultivava a vinha, onde semeia o trigo, onde planta a oliveira, onde cardeia o linho e onde pastoreia com os seus rebanhos de ovelhas e cabras. Como todo rústico de instinto e de raça, ele possui o hábito da frugalidade, o espírito de poupança, a laboriosidade tenaz, a aptidão da "endurance" e da paciência, por um lado; por outro, os hábitos domésticos e sedentários, o instinto patriarcal da família, o gosto da vida passada junto do lume lareiro, a moralidade dos costumes, a integridade do caráter, a morigeração do temperamento e essa ambição de xô curto, própria do ibero e do celta. O português dá-nos as modalidades essenciais do caráter nacional, especialmente nas altas classes, e, probo e honrado, transmite-nos a honestidade dos sentimentos, o pundonor da honrabilidade, o zelo da honra doméstica, o culto da lealdade. Também o nosso espírito se ressentia da influência do seu espírito, pouco afeito aos estudos positivos e às idéias práticas: somos inteligentes, assimilativos, imaginosos, idealistas, brilhantes mesmo, mas, como o luso, refratários às idéias objetivas e mediocrementemente dotados do senso da positividade e da realidade.

Sobre o imigrante luso — que é, como vimos, o que contribui com maior contingente nas correntes arianas que se dirigem para nós — o fato mais singular a notar é a sua transmutação em comerciante. Em sua terra, é ele um puro agricultor, prêso à rabiça do arado, a lavrar leiras para o trigo, para o milho ou para o linho; mas, desde que deixa a sua aldeia e transpõe o oceano, faz-se para logo mercador. Essa transmutação explica-a não um pendor da raça para o tráfico, mas ação sugestiva do meio urbano, em que ele mergulha a suas rusticidade de aldeão. Causas históricas levaram, no período colonial, os colonos lusos a se fixarem nas cidades da costa, como mercadores; e desde aí todos os novos imigrantes peninsulares entraram a concentrar-se nas cidades, transmutando-se em negociantes e oficiais de pequenos officios manuais. Hoje, são eles que formam, nas cidades do nosso país, especialmente no Rio de Janeiro e na Amazônia, a quase totalidade do pequeno comércio retalhista de mercearias e o grande comércio de atacados; mas, nem o alto comércio bancário, nem o grande comércio exportador estão nas cordas de seu temperamento cauteloso, tímido, pouco amante das operações de grande voo. Esse centripetismo urbano do luso moderno é tão acentuado que os seus elementos menos bem dotados, mesmo quando continuam em nosso país a pequena agricultura da sua terra natal, não penetram o interior: ficam gravitando em torno das cidades, numa atividade semi-urbana, como chacareiros e hortelões.

O colono alemão, ao contrário do luso, tem gosto e o instinto da vida rural. Entra à nossa terra e dirige-se diretamente para o campo. Há, na sua mentalidade, esse amor da solidão e do isolamento, que está no fundo do temperamento da raça germânica. É o colono por excelência. Vem para aqui trazendo uma finalidade, que é a conquista de um pequeno domínio, onde se possa fixar definitivamente. O que distingue o colono alemão

dos outros colonos é justamente esse caráter definitivo da sua internação rural: a posse de um lote de terra não é para ele um estado transitório, como em geral é para o italiano e hespanhol; é um estado permanente. Esse espírito de independência, circunscrito à raça germânica, só se desdobra plenamente no campo; aí é que o colono alemão se sente senhor da sua autonomia, dono do seu lar, na plena posse da sua liberdade individual. Toda e qualquer outra situação, cívica de dependência ou servilidade, repugna à sua índole excessivamente individualista. Do seu pequeno domínio rural, ele somente sae para as posições de mando e direção: para o alto comércio ou para as grandes indústrias.

Em hipótese alguma abandonaria o seu "ubi" no campo para exercer empregos subalternos nas cidades — movimento que o colono português, o colono italiano, o colono hespanhol, nem sempre repugnam realizar.

Este feitio especial da mentalidade germânica é que nos dá a razão do relativo fracasso da colonização alemã em São Paulo e do seu esplêndido êxito no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Nestes três últimos Estados, o alemão é um verdadeiro proprietário, senhor do seu pequeno domínio, com as suas leiras de trigo e centeio cuidadosamente cultivadas, onde vive com a mesma independência com que vivia na sua modesta aldeia da Pomerânia, da Silésia, ou de Hannover; em S. Paulo, ao contrário, ele é meramente um operário rural, morando em terra-alheia, com o braço alugado ao proprietário do latifúndio. O colono italiano e o hespanhol se conformam facilmente com esta situação subordinada e precária, porque o seu verdadeiro objetivo é reunir um pequeno pecúlio, com que se instale nas cidades, como industrial ou comerciante. O colono alemão, rural por vocação e gosto, não se compraz nesta condição de servilidade e dependência e prefere afluir para as regiões onde domina a pe-

quena propriedade, para o Paraná, para Santa Catarina, para as encostas e chapadões da serra rio-grandense; e só aí floresce e prospera. É, como se vê, uma particularidade da psicologia da raça germânica, e não propriamente o nosso clima sub-tropical, que determina a distribuição geográfica da colonização alemã ao Sul do país.

O colono italiano, ativo e ardente, não possui essa estabilidade, nem esse ruralismo do colono teutônico. É móbil, inquieto, vivaz, fazendo do campo mais um mero ponto de partida do que um verdadeiro ponto de chegada; dir-se-á que o seu destino é a cidade, o pequeno comércio das vilas e aldeias, o grande comércio e a grande indústria das capitais. Em confronto com o hespanhol, ele se mostra mais ambicioso, mais disciplinado, menos turbulento, mais capaz de persistência e tenacidade; comparado ao português, se não tem a moderação deste e o equilíbrio moral, se, como este, é persistente, tenaz e laborioso, mostra-se mais agricultor que este e de atividade mais intensa e poliforme: não se insula em três ou quatro profissões, como o luso, mas se distribui por uma infinidade de pequenos ofícios, de pequenas indústrias e pequenos negócios, onde se prepara para empresas de maior vulto. Em suma, o colono italiano tem, sobre o hespanhol e o luso, uma maior adaptabilidade econômica e uma maior amplitude de ambição — o que o torna um elemento precioso de progresso e prosperidade nas regiões onde se fixa.

"Quase todo o pequeno comércio e mesmo grande parte do grande comércio do interior e das grandes cidades está em mãos dos que vieram como colonos, ou que vieram com a colonização ou por causa dela" diz uma alta autoridade do governo paulista. "Não cabe aqui, e seria fastidioso, transcrever a nomenclatura das casas comerciais, a lista dos lavradores proprietários, muitos em larga escala, homens estrangeiros aos quais abri-

mos os braços, agora abastados ou enriquecidos pelo seu trabalho esforçado nesta terra dadivosa. Tenho, porém, em mãos, contas do lançamento dos impostos industriais e profissões, em numerosos municípios, em que os nomes italianos são em maior número do que os de origem portuguesa".

Dêsses três tipos de colonizadores, o que revela maior fusibilidade social, como é natural, é o português. Ele traz uma língua, que é igual à nossa, uma civilização social e moral fundamentalmente idêntica à nossa e uma personalidade pouco resistente à pressão do meio ambiente; a sua nacionalização rápida e imediata. É a sua preponderância entre os elementos formadores das correntes arianas, que se orientam para o nosso país, uma causa da persistência e vitalidade das nossas tradições diante da onda de novos colonos, possuidores de uma civilização tão profundamente diversa daquela a que devemos a nossa formação nacional.

O colono italiano, latino como o luso, mas um pouco mais distante de nós do que este, dilue-se na massa nacional menos rapidamente do que o português, cuja difusão é imperceptível; se se aglomera em grandes massas, chega a alterar sensivelmente a fisionomia social das regiões em que se distribui. Em regra, mantém a sua personalidade defronte do brasileiro e só começa a adaptar-se, a alterar-se, a nacionalizar-se, da sua primeira geração em diante. Esta tem todas as qualidades e predicados do meio nacional que a envolve.

O colono alemão, homem de outro tipo, de outra raça, de outro gênio, de outra civilização, é de mais difícil diluição no meio brasileiro; nas suas zonas de fixação, no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande, ele forma uma sociedade inteiramente distinta da sociedade nacional que o circunda, verdadeira ilha étnica, que cresce e se expande lentamente, como que por intuscepção e que, à medida que lentamente se expande, lentamente

se dilui na massa nacional, perdendo em resistência social e étnica o que ganha em extensão geográfica e econômica. Os seus descendentes, na primeira geração, ao contrário dos do italiano, do hespanhol e do português, mantêm ainda muito visíveis na sua mentalidade e nos seus costumes, como no seu tipo antropológico, os característicos germânicos da sua origem; e somente quando, na segunda ou terceira geração, mostram-se perfeitamente nacionalizados, filhos do nosso meio e modelados à sua imagem.

Portugueses, hespanhóis, alemães, polacos, russos formam em nossa páis, o vasto grupo das raças dotadas de solubilidade. Há, porém, dois tipos de imigrantes — o sírio e o anglo-saxão — que se conservam absolutamente insolúveis, como verdadeiros corpos estranhos em nossa sociedade, embora um deles, o anglo-saxão, exerça em nossa economia social uma ação poderosamente estimuladora e dinamogênica.

Entre nós, os anglo-saxões, os maiores colonizadores da história, não se fazem colonos, nem se diluem, como os alemães, na massa nacional. Eles, que difundem os seus pequenos domínios agrícolas por vastas porções do globo, na África, na Austrália, no Canadá, nos Estados Unidos, chegam à nossa terra com uma finalidade diferente da dos alemães: não vêm para fixar-se ao solo, para criar-se uma nova pátria, um novo "home", onde propaguem a sua posteridade. Na sua poderosa irradiação pelo mundo, os que abandonaram definitivamente a pátria e formam a legião dos "settlers", propriamente ditos, se dirigem, de preferência, para os campos da Austrália ou para as pradarias do Canadá e do Far West americano; para a América do Sul, para entre nós, vem somente uma imigração de elite, um grupo selecionado de indivíduos, cujas dominantes psicológicas são a organização, o talento do mando, a audácia das concepções e a ambição de largo voo. O nosso país e o nosso povo são apenas um

campo de aplicação a essas energias formidáveis. Ricos e cheios de audácia, eles — ou americanos, ou ingleses — são aqui os grandes exploradores das nossas riquezas latentes, os disseminadores nababescos de capitais, os principais criadores das nossas grandes indústrias. Dominam e centralizam o nosso alto comércio bancário e cambial, são os senhores das nossas maiores casas exportadoras e fazem-se os grandes construtores das nossas vias-férreas ao Norte e ao Sul, os diretores das nossas maiores empresas de navegação, os fundadores das nossas grandes manufaturas, da nossa indústria mineradora e da nossa metalurgia incipiente. Entretanto, não se fundem: destacam-se nitidamente da massa nacional, formando um grupo à parte, absolutamente inconfundível e inassimilável, dentro do seu soberbo individualismo e do seu indomável orgulho étnico. Não se integram nos nossos tecidos sociais, como elementos de nutrição e preparação; agem em suma à maneira de certos tónicos, cuja função é a de meros estimulantes da atividade celular.

Insolúveis como eles, os imigrantes da raça semita têm um papel inteiramente oposto ao dos anglo-saxões em nossa economia social. Não são elementos de progresso, nem elementos de regresso; são elementos absolutamente neutros; não têm outra função senão a de servir de veículo ao nosso metabolismo econômico. Restringem-se, entre nós, como em toda parte, a um ramo exclusivo de atividade: ao comércio, ao médio comércio das vilas e aldeias, e ao pequeno comércio de mascateação, tão ao sabor dos seus instintos de nómade. De 1908 a 1912, chegam aqui cerca de 26.000, isto é, em maior número do que os austríacos, os alemães, os franceses e os ingleses; mas, aqui se conservam ilhados nas suas colônias, muito solidários entre si, pacíficos, morigerados, amáveis para com o nacional, negociando com ele à sua maneira, à "maneira do turco"; mas absolutamente infusíveis e inassimi-

láveis. São, em nossa terra, eternamente estrangeiros, apesar de serem os que mais perfeitamente aprendem e falam a nossa língua: mesmo quando aqui enriquecem e prosperam, sente-se que a sua pátria, para quem trabalham e vivem, está lá, ao fundo do Mediterrâneo, num quarteirão de Beyruth, ou numa aldeola pacífica, sombreada de sicómoros, nas encostas florestosas do Líbano.

4) *Os descendentes dos colonos arianos — conclusão sobre a função do elemento ariano na nossa economia social:*

Sobre os descendentes desses colonos, o nosso meio natural e social tem uma ação poderosa. O clima parece atuar logo na primeira geração. Não lhes modifica os caracteres antropológicos; mas lhes dá qualquer coisa que faz com que o filho do italiano, o filho do português, ou o filho do alemão, isto é, italo-brasileiro, o luso-brasileiro ou o teuto-brasileiro não sejam exatamente, mesmo no ponto de vista físico, o que teriam sido se tivessem nascido sob os climas da Itália, de Portugal ou da Alemanha. Em regra, camponeses na sua terra de origem, os colonos italianos, portugueses ou alemães trazem forte rusticidade, que os seus descendentes não possuem. Estes são, por assim dizer, mais maleáveis, menos rudes, fisicamente mais ágeis, mais finos, mais elegantes. Evidentemente, esta ação do clima, cujo mecanismo é desconhecido, se deve exercer principalmente sobre o sistema nervoso da progénite ariana.

O velho Hipócrates dizia que o frio é inimigo dos nervos — "frigus inimicum nervi"; mas, se o frio é inimigo deles, o calor deve ser-lhes amigo; sobre os trópicos a inervação se desenvolve e o indivíduo adquire maior sensibilidade, maior agilidade, maior vivacidade — o que caracteristicamente se revela na abundância de gestos e na mobilidade da fisionomia das raças meridionais. Entre as mulheres, esta distinção é sensível: compare-se uma cachopa

portuguesa e uma luso-brasileira, e ver-se-á que esta sobrecorre aquela em leveza, elegância e gracilidade. O tipo é o mesmo, os característicos raciais são os mesmos numa e noutra; mas há, na brasileira, um "quid" indefinível, que é como que a impregnação sutil da nossa luminosidade tropical. O filho do luso, nascido entre nós, não tem por sua vez a rusticidade do pai, liberta-se da "casca grossa" deste e com que se aligeira, apura, afina e vibratiliza.

O nosso meio social exerce sobre a descendência dos colonos arianos uma ação diferente da exercida pelo clima: atua, principalmente, sobre o mecanismo da vontade e, consequentemente, sobre a direção social da atividade de cada filho de colono. Este não possui, em geral, nem a energia de vontade nem a laboriosidade, nem a ambição do seu ascendente. O colono luso ou italiano põe 10 ou 20 anos de paciente trabalho, tenaz, infatigável, para alcançar, ao fim deste tempo, a fortuna; mas, já o seu descendente brasileiro não terá esta capacidade de espera, esta energia contida, esta auto-domação da própria impaciência, este poder de "self-endurance", na conquista de um tão remoto objetivo: a sua vontade é menos resistente aos atritos das vicissitudes, gasta-se mais rapidamente pela ação erosiva das dificuldades e, ou cede pelo caminho, ou varia de alvo, em busca de caminhos mais breves e expeditos. Daí vermos o filho de colono e o neto de colono derivarem insensivelmente no sentido da linha de menor resistência e procurarem aquelas direções profissionais que importem numa maior economia de esforço e numa maior redução do campo de dificuldades.

Os filhos do italiano agricultor emigram para as cidades, onde se fazem caixeiros, empregados de escritório ou pequenos comerciantes; os netos do alemão industrial se fazem, por seu turno, bacharéis, burocratas ou políticos, que são, entre nós, uma modalidade qualificada de burocratas: raros con-

tinuam agricultores ou industriais. Equivale dizer que os descendentes dos colonos estrangeiros tendem a identificar-se cada vez mais com a maneira de ser dos naturais da terra: no seu movimento ascensional, seguem as diretrizes destes, isto é, os caminhos suaves e rápidos das profissões liberais e da política.

Essa redução da energia da vontade no descendente do estrangeiro aqui fixado tem a sua explicação menos na ação do clima, do que na ação do meio social. O clima quente entibia a vontade — dizem. É possível que assim seja. Entretanto, os antigos paulistas do ciclo bandeirante, descendentes dos colonizadores lusos, haviam sofrido a ação secular destes mesmos climas enervantes, que parecem depressir a vontade dos seus compatriotas atuais; mas, a sua energia de caráter, a sua capacidade de persistência, a sua tenacidade indomável, o seu poder de "self-control" e "self-endurance" encheram os anais da nossa história de feitos tamanhos, que um espírito positivo, como o de Saint-Hilaire, queda-se diante deles como que tomado de assombro, e maravilhado:

"On est saisi d'une sorte de stupéfaction; on serait tenté de croire que ces hommes appartenaient à une race de géants".

Não está, pois, no clima, a razão dessa menor energia de vontade. É no próprio meio social que devemos procurar a causa real dessa singularidade psicológica. O filho do estrangeiro, integrando-se no meio nacional como cidadão, vê, com efeito, abrirem-se para ele as portas das carreiras liberais, políticas e administrativas e, entrando-as, segue a sugestão do meio ambiente, que faz dessas carreiras o mais nobre meio de classificação social. O estrangeiro, ao contrário, para quem estão fechadas essas portas, é forçado a exercer a sua atividade dentro do único campo que lhe não é defeso penetrar, que é o das profissões lucrativas; o

comércio, a indústria, a agricultura. Nestas, ele encontra também o brasileiro, principalmente na agricultura; mas este, desde que pode deixar ao estrangeiro, — ao italiano, ao alemão, ao luso, ao espanhol, ao slavo — as incumbências mais duras, desloca-se de bom gosto para outro campo, onde a luta pela vida é menos áspera, menos intensa, menos sujeita às vicissitudes da concorrência e da sorte.

Há, pois, apenas, uma especialização de atividades — visto como a nossa atual organização social ainda comporta e mesmo favorece esta especialização. Desde o momento, porém, em que esta tradicional organização da nossa sociedade se modifique; desde o momento em que essas carreiras fáceis e brilhantes deixem de ser economicamente vantajosas para os naturais da terra; é para as indústrias, o comércio, a agricultura, o criatório, que se orientarão essas correntes de energias novas, resurtidas dos nateiros da colonização, ao Norte e ao Sul, as quais os nossos preconceitos sociais estão, presentemente, desviando para o doutorado, a burocracia e a política. Nestes domínios das atividades práticas, veremos então esses neo-brasileiros, filhos e netos de lusos, de italianos, de alemães, que nos parecem hoje deprimidos pelo clima, revelarem a soberba estrutura moral de que são dotados, as suas esplêndidas reservas de energia e tenacidade acumuladas pela hereditariedade.

Eles serão, na nossa economia social, o que são os seus ancestrais atualmente: elementos dinamo-gênicos, forças de salubridade e vitalidade, fatores de renovação e progresso, capazes de fornecer a essa massa inumerável de mestiços improgressivos, que formam o grosso das nossas populações do Norte e do Sul, esses elementos de direção e comando, sem os quais elas jamais poderão sair daquela "inacção e indigência", de que já falava, há século e meio, o Marquês de Lavradio.

FEDERALISMO E DEMOCRACIA

J. P. GALVÃO DE SOUSA, Professor de Teoria Geral do Estado, da Faculdade Paulista de Direito

Transcrito "data vênica" do "Digesto Económico", número de outubro de 1952

Estamos numa época de centralização e burocracias. Acumulam-se cada vez mais as tarefas do Estado. Dia a dia as liberdades populares e comunitárias vão sendo esmagadas pelo rôlo compressor de um unitarismo absorvente.

Não admira, pois, que se tenha perdido o conceito histórico do federalismo, suplantado pelas abstrações da moderna teoria do Estado federal.

Dá-se com o federalismo o mesmo que com o municipalismo. São dois princípios hoje comprometidos pelo Estado centralizador e socializante, de tal maneira que ainda mesmo muitos dos que os defendem os deturpam.

A idéia do *self-government* dos ingleses, o profundo conteúdo humano da *gemeine* ou da *commune* oriundas da espontaneidade vital tão saliente nas intuições medievais, a tradição da *pátria chica* dos espanhóis, — tudo isso tem sido ignorado pelos juristas presos às categorias individualistas, ou já inteiramente dominados pelas concepções totalitárias do socialismo. O mesmo se diga dos conceitos de "região" e "província" o que era na França o *pays*, de que não ficou o mais leve traço na organização republicana dos "departamentos".

Terra de eleição do federalismo foi sempre a Suíça. E de lá nos vêm ainda lições dignas de serem atentamente consideradas. Ninguém mais indicado para ser o porta-voz de tais ensinamentos do que o eminente historiador Gonzague de Reynold, cujo recente artigo sobre o

tema, na revista francesa *Fédération*, se reveste da maior oportunidade.

Professor da Universidade de Friburgo, o autor de *La formation de l'Europe* acha-se colocado num pôsto estratégico para os observadores da política europeia. Quer pela posição do seu país de origem, quer pela especialidade a que se consagrou, é bem a pessoa indicada para reinvidicar perante os homens de hoje o princípio federativo, e fazê-lo compreendido quanto às suas possibilidades de aplicação no campo do direito internacional. Sob este prisma focalizou também o assunto no primeiro número do *Bulletin Européen*, cuja publicação foi iniciada no corrente ano.

Não se deve pretender transplantar as instituições helvéticas para outros povos, previne-nos Gonzague de Reynold. O que importa é ressaltar o valor universal do princípio federativo, isto é, aquela idéia de "respeito pela diversidade dos povos e das nações, defesa da pátria real e viva contra ideologias ou simplificações administrativas, enfim primazia do homem sobre os mecanismos do Estado".

O federalismo suíço mostra como é possível escapar à tendência centralizadora do Estado moderno. Apesar de na própria Confederação Helvética ter-se feito sentir esta tendência, de há uns tempos para cá, ainda assim a organização tradicional dos cantões naquele país oferece um exemplo bem vivo da autonomia das comunidades sociais

históricas em face do poder central do Estado.

Fundamenta-se o princípio do federalismo suíço no seguinte: os membros confederados devem permanecer soberanos nos domínios em que o poder público precisa conservar o contacto imediato com o povo e conhecê-lo de perto, município por município, família por família, indivíduo por indivíduo.

Daí a razão pela qual os cantões reservaram para a esfera das suas atribuições próprias três domínios que diretamente atingem a vida do povo: as relações entre a igreja e o Estado, o ensino e o regime linguístico. Assim, por exemplo, não há um ministério federal da educação, e as universidades são cantonais, com exceção da Escola Politécnica de Zurich (*Technische Hochschule*), que é federal.

O *Bundesrat*, ou Conselho Federal é ao mesmo tempo, no dizer de Gonzague de Reynold, mais e menos do que um ministério. Mais, por ser propriamente um "chefe coletivo de Estado"; menos, pelo fato de serem os seus membros verdadeiros funcionários. O presidente do *Bundesrat*, eleito anualmente, não passa de orientador das reuniões do Conselho e porta-voz da Confederação nas solenidades oficiais. Quando perde a votação — quer no parlamento federal, quer através de um *blebiscito* — o Conselho Federal da Suíça não se demite, à maneira dos ministérios parlamentares, mas continua trabalhando conforme a vontade expressa do povo ou do parlamento.

Tais particularidades evidentemente devem ser compreendidas dentro das condições históricas e geográficas do povo suíço. Por aí já podemos perceber algo de peculiar ao federalismo helvético. O órgão supremo coletivo ou o caráter meramente representativo do presidente do Conselho não decorrem da essência do federalismo. Esta se acha na distribuição natural das funções do Estado pelos cantões, os elementos componentes da Confederação Helvética.

Nem é o caso de se falar em descentralização. Há mais do que des-

centralização. Mantém-se, nos órgãos cantonais, atribuições sempre reconhecidas à autoridade local. O federalismo suíço não se formou por uma *retalhadura mecânica*. Não veio de cima para baixo, mas foi de baixo para cima. Resultou de um processo orgânico de crescimento e união vital das células ou unidades políticas regionais. Nisto se diferencia, desde logo, do federalismo brasileiro ou de outros tipos do Estado federal resultantes de um processo de descentralização e constituídos na base de um sistema de organização regional padronizado pelo poder central. Tais Estados representam a aplicação de esquemas abstratos, quase sempre colhidos na experiência alheia e nas constituições federais de outros povos.

Em vez de imitar o federalismo suíço, ou o norte-americano, o que é preciso é compreender o verdadeiro sentido do princípio federativo.

Gonzague de Reynold adverte-nos contra qualquer interpretação mecanista do federalismo tradicionalmente vivido pelos seus compatriotas. As competências dos governos cantonais e central não são rigidamente delineadas, nem há preocupação de dividi-las de modo a equilibrá-las nos dois pratos de uma balança.

Aliás, para o suíço a palavra *Estado* significa não a unidade confederativa, mas cada um dos cantões. Estes são constituídos por comunas ou comunidades municipais. Se alguém quisesse naturalizar-se suíço, deve primeiro encontrar um município que aceda em recebê-lo entre os seus cidadãos. O exército também é cantonal, e segundo Gonzague de Reynold o recrutamento regional e a descentralização dos arsenais favorecem a mobilização rápida e aumenta a eficiência da defesa militar. É certo que a tradição unitária de alguns povos e a ausência de hábitos de *self-government* poderiam acarretar-lhes, no caso de virem a adotar um sistema semelhante ao suíço, a desagregação e o separatismo. A lição, porém, a tirar do

federalismo helvético está principalmente no reconhecimento da autonomia das comunidades sociais que formam o Estado, e da sua competência para se reger a si mesmas no âmbito regional.

O que é do município deve estar sujeito à autoridade municipal. O que é da região, à autoridade regional. E assim também os interesses de cada profissão devem ser regidos pela respectiva autoridade profissional ou corporativa.

Ao Estado cabe coordenar os grupos sociais e as diversas autoridades que os dirigem, fazendo-o em vista dos interesses mais amplos da coletividade. Sua jurisdição se exerce propriamente sobre o âmbito nacional. Nas condições presentes, e especialmente nos grandes Estados, isto implica em se atribuir ao poder central e supremo uma série de atribuições que os suíços conferem às autoridades cantonais, em virtude do seu sistema político confederacionista. As forças armadas, por exemplo, têm de obedecer a um mando e a uma organização muito mais unitária. Por outro lado, o interesse nacional frequentemente pode justificar a ação do Estado no sentido de superintender ou mesmo tomar a si certas atividades econômicas, como se dá, por exemplo, no caso atual da exploração do petróleo. Tudo isto se enquadra perfeitamente no plano das questões gerais de interesse coletivo de toda a nacionalidade. Há, porém, uma série imensa de atribuições exercidas pelos Estados de hoje que implicam numa exorbitância de poderes, e numa invasão da esfera de ação pertencente às comunidades locais (município, província, região) ou corporativas.

Por isso, diz Gonzague de Reynold, estamos vendo a democracia, pelo próprio peso, resvalar no seu contrário. *O único contrapêso capaz de restabelecer o equilíbrio é o federalismo (sic).*

Não são os parlamentos, nem os partidos, nem os eleitores que nos hão de salvar do totalitarismo, mas só um sistema orgânico, no qual as autoridades locais e corporativas possam levantar-se como barreiras

eficazes contra as intromissões indevidas do Estado centralizador.

As democracias modernas, de base individualista, destruíram as instituições ou grupos intermediários. Bem o observa Gonzague de Reynold: ficaram os indivíduos isolados em face do Estado igualmente isolado ou absoluto, como a poeira diante do aspirador!

Para escaparmos do Estado totalitário, impõe-se a restauração da ordem política num regime federativo, de base municipalista, e a restauração corporativa da ordem econômica.

Aí está o caminho certo da democracia, entendida como participação efetiva do povo no governo. Não a democracia individualista da representação fictícia através dos partidos, ou do sufrágio universal, que iguala o voto de um sábio ao de um cachaceiro. Mas o sistema realmente democrático, que protege as comunidades sociais, e os indivíduos cujos interesses elas representam, contra a centralização asfixiante do Estado.

Dai o concluir Gonzague de Reynold: "Dia virá em que o estatismo uniformizador e burocrático, levado de roldão por uma tecnocracia totalitária, há de socobrar, como o regime do Império Romano decadente. Nesse momento, o federalismo se manifestará ao homem como o único meio de viver e organizar-se, politicamente, com recursos técnicos, diminuídos. Nessa hora compreender-se-á esta verdade: Não é a democracia que gera o federalismo, mas o federalismo que dá vida autêntica à democracia".

* * *

Passando ao plano internacional, Gonzague de Reynold, no seu artigo do *Bulletin Euripéen*, considera o problema da aplicação do princípio federativo à organização da Europa.

Antes de mais nada, cumpre distinguir entre *organização* e *ordem*. A ordem tem bases morais e religiosas. Definuiu-a Santo Agostinho a disposição das coisas iguais e desiguais, de maneira a ocupar cada uma o lugar que lhe é próprio. Esta

disposição é determinada pelo fim de cada coisa, e portanto para haver ordem é preciso haver unidade na concepção dos fins. A ordem requer antes de mais nada a unidade nos espíritos, como aliás nos mostra a história da Europa: a fusão entre o mundo antigo e o mundo nórdico, Roma e a barbárie, só se tornou possível graças ao denominador comum da Fé, daí resultando uma nova ordem, a da civilização européia. Poderíamos acrescentar a esta observação de Gonzague de Reynold mais a seguinte: quando o protestantismo veio cindir os espíritos, desfez-se essa ordem, e a Europa daí por diante passou a ter um outro significado, deixando de corresponder à Cristandade de outros tempos e tornando-se até hoje desunida e fragmentária.

Cumpra ainda distinguir entre *união* e *unificação*. A organização sem a ordem, isto é, constituída apenas em bases materiais e políticas, pode unificar mas nunca unir.

"Propõe-se agora" — escreve o historiador de Friburgo — "unificar a Europa, mas sem ter os meios de unir os povos. Ora, unificar não é unir, é desunir porque toda unificação é uma violência. Organização não é sinônimo de ordem: muito frequentemente, é a máscara da desordem. Como estabelecer uma ordem européia por cima das desordens nacionais?"

Aponta o autor o caminho da federação. Entretanto, circulam idéias extravagantes a respeito. Pretende-se uma Federação Européia que viria a ser a negação do lúdico princípio federativo. É que "em nossos dias de estatismo e unificação... perdeu-se o senso do federalismo no momento em que ele se torna mais necessário".

Assim como na ordem interna dos Estados, o federalismo significa o fortalecimento dos grupos regionais, visando melhor assegurar os interesses dos membros desses grupos (tal como, na ordem econômica, o corporativismo), no plano das relações internacionais, ele deve representar a proteção e não a anulação das soberanias dos Estados.

Ouçamos a propósito Gonzague de Reynold:

"A ordem federativa é um sistema de alianças, mas de alianças extensas e duráveis. Sua razão de ser é a necessidade da defesa comum. A defesa comum é, por força das coisas, geradora de instituições comuns. Destas instituições, a primeira em importância é o poder central, permanente e supremo, sem o qual não existe confederação. Em compensação, ela não pode ser senão a última em data: o resultado.

"Não se improvisa jamais uma federação, se deve ser durável. Não se pode fazê-la sair de uma cabeça como um protótipo ideológico. Entretanto, toda ideologia é unificadora e imperialista porque é a negação da diversidade humana. Espera-se, pois, a necessidade imediata e depois se deixa crescer o germe do desenvolvimento que vive nela.

"Quando Estados se unem federalmente, não é para abdicar de sua soberania, renunciar à sua independência, mas para se defender com mais eficácia do que poderiam fazê-lo isoladamente. Se eles consentem em sacrificar uma parte de sua soberania, é para dela guardar mais seguramente o essencial.

"Se eles unem em um feixe suas independências particulares, é com o fim de terem mais força para as garantir. A ordem federativa só existe para assegurar uma proteção militar e política a um entrelaçamento de relações e interesses que existia antes dela. Exige, pois, a ordem federativa igualdade de direitos entre os membros que a compõem, único meio de evitar que a federação seja abarcada por uma potência hegemônica cujo objetivo seria enfraquecer as outras em seu proveito".

A organização atual das chamadas Nações Unidas está bem longe de realizar o ideal proposto pelo historiador suíço. O predomínio das grandes potências e o direito de veto por si só se opõem à aplicação do princípio federativo. Pode haver "organização" — O.N.U. — mas justamente porque não há

ordem, não temos nações unidas e sim unificadas.

A federação requer unidade e variedade. Unidade assegurada pela igualdade de direitos entre os seus membros. Variedade, no respeito às condições peculiares de cada agrupamento, pelo que concerne à sua ordem interna.

Essas duas exigências do legítimo federalismo são desconhecidas hoje. Assim, no plano internacional, há uma organização em que os mais fortes prevalecem e impõem uma determinada concepção política para ser seguida pelos diversos povos.

Esta concepção, além da "cortina de ferro", é a *democracia popular* do partido único; aquém, é a *democracia de tipo anglo-saxônio*, baseada na pluralidade partidária.

Não há igualdade de direitos; logo, não pode haver unidade, mas apenas unificação compulsória.

Não há tão pouco respeito pelas variedades nacionais, pelas tradições políticas, variáveis de povo para povo, pela capacidade de auto-determinação, ou competência de cada Estado no dispor de si mesmo, o que tanto se apregoava no século passado, ao ser proclamado o "princípio das nacionalidades!"

A federação, no direito das gentes, deve manter essas variedades nacionais, assim como no direito público interno deve respeitar as variedades regionais.

A variedade na unidade, tal é precisamente a grande lição do federalismo suíço, para os homens de hoje. Tal é a razão de valer para sempre o princípio federativo, conjugando as exigências do poder uno com as liberdades concretas dos povos e das várias comunidades.

B. HERZOG, COMÉRCIO E INDÚSTRIA S. A.

Matriz:

R. MIGUEL COUTO, 129-131 — TEL.: 43-0890 — RIO DE JANEIRO
END. TELEG.: "BEZOG"

Filial:

RUA FLORENCIO DE ABREU, 318 — TEL.: 3-4114 — SAO PAULO

Representantes de:

TINIUS — OLSEN TESTING MACHINERY COMPANY
EASTON ROAD — WILLOW GROVE, PA.

Máquinas especiais para verificação de dureza, equilíbrio dinâmico e resistência à compressão, tração e flexão, em todos os tamanhos

Catálogos e especificações à disposição

Solicitamos consultas

(N. 12)

COLONIZADORA IMOBILIÁRIA DOURADENSE LTDA.

DR. HUMBERTO NEDER, Diretor Gerente

RUA DOM AQUINO, 343 — END. TELEG.: "CIDAL" — CAIXA POSTAL, 434
CAMPO GRANDE — ESTADO DE MATO GROSSO

(N. 13)

FÁBRICA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS "SAAD"

FABRICAÇÃO COM FARINHA DE TRIGO PURA — IMPORTAÇÃO DIRETA
(Fornecedor da 9ª Região Militar)

NAGEM J. SAAD

RUA 7 DE SETEMBRO, 322 — FONE: 86 — CAMPO GRANDE — MATO GROSSO

(N. 14)

A INFLUÊNCIA GEOPOLÍTICA DO MAR

Ten.-Cel. D. JORGE E. ATENCIO

Traduzido, "data vênia", da "Revista Militar" (Argentina), de dezembro de 1951, pelo Ten.-Cel. FLORIANO MOLLER

III

IV — INFLUENCIA GEOPOLÍTICA DO MAR NO FUTURO DA REPÚBLICA ARGENTINA

No artigo anterior, apontamos os principais fatos que revelam a influência do mar na origem e desenvolvimento da República Argentina. Não pretendemos, agora, fazer um prognóstico sobre sua influência em nosso futuro, mas, apenas, assinalar as realidades geográficas que indubitavelmente nêla influirão, — como uma pequena contribuição de nossa parte à maior difusão e firmeza da consciência marítima nacional.

A posição geográfica relativa que ocupa a Argentina no globo terrestre, situando-a no chamado hemisfério "oceânico", faz com que se encontre afastada dos países do hemisfério "continental", exceto o Chile; e, separada por mar dos demais países do hemisfério "oceânico" como a Austrália, Nova Zelândia, dos da Oceania e bem assim, das terras antárticas.

Em que pese à sua continuidade continental com o restante da América do Sul e com as Américas do Norte e Central, a barreira de selvas e montanhas da parte central da América do Sul, praticamente a isola por terra, do restante do nosso continente.

Estas circunstâncias influem para que, do ponto de vista do tráfego

mundial, nosso país seja *continental* somente em relação aos nossos vizinhos e que, para o restante do mundo seja como que uma ilha longínqua.

Tal situação, por mais que se progrida na construção de ferrovias e de rodovias pan-americanas, é, sem dúvida, inamovível e é causa fundamental para que o mar continue exercendo um influxo geopolítico permanente em nosso futuro.

Para a massa dos intercâmbios, que se não efetui com os países que nos rodeiam, será necessário, como até agora, empregar a via marítima ainda por muitos anos, e até quando a aviação de transporte iguale em capacidade e em economia à marinha mercante. Isto quer dizer que o grande volume constituído pelas mercadorias do nosso comércio de exportação e importação continuará dependendo do mar para seu tráfego, sendo o transporte marítimo, portanto, um elemento primordial para nossa vida e progresso.

Tal intercâmbio realizar-se-á com alguma diferença em relação a épocas passadas: — aumento paulatino e incessante das quantidades e a execução dos transportes



Fig. 1

por embarcações nacionais, em curva crescente.

Estas diferenças podem ser apresentadas, sem temor de errar, porque, em sua realização, influi não somente o previsível como consequência da vontade do homem, senão também a influência que sobre essa vontade exerce o meio geográfico, no que o mar ter sua parte.

Nossa população aumenta gradualmente, como consequência, particularmente, das correntes migratórias chegadas e que chegarão, em sua quase totalidade, por via marítima; esse crescimento humano incrementará a exploração de nosso solo e por sua vez, criará necessidades, muitas das quais deverão ser satisfeitas por meio do intercâmbio ultramarino, o que fará aumentar as exportações e importações.

No que se refere à segunda diferença assinalada, fundamenta-se na presunção de que é muito pouco provável que volvamos ao estado anterior de semi-colonialismo porque passamos faz poucos anos. Nessa situação, em que pesem as desvantagens da nossa posição geográfica relativa, nossas enormes riquezas despertaram a cobiça alie-nígena e não somente sua comercialização e o transporte interno não estavam em nossas mãos, senão que as frotas mercantes estrangeiras vinham buscar a nossa produção, enriqueciam-se com os fretes e nós lhes abríamos e bali-sávamos canais para que seus barcos pudessem navegar e aportar em nosso litoral.

Posta em marcha a nossa consciência marítima, materializada, no sentido que mencionamos, pela

criação e desenvolvimento da nossa frota mercante de ultramar, é difícil que se detenha e o mais provável é que siga avante, correspondendo ao sentimento nacional e à conveniência material de fazer nossos os interesses que antes se evadiam.

Pelo despertar e o desenvolvimento agro-pecuário dessa região, pela existência de jazidas carboníferas e petrolíferas, pelo seu aumento de população e por suas enormes riquezas potenciais, é previsível que sua importância continuará ascendendo e que a influ-



Fig. 2

Atendendo à posição geográfica relativa das diferentes regiões naturais de nosso país e às vias de comunicações que as conectam com Buenos Aires, sede do poder político e centro principal de nossas atividades vitais, resulta que quase toda a Patagônia está unida à capital, prevalentemente por via marítima.

ência do mar, em seu progresso, será também ascendente, não unicamente como via de transporte, senão também como fonte de recursos pela exploração de algum inavaliável tesouro de sua plataforma submarina.

Seguindo nessa direção, a Terra do Fogo, as Malvinas e as terras e ilhas da Antártica Argentina re-

clamam o domínio do mar argentino, e, ante essa exigência, é de se esperar que se reafirme nosso poder marítimo nos mares do Sul e se desenvolvam os elementos fundamentais desse poder: — a Marinha de Guerra, a frota mercante e as bases navais.

a vida humana com a população mundial frente à nossa superfície comparada com sua quantidade em habitantes.

O cálculo correspondente, em sua expressão matemática, indica que estamos longe de alcançar a densidade da população média mundial

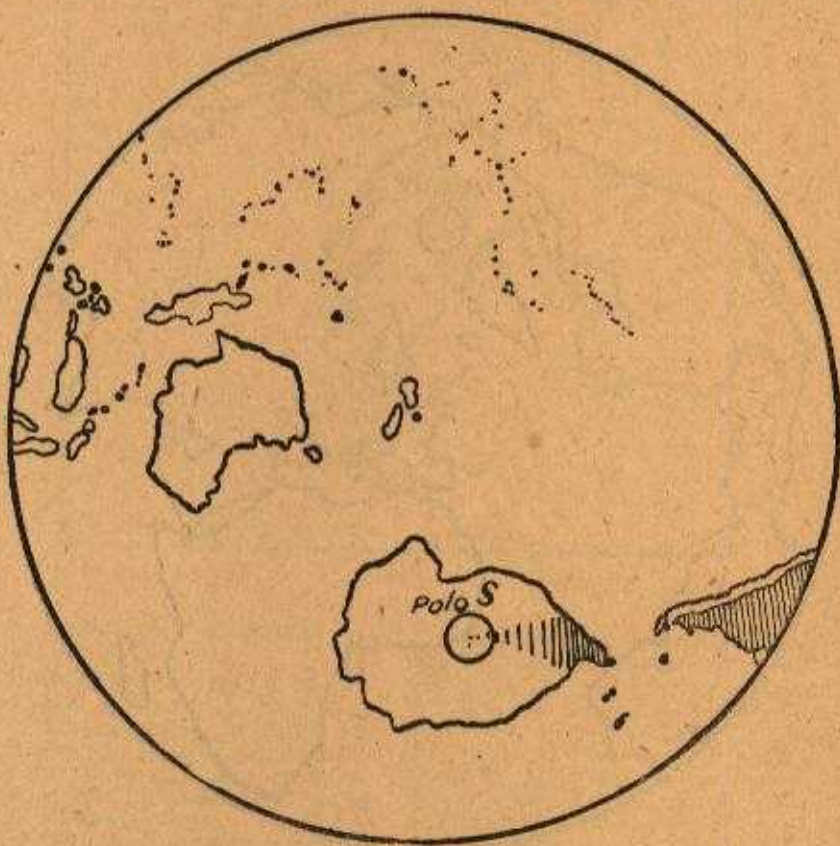


Fig. 3

Outros fatores geográficos, que condicionam o poderio de um Estado e cujo exame pode lançar luz sobre o nosso desenvolvimento futuro, são a extensão e a população. A relação quantitativa entre eles, comparada com os dados mundiais, nos é altamente favorável.

Tal relação e sua qualificação de favorável se pode extrair da comparação da área de terra apta para

e seu significado para o progresso previsível da nação revela um máximo de circunstâncias positivas.

Dessas circunstâncias assinalamos, como mais relacionada com o influxo do mar, as seguintes:

— A disponibilidade de terras ricas exploráveis continuará sendo um poderoso estímulo para a imigração, a qual, como até os tempos

atuais, chegará, quase totalmente, por via marítima.

— A produção agro-pecuária continuará excedendo em muito às necessidades do consumo interno; portanto, o volume das nossas exportações será, por muitos anos, considerável. As cifras estatísticas esclarecem que 90 % das nossas exportações se efetuam por via marítima.

O total das importações será sempre considerável, em que pese a progressiva industrialização do país, enquanto esta não satisfizer às necessidades da população em crescimento, de alto padrão de vida e de ascendente progresso e, bem assim, enquanto não produzamos maquinárias, automotores, produtos químicos, combustíveis, lubrificantes, papel, papelão, etc., em quantidade e quantidades suficientes às necessidades do país. Noventa por cento das importações serão transportados pelas rotas marítimas.

Do que aqui até agora ficou exposto, conclui-se que a influência do mar, em relação aos fatores — posição geográfica relativa, extensão e população, gravitará de modo permanente em nosso futuro desenvolvimento social e econômico, com as conseqüentes derivações na política interna e externa.

Entre os fatores que influíram na distribuição da população e na criação de centros econômicos no país, as características do mar argentino e de suas costas foram muito importantes. A medida que se desce para o Sul, a navegação é mais difícil e as costas mais inóspitas; no mesmo sentido e magnitude decresce a densidade da população e o número de centros econômicos.

Seria o caso de perguntar-se se essas características, que não são suscetíveis de variações naturais, influirão no futuro com igual intensidade. A resposta seria arriscada, mas, pode dar-nos uma idéia, a respeito, o recordarmos como eram a população e esses centros há cem anos, como são atualmente e que causas provocaram essas diferenças.

Com toda a segurança, a proporção no aumento do número de povoadores e na quantidade e impor-

tância dos centros econômicos será sempre semelhante entre os "hiterlands" buenaireses, patagônicos e fueguinos; entretanto, é de se prever que u'a maior facilidade para a navegação, graças à construção de portos e dragagem dos canais de acesso, aperfeiçoamento do balisamento e o emprêgo de materiais adequados, pode acentuar o progresso das regiões do Sul.

Os aspectos geográficos que consideramos são suficientes para deduzir que, assim como o mar influiu em nossa origem e desenvolvimento, influirá em nosso futuro de nação progressista.

Mas, a resenha das influências do mar em nosso futuro ficaria incompleta se não atendessemos a outros aspectos que, afastando-se do estritamente econômico ou materialista, também determinam a evolução dos Estados, os quais podemos qualificar de ordem espiritual e que assinalaremos sucintamente a seguir.

O domínio do mar próprio e a capacidade para navegar por todos os mares do mundo é uma exigência da grandeza política e uma demonstração do poderio de um Estado.

Essa grandeza e esse poderio são o resultado das aspirações dos nacionais do país, fruto de sua maior ou menor visão política. Sua magnitude depende de suas condições espirituais para alcançarem o fim proposto, mais que das condições naturais do seu território.

Faz dez anos, o possuir uma frota mercante ultra-marina era o sonho de alguns poucos visionários. Felizmente, à visão tacanha e colonial dos governantes anteriores, engedrando diretrizes políticas de curto alcance, sucedeu uma visão global e soberana que tornou realidade aquele sonho.

Este grande incremento de nosso poder naval, acima das vantagens econômicas, servirá aos fins políticos do Estado. Com efeito, será um vínculo moral, intelectual e cultural com os Estados, em cujas águas territoriais naveguem e em cujos portos atraquem nossos barcos e, também, uma amostra visí-

vel da nossa potencialidade que nos fará conhecidos e respeitados por eles, o que, por sua vez, redundará em benefício da custódia da nossa soberania, pois só os povos débeis são vítimas das ambições de conquista ou dos expansionismos alienígenas.

Na ordem interna, podemos também prever que a navegação para o Sul, consolidando os vínculos espirituais, será um fator que atuará em prol da unidade política. Essa navegação, que será cada vez mais intensificada, não só atenderá ao transporte de lã, carne, petróleo, carvão, etc., e às necessidades materiais dos povoadores, senão também estreitará paulatinamente as relações sociais, vencerá o isolamento e fortalecerá a ordem e a segurança internas.

Não poderíamos encerrar estas considerações sobre a influência do mar em nosso futuro, sem fazer uma referência à defesa nacional.

Atualmente, o volume do intercâmbio marítimo supera a cifra de vinte milhões de toneladas. Mais de dois milhões destas correspondem às importações de carvão; o que se obtiver do Rio Turbio utilizará a via marítima para chegar aos centros de consumo. Cerca de 30 % das nossas necessidades em petróleo procedem de países ultramarinos e a maior parte do restante, por ser obtido em Comodoro Rivadavia, deve ser transportada por mar.

A só menção destas cifras e a suposição de que as necessidades de transporte aumentarão no futuro, consoante o progresso do país, permitem apreciar os gravíssimos inconvenientes que para a defesa nacional teria o fato de ver-nos privados da via marítima ou que tivéssemos apenas dificultada nossa navegação, no caso de um conflito bélico.

Em tal hipótese, deve somar-se à necessidade de assegurar nossas

comunicações marítimas com o exterior, a da defesa de nossas costas, de vital importância para a Nação, por encontrarem-se, nelas os objetivos de maior importância estratégica.

Agreguem-se a estas necessidades, as que imporiam a cooperação da Marinha com as demais forças armadas e as da defesa de nossos territórios extra-continetais da Antártida.

Todas essas exigências, que têm de ser satisfeitas por meio de nosso poder naval, se tornarão mais imperativas à medida que transcorra o tempo e, com este, aumente o progresso do país em todos os sentidos, exigindo que esse poder esteja em relação com nosso desenvolvimento integral.

O não atender-se essa exigência, a defesa nacional terá uma séria falha, que não poderá ser coberta com improvisações e que afetaria gravemente a nossa soberania.

FABRICA BANGU



EXIJA NA OURELLA

BANGU - INDUSTRIA BRASILEIRA

(N. 2)

ASSEM JOSÉ & CIA.
 COMPRA E VENDE POR ATACADO — CEREJAS EM GERAL
 CAIXA POSTAL, 180 — END. TELEG.: "ASSEM" — E. DE FERRO NOROESTE
 CAMPO GRANDE — MATO GROSSO

(N. 9)

Geografia e História Militar



A DEFESA DA PAZ

Pelo Ten.-Cel. JUAN A. CAMBIASSO

Traduzido "data venia" da "Revista Militar Naval" (Uruguai), de abril de 1962, pelo Ten.-Cel. FLORIANO MÖLLER

NOTA DA REDAÇÃO — Em brilhante artigo sob o título "A Defesa da Paz", o Ten.-Cel. Juan A. Cambiasso, do Exército uruguai, estuda a posição do seu país em relação aos problemas da paz, neste após-guerra.

Após uma série de considerações sobre o papel da "Organização das Nações Unidas" e depois de comentar os diversos tratados surgidos desde o final da II Grande Guerra, inclusive o tratado do Rio de Janeiro, o articulista aborda a posição internacional do Uruguai. Recorre, porém, às luzes da geopolítica, estudando as determinantes da doutrina sob o ponto de vista histórico. Desce a detalhes, passando em revista as determinantes geográficas, políticas, econômicas e estratégicas do caso do seu país. Termina por fazer considerações a respeito da organização militar do Uruguai e por indicar um conjunto de princípios éticos a adotar para se manter a paz universal.

Desse erudito estudo, tomamos a liberdade de extrair a parte histórica comum ao seu e ao nosso país, como uma contribuição ao esclarecimento das relações entre os dois países. Muita coisa se tem escrito aqui sobre a intervenção do Brasil imperial no Uruguai. Mas esta é a versão segundo os próprios uruguaios. Sem querer mutilar o artigo do Ten.-Cel. Cambiasso, verá o leitor, nesta parte que diz respeito ao Brasil, matéria de invulgar interesse.

A GEOPOLÍTICA

Assim como a guerra passou a abarcar um número crescente de nações beligerantes até chegar a ser total ou mundial, também o estudo da geografia, analisada sob o ponto de vista militar, se desenvol-

veu muito além dos limites correspondentes ao terreno tático e mesmo dos planos estratégicos das operações militares, para chegar a compreender o levantamento estatístico e a catalogação de todas as riquezas naturais dos beligerantes prováveis e os neutros em situação de nos se-

rem úteis; a preparação de planos para a utilização das fábricas que produzam materiais de guerra ou que possam converter-se e adaptar-se a tal finalidade; o fomento das invenções e descobrimentos científicos para melhorar a aplicação dos recursos nacionais. Isto é o que poderíamos chamar *estratégia política*, que assentou praça e corre paralela à estratégia militar, ultrapassando já os limites do que timidamente se estudava como geografia militar, para chegar a converter-se na nova ciência, a geopolítica, que abarca os fatores geográficos, econômicos, políticos e estratégicos. A geopolítica, pois, substituiu, ou melhor, absorveu a geografia, a economia e a política para pô-las ao serviço da ciência militar. A geopolítica é uma invenção do totalitarismo alemão, imitada logo a seguir por todos os totalitarismos que se sucederam no mundo.

É uma ciência ofensiva, destinada a aprisionar, na órbita de um país que se erige em mentor de um grupo de países satélites, o que estes constituiram como fruto legítimo de toda uma vida consagrada à conquista de sua própria felicidade, sem ambições, sem teorias e práticas de rapinagem, que não são outra coisa essas razões do espaço vital em que se fundamentam as guerras de conquistas ou "putchs" que derrubam governos legítimos e os substituem por titeres. Estes processos geopolíticos que vinham dessanguando a humanidade, obrigaram os países livres a responder, em seguida, com as contra-medidas salvadoras e é assim que à espionagem do que espreita deve opor-se à contra-espionagem do livre; à autarquia do ambicioso e sua influência coercitiva devem opor-se as atitudes necessárias, não vacilando em denunciá-lo publicamente ante o mundo e reprimir sem tibieza, com mão firme, todos os atos que apontem suas procedências liberticidas.

Os povos livres não devem ignorar a geopolítica; estão obrigados a conhecê-la para neutralizá-la e destruí-la.

A geopolítica se vale de todos os métodos científicos que inventou e continuará elocubrando a mente totalitária para absorver a liberdade e o individualismo humanos, a fim de escravizá-los ao serviço do estado forte e preparar a totalidade de seus recursos humanos, econômicos, sociais, políticos e militares para lançar o ariete conquistador que subjugará os povos livres que, na paz e na bem-aventurança, conquistaram seu patrimônio legítimo, e do qual o forte se apropriará por meio da agressão e da vassalagem.

OS DETERMINANTES DA DOCTRINA GEOPOLÍTICA SOB O PONTO DE VISTA HISTÓRICO

É mister, hoje mais do que nunca, que formulemos esta pergunta:

— Qual foi a razão de nossa existência como Estado independente, isto é, como pessoa de Direito Internacional?

O eco da História nos responde: — nossa terra foi a região em que fatalmente se puseram em equilíbrio as influências de duas grandes potências colonizadoras européias — Espanha e Portugal.

Uma imensa corrida marítima se desenvolveu entre ambas as nações católicas e a contenda provocou negociações, tratados, acordos, rompimentos e guerra, mantendo-se ativa em todas as épocas da História; as intermitências da paz foram unicamente episódios e formas distintas da guerra permanente.

"A conduta inquieta e persistente de Portugal, que não trepidava em empregar a lisonja fácil, a súplica, a ameaça e o golpe diplomático, a Espanha contestava com lealdade cavaleiresca e generosidade paternal." "A Espanha preferia, excluído o seu direito, possuir o mundo descoberto apenas por seu próprio esforço." As Capitulações são o testemunho mais fidedigno de um plano de governo que perflha claramente os propósitos, os rumos e os direitos adquiridos que se deviam respeitar.

Dentro desse plano de descobrimento e conquista espanhóis, é Juan

Díaz Solís quem navega para o Ocidente e, cumprindo instruções precisas, descobre o Rio da Prata, penetra no "Mar Dulce" e morre nas mãos dos índios americanos.

A seguir Gaboto e Diego García remontaram o Paraguai e o Paraná e afirmam a soberania de Castella com a fundação do fortim de "Sancti Epiritu".

O meridiano pontifício, com a sua demarcação quimérica, apenas estabeleceu estados de *jure* como pontos de partida legais, o que se converteu em um motivo perpétuo de discórdia, uma vez que, paralelamente, Portugal enviou Pedro Álvares Cabral com a missão de percorrer os territórios (reivindicados e obtidos em Tordezillas), com instruções secretas de navegar para Sudoeste e tomar posse das costas do Brasil. Ao conhecer o resultado da expedição de Solís, Portugal enviou suas expedições com o mesmo fim, clandestinamente, dirigidas por Nuno Manoel e Cristobal de Haro, os quais navegaram até a altura das costas patagônicas; e, a seguir, na esteira de Gaboto e García, a Coroa Portuguesa enviou Martin Afonso de Souza, com o fim de reivindicar os territórios usurpados (conforme sua expressão), o qual explorou a margem oriental do Prata, desde o Cabo de Santa Maria até a boca do Iguazu; mas as expedições clandestinas portuguesas para estas terras não asseguravam a posse do solo.

O Rio de Solís despertou a cobiça, pois conforme a lenda, era o caminho para a Serra da Prata, "no Império do Rei Branco, onde se diz que está o Potosi", e esta lenda, aumentada a cada passo pelas expedições, acendeu a paixão da riqueza em ambas as nações contendoras. Os conquistadores, com Pedro de Mendoza à frente, continuaram para o Norte, remontando os rios, fundando-se Assuncion e, acompanhando a rota espanhola, sempre os portugueses, reivindicando para si os direitos de Tordesillas; "todos sobem as correntes dos rios, penetram no interior de Tucumán e até chegam ao Peru". "Os nomes daqueles lusi-

tanos ainda se repetem na atualidade, no litoral e interior da imensa região dos metais e riquezas, patrimônio do legendário Rey Blanco; e o Bispo de Tucumán, Francisco de Vitória (português) leva pela via do Rio da Prata, amostras de prata para as costas do Brasil e torna pela mesma via, carregado com abundantes produtos daquele país, entre os quais não faltavam os negros escravos". Diante da vigilância do Rio da Prata, branda em demasia, realizava-se um tráfico de contrabando por estes portugueses, e esse comércio abriu uma via de trabalho e produção e produção. A seguir fundaram Colônia e atenderam sua conquista às ilhas próximas (Martin García e São Gabriel), sítio estratégico que acertadamente fortificaram e ocuparam militarmente.

Produziu-se, a seguir, a disputa sobre a Colônia e paralelamente os "bandeirantes" internaram-se nas Missões, afirmando suas conquistas. A Espanha pretendia reivindicar seus direitos, mas Portugal aspirava ocupar totalmente as costas do Atlântico e a margem setentrional do Prata; também intendeu a Inglaterra, que pretendia fundar um estabelecimento de comércio, valioso na região do Prata, para o que usava Portugal como cómodo ponto de apoio. Portugal desalojado do Rio da Prata pela força, apoderou-se do Rio Grande e consolidou a conquista das Missões. A seguir, em troca da sua cessão de direitos no Rio da Prata, adquiriu, em propriedade, o domínio sobre todo o centro sul-americano, inclusive os grandes distritos de Mato Grosso, as províncias de Santa Catarina e Rio Grande e os principais povos das Missões Jesuíticas.

Em meio às lutas de predomínio travadas entre a Espanha e Portugal, chegaram os dias da Revolução, a independência de suas colônias, e o Brasil, elevado à categoria de Reino Unido (ao de Portugal e Algarves), prosseguiu a velha política de expansão territorial, a conquista da Banda Oriental e da Gobernación do Paraguai, a absorção de Corrientes e Entre-Rios, pre-

tendendo constituir o mapa de uma nova e gigantesca monarquia sul-americana.

"É idéia do Duque de Palmella fixar os limites do novo reino entre os cursos do Amazonas, do Uruguai e do Prata, os quais, conforme disse em seus escritos, são "balizas naturais que oferecem linhas divisórias estáveis". Este plano foi o que inspirou as invasões portuguesas de nosso país e, se bem que para levá-lo a cabo esgrimiam-se pretextos e causas fúteis, tinha em si mesmo uma finalidade autárquica e imperialista; obedecia às necessidades de comunicação interior e da manutenção do tráfego fluvial para o Paraguai e Mato Grosso por meio dos rios da Prata, Paraná e Paraguai e tinha como base a retenção de Montevideo a título de conquista, em troca de um empréstimo em dinheiro à Espanha. Em que pese este propósito ter sido fomentado pela diplomacia tenebrosa do Governo Argentino, que necessitava destruir o nosso Artigas, "a impotência de seu braço contido pela traição não faz calar sua palavra fulminante e é Artigas que, com seu lema mais forte que sua espada, sacode os corações — "*nem portugueses, nem portenhos*", — com o qual lança, em seu povo, a semente do sentimento de independência nacional".

Independente o Brasil, manteve este o mesmo pensamento que o Duque de Palmella; reproduziram-se as lutas incessantes, as negociações políticas, as ameaças de guerra por parte das Províncias Unidas do Rio da Prata que intentavam recuperar a Província Oriental. A seguir, surgiu a Cruzada Libertadora dos "Treinta y Tres", que colimou com a decisão, por parte dos vencedores, da independência da Banda Oriental e a sua incorporação às Províncias Unidas do Rio da Prata, o que, por sua vez, deu motivo a que se acendesse novamente a guerra entre estas, juntamente com o Uruguai, e o Império do Brasil, que nos perdia como sua Província Cisplatina.

O resultado indeciso das batalhas, os sacrifícios impostos a um e ou-

tro bando pela custosa campanha, a anarquia interna nas Províncias Unidas e a forte pressão política inglesa obrigaram a não pensar na continuação da guerra, mas sim discutir a paz.

As Províncias Unidas iniciam, então, suas negociações de paz, tem lugar a malfadada Convenção García. Este diplomata, aferrado às suas convicções e influenciado pelo intrigante Agüero, que lhe lhe diz: "Faça a paz, a todo transe", no Rio de Janeiro, pede uma paz como o teria feito um rendido à discreção; verifica-se, então, que o Brasil, tal como Portugal, recupera pela diplomacia o que não alcança pelas armas.

Desautorizado o diplomata argentino García, e obrigado por seu povo a regressar a Buenos Aires, sua queda provoca a do Presidente Rivadavia e, começam novamente os preparativos de guerra. Surge então a mediação da Inglaterra, solicitada pelos dois governos, mas com finalidades distintas. O Império do Brasil, para manter tranquilamente sua usurpação, mediante a recuperação de sua Província Cisplatina; Buenos Aires, para recuperar a terra que havia perdido desde os tempos de Artigas. "Os ingleses, que continuavam pensando na mesma forma que quando pressionavam Portugal como uma mola para dominar no Prata", aferraram-se em seu interesse particular de que não convinha à sua liberdade de comércio, que um dos povos mais fortes da América fôsse o árbitro da navegação do Rio da Prata, na qualidade de dono de suas duas margens. Para os ingleses, a praça forte de Montevideo deveria converter-se em praça comercial, o que não poderia obter-se caso o Brasil a dominasse como porta de entrada dos rios já citados; à Inglaterra "interessava eliminar poderes exclusivos sobre as grandes vias de comércio marítimo". Além disso, já o nosso Artigas o havia proclamado, quando exclamou "*nem portugueses, nem portenhos*" na Província Oriental.

A seguir, os plenipotenciários firmam, no Rio, o tratado preliminar



Fig. 1

de paz do ano de 1828; ; da guerra e da discórdia nasce o nosso Uruguai que mereceu de Lord Pombury, o diplomata inglês que serviu nestas plagas, a seguinte referência: "Pusemos um algodão entre os cristais".

Que domínio, que direito teria o novo Estado chamado "República Oriental do Uruguai" sobre as águas dos grandes rios que banhavam suas costas?

O tratado de 1828 não faz menção a este requisito fundamental, nem tão pouco ao domínio sobre os rios, mas sim, ao contrário, declaram os plenipotenciários que "em presença de um novo Estado, dono de suas melhores costas e portos, as duas grandes nações litigantes se comprometem a respeitar a livre navegação do Prata e suas afluentes pelo período de 15 anos, para servidão dos súditos de uma e outra nação". Que se quiz dizer com isso? Que o Uruguai não teria direito à navegação desses rios?

Ficou este problema pendente para os séculos porvindouros, o qual ainda hoje não está esclarecido e, como sabemos, não faltam teorias geopolíticas que atribuam tal domínio ao estado detentor da bacia, por ser o grande rio a boca por onde respira todo seu organismo nacional, e cuja economia está fundida aos grandes afluentes tributários.

Após a Convenção de 1828, que teve tão só por virtude aplacar apetites, — a fantasia da reconstrução do Vice-reinado e das fronteiras naturais do Prata "continuou perturbando o espírito de outros estadistas e o patriotismo cáldo de alguns núcleos populares".

Por outro lado, a diplomacia habilíssima do Império do Brasil, continuou sua política de jogo duplo, tratando da anexação. E nas instruções ao Marquês de Santo Amaro — Duque de Abrantes, Embaixador de Pedro I ante as Côrtes européas — que a mesma se manifesta: "Ao Estado Oriental ou Província Cisplatina, que não faz parte do território argentino; que esteve incorporado ao Brasil e que não pode existir independente de outro es-

tado, Vossa Excelência tratará oportunamente e com franqueza, da necessidade de incorporá-lo outra vez ao Império. É o único lado vulnerável do Brasil; é difícil, se não impossível, reprimir as hostilidades recíprocas e evitar a mútua impunidade dos habitantes malfetores de uma e outra fronteira; é o limite natural do Império; o meio de remover ulteriores motivos de discórdia entre o Brasil e os Estados do Sul". Em 1845, este Marquês renova, sem êxito, suas tentativas, aduzindo razões mais profundas que as de policia de fronteiras. "Esta conduta tenaz é o fruto de um plano de ação do Império, no qual se coordena o procedimento diplomático com os movimentos oportunos e demonstrações de sua frota e seus exércitos, plano de ação que parece sistematicamente delineado através de três zonas de influência:

- Suscitar rivalidades entre as repúblicas limítrofes;
- Fomentar a anarquia interna em nosso país; e
- Evitar a expansão territorial.

Após a independência, a nossa peregrinação política, a partir de 1830, nada mais foi que uma consequência, dos apetites de ambos os vizinhos.

Os determinantes históricos, geográficos, econômicos e políticos que geraram o Estado Oriental, em 1828, apresentaram o seguinte saldo:

— Para a Inglaterra — um país débil, independente, "sem possibilidades de Marinha por mais de 100 anos", conforme os próprios ingleses o asseveravam; e, por sua posição estratégica, dono da margem setentrional do Prata, o que garantia ampla liberdade de navegação e comércio, sem o perigo dos poderosos rivais cujo domínio integral lhe seria funesto. A Inglaterra alcançou seu "desideratum", ou seja, abrir os rios do Sul ao seu comércio.

— Para a Argentina e Brasil — se bem que perdessem o território que pretendiam incorporar, obtiveram um resultado positivo, cuja materialização poderia traduzir-se

no que um impediu que o outro ganhasse; a Argentina afastou a fronteira brasileira, desalojando o Brasil do estuário platense; este país, por sua vez, conseguiu que a Argentina não tivesse o total domínio do Prata, nem fosse dona de seus melhores portos.

Este conjunto de interesses repercutiu poderosamente em todas as disposições da vida da nascente República do Uruguai, que se convertia no "pivô" desse equilíbrio histórico na América. As duas potências que garantiam o pacto, esboçaram freqüentemente seus compromissos, favorecendo a ação dos bandos políticos armados, nas lutas intestinas e transformando-se elas mesmas em beligerantes dentro da própria nação que haviam reconhecido como Estado independente.

* * *

Revisemos agora os determinantes geográficos, políticos e econômicos

Lembrando esta série de fatos, alcançamos o ano de 1851. A demarcação de nossos limites provoca múltiplas negociações; a situação angustiosa de nossa República obriga o nosso governo, para livrar-se da tirania rosista, a obter a aliança brasileira, condicionada à renúncia aos limites de 1777 da antiga possessão espanhola, ficando reduzido aos limites convencionais que havia fixado o convênio provisório de Trebé-Azubá, na linha do Quaraim.

O sistema de governo que nos outorgamos como Estado independente e que deu origem às instituições republicanas, a partir de 1830, plasmava um direito constitucional que considerava todos os direitos individuais e estabelecia normas liberais a todos os habitantes de nosso país.

Mas, a evolução sociológica de nosso país se concentra sobre "o personagem reinante", o *caudilho*, que encontra na massa da gauchagem, o elemento propício para manter a alma popular em completa rebelião; sua ação se viu favorecida pelo conceito embrionário que o povo da campanha tinha do que

é a Lei do Estado como órgão e função de sua soberania; pela ampla facilidade de vida permitida por nossa terra; pela vontade discricionária dos poderosos estancieiros, cuja lei era a do mais forte, impondo a valentia e a violência como razão dominante; pela educação da maioria da população, de pouca cultura, o que fazia do habitante da campanha um homem primitivo, crente de uma religião em que abundavam as almas e os espectros; idólatras do *caudilho* como nume vivente.

Nosso sistema econômico correspondia e ainda corresponde a um centralismo absorvente, com suas raízes em nosso determinismo histórico, pois o comércio inglês queria de Montevideo um porto livre para extrair os produtos naturais destas terras e em troca trazer o produto manufaturado para nossos habitantes. Toda a economia do país se orientou pois para Montevideo, que, se bem que progredisse extraordinariamente, apesar das guerras intestinas, deixava a Campanha em estado tal de atraso e sem hábitos de trabalho, que, ainda hoje, estamos em plena luta para tirá-la do seu marasmo.

Por outro lado, a fixação do bandeirante brasileiro, em nossa terra, assinalou, no norte do país, uma espécie de minoria racial, cujo comércio, orientação política e econômica tributava para o Rio Grande determinando um conglomerado heterogêneo que litava seus ascendentes em todas as manifestações de sua vida, chegando a esgrimir seus direitos quando seus interesses se viam prejudicados pelo governo da época, reclamando a proteção brasileira, que se configurou na intervenção que a missão Saraiva levou a efeito em 1861.

O sistema de governo, por sua vez, corria "pari-passu" com o centralismo econômico, pois constituímos-nos numa república unitária em que, se bem se considerassem os direitos individuais, bem sabemos qual foi a ação do *caudilho* que incursionava freqüentemente para a Capital, a fim de reajustar o governo com a mudança dos políticos

dirigentes, de modo que, correspondendo a seus pensamentos, referendassem, no trabalho legislativo, os atos que sua vontade impunha.

O mesmo sistema econômico e a razão comercial que procurou a Inglaterra em mudar Montevideo de praça forte para praça comercial presidiram logicamente, como era de se esperar, o traçado de nossas linhas férreas em que se faz notar sua divergência para o Norte, com afastamentos de até 200 km; seu entroncamento em estações comuns que as servem duas a duas, a carencia de transversais, denotam a ausência de qualquer finalidade militar e não há nem o mais leve indício de que a autoridade militar haja supervisionado seu traçado.

O sistema rodoviário tão pouco teve essa supervisão, e é recém nos tempos atuais, que o governo orientou sua política rodoviária com esse objetivo, em caráter consultivo.

Ainda hoje, depois de mais de 100 anos, nossas instituições republicanas estão em permanente evolução para a forma democrática de governo que melhor atenda aos interesses do país. Paralelamente, as conquistas sociais se foram plasmando em admiráveis e numerosas realizações, assumindo tal relevo, que nos personalizam no exterior. Os direitos individuais adquiriram uma preeminência incontroversa, fomentados pela idiosincrasia do próprio povo oriental — que é essencialmente individualista — e a evolução inteligente da condução política das massas.

O mar trouxe, às nossas praias, a imigração extra-continental, que, se num certo modo foi selecionada e determinou as melhores e mais proficuas modificações em nosso progresso, no entanto, em pouco, converteu-se num aluvião de raças, muitas das quais sem hábitos de trabalho, nem conceito de família que puderam se constituir numa perigosa ameaça, capaz de fazer tropeçar nossa jovem nacionalidade, diluindo-a nessa onda avassalante.

O regime de nosso ensino tem sido essencialmente cultural, mas se observa já uma tendência em fecundar o terreno propício com o

ensino industrial e agrário, contando com a preparação de elementos próprios que permitam evitar que o crioulo, por sua incapacidade técnica, se converta em um elemento colonial de exploração por parte dos estrangeiros que tenham preparação muito mais ampla em tal sentido.

Nossa situação geográfica, entre dois grandes vizinhos dominando as margens do Rio da Prata, faz com que nosso país seja um Estado de equilíbrio entre duas grandes potências e, além disso, a chave de todas as bacias meridionais que dão saída fluvial aos rios Pilcomayo, Paraguai, Paraná e Uruguai, afetando os interesses de cinco países sul-americanos; cumpre-se assim o fatalismo histórico: — Montevideo, guardião do antigo Vice-reinado do Rio da Prata.

Nada melhor para expressar nosso determinismo histórico que as palavras de D. Andrés Lama, nosso Ministro nas épocas tumultuosas que se seguiram à Convenção de 1828:

— “A interposição de um Estado pequeno entre duas grandes potências é um limite melhor e mais eficaz que as montanhas, os rios ou qualquer outro dos que se chamam *naturais* e que por si sós não oferecem resistências às reciprocas invasões”. Estes Estados intermediários, sem bem que débeis por sua extensão e recursos respectivos, são fortes por sua posição; porque é natural que cada um dos Estados limítrofes o defenda e faça sua a sua causa, para que não caia sob o poder de seu vizinho e se torne este mais poderoso com a ampliação de suas fronteiras. Essa condição de equilíbrio, que tem sido a base de altas combinações da política europeia, é o meio único de chegar a uma paz duradoura, foi também a única que pôde dar termo à luta internacional que se mantinha em nossas fronteiras e às pretensões que ao domínio deste território sustentavam, de armas na mão, a República Argentina e o Império do Brasil.

A Argentina, país de economia colonial, tem imprescindível neces-

sidade do Prata para seu comércio ; sem ele, anular-se-ia. Toda a economia do país está centralizada em seus grandes rios que vêm do seu "hinterland" para o mar. A política ferroviária argentina, está também orientada para as águas profundas destes rios.

Nos tempos atuais, a Argentina está procurando colonizar a sua costa atlântica, invertendo milhões de pesos na criação e estabilização de seus portos de mar nessa costa inhóspita por natureza, a qual exige a mão do homem para condicioná-la em sua finalidade.

Ainda mesmo que tal seja conseguido, e orientada a sua política ferroviária e de transportes em geral para esses portos de mar, o custo do transporte conseqüente provocaria o encarecimento dos produtos pelos fretes, etc.

O Brasil por seu turno, tem necessidade de manter livre o caminho no Rio da Prata, sob o ponto de vista comercial, para poder competir com a Argentina no mercado rio-platense ; para que sua própria frota comercial remonte os rios tributários, chegando até o Paraguai, sem que um país, monitor da bacia por ser dono da entrada, lhe imponha o tributo de seus direitos ; e sob o ponto de vista estratégico para que em caso de guerra possa lançar mão, com facilidade, dos portos que o dominam, e evitar o perigo de que as bases do Rio da Prata sejam algo como a espada de Damócles suspensa sobre as forças que pudessem opor ao inimigo argentino, facilitando os desembarques de tropas inimigas sobre suas retaguardas.

Em relação às nossas fronteiras limites com ambos os países, podemos dizer que nosso país pode ser facilmente invadido, pois as fronteiras naturais, hoje mais que antanho, não oferecem nenhuma garantia para deter qualquer invasão.

— As linhas fronteiriças de Leste e Norte são fronteiras abertas, pelas quais passam os caminhos naturais de invasão, já clássicos na História.

— A fronteira Oeste, sem outra limitação que o curso do rio Uruguai, que entretanto pode ser transposto, como o foi na História e como o há de ser agora, mais que nunca, com os poderosos meios à disposição de um exército moderno.

— No Sul, por sua costa, em geral aborável, com excelentes águas profundas em portos naturais e melhores praias para operações de desembarque.

Sob o ponto de vista econômico, nosso país é, atualmente, um país pastoril. Sua principal riqueza é a pecuária ; mas evolui com inteligência e firmeza para a colonização agro-industrial.

Uma política rodoviária orientada em bases amplas, unida à produção da energia hidro-elétrica no Rio Negro, pode transformar-se, em breve, nossa economia, eliminando o latifúndio que, sobretudo ao norte do Rio Negro, mantém ainda o seu predomínio ; isto trará, como conseqüência, a reforma agrária e a divisão da terra, que fará o nosso país marchar ao ritmo da evolução progressista que o caracteriza no continente americano.

Por outro lado, a indústria pesada não existe em nosso país, que não tem mesmo possibilidades de estabelecê-la pela carência de matéria-prima em nossa indústria extractiva que é nula ; nossa meta está na indústria de transformação.

A indústria manufatureira está progredindo, e verá sua produção aumentada no futuro, pelo surgimento de uma região francamente industrial no Lago Rio Negro.

O crescimento vegetativo do país é reduzido ; nossa densidade de 4 habitantes por km² é um índice pobre, mas tendo em conta sua característica de país pastoril, pode mobilizar, em caso de conflito, maior número de elementos em suas reservas, de modo que ao calcularmos que se pode mobilizar os 10 % não nos excedemos em nossas previsões.

Todavia, há outros fatores de peso, — a potencialidade econômica ; o desenvolvimento industrial ; diversidade, volume e custo dos suprimentos modernos, ainda

limitados em sua utilização por certas razões de ordem geográfica e topográfica, o que não nos permite contar com as possibilidades de grandes contingentes em armas.

O panorama sul-americano, além disso, está numa evolução extraordinária que começou nos dois últimos anos da 2ª guerra mundial. A industrialização no Brasil alcançou, pelo esforço de seus filhos e a ajuda norte-americana, um nível já muito alto e em pleno florescimento, já que este país tem indústrias extrativas de ferro e carvão capazes de alimentar sua indústria pesada. A Argentina não pode ter indústria pesada porque não tem carvão e ferro e tem que recebê-lo do exterior; em compensação o Brasil não tem petróleo para industrializar, em grandes quantidades, e a Argentina o tem, mas as instalações atuais estão antiquadas e não lhe permitem abastecer seu próprio mercado, até o momento presente. Entretanto, uma política autárquica explorada firmemente nos últimos anos determinou enorme impulso de todos os recursos capazes de mover as indústrias extrativas do país, assim como para montar, dentro do próprio território, a maquinaria necessária para a industrialização de todos seus produtos.

No que se refere ao nosso país, também sofreu este uma profunda evolução em sua economia através dos anos. A intervenção cada vez mais acentuada do Estado em todos os recursos da indústria e das empresas particulares vai transformando o conceito individualista de nossa primeira constituição nacional que fazia do Estado unicamente "juiz e polícia", para afundar-mo-nos com audácia, em um estatismo que tem algo do socialismo de estado em sua função econômica, mas que mantém e tutela as liberdades individuais, da qual cada cidadão oriental é um zeloso guardião.

Para finalizarmos, vamos agora revisar sinteticamente os determinantes estratégicos — Os determinantes estratégicos não são mais que o fruto da confrontação dos de-

mais já analisados e sobre os quais se estruturarão hipóteses quanto ao provável emprego das forças em operações.

Nosso determinismo histórico colocou nossa nacionalidade entre as duas nações que integram dois Estados poderosos.

Os determinantes geográficos e políticos colocaram entre os mesmos um Estado tampão, cuja finalidade político-internacional já o definimos, com uma fronteira aberta a seu poderoso vizinho do norte e com suas fronteiras Oeste e Sul apoiadas em obstáculos naturais de importância, mas não de todo intransponíveis.

A ocupação militar de nosso país, com o domínio brasileiro de seus portos, colocaria sob o controle do Brasil a navegação dos grandes rios. A liberdade de comércio e a navegação fluvial dependeriam da vontade de uma só potência e, neste sentido, a independência uruguaia representa o interesse da América. O equilíbrio do Prata está pois em nossas mãos. Em que consiste esse equilíbrio? Na existência harmônica, fundada em mútuas garantias, de recíproco respeito à soberania própria de cada Estado e de garantias recíprocas no uso dos elementos naturais necessários para assegurar a prosperidade destes povos. Esta coordenação é extensiva à Argentina, Brasil, Bolívia e Paraguai. Nossa posição geográfica é a chave do destino dos nossos vizinhos. O determinismo político indica que os Estados tampões valem e pesam na balança internacional mais pelo zelo dos interesses de vizinhos poderosos, que por sua força militar como potência.

O nosso determinismo político nos mostra que nossa prudência em política internacional deve ser resguardada, mas por quem? Em princípio, por nós mesmos, aparecendo como os primeiros a cumprir os compromissos internacionais e as decisões da Junta Internacional de Defesa, o que nos dará a envergadura militar que nos capacite a nos fazermos ouvidos pela voz de uma diplomacia cuja energia se apoie

em algo que signifique o melhor obstáculo à força de qualquer agressão. Esse algo é, em realidade, o instrumento para fazer a

guerra, as Forças Armadas capazes de operarem nas três dimensões, ar, mar e terra, exigidos pela guerra moderna.

ATIVIDADES E OBJETIVOS DA "FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL"

Se a evolução econômica de um povo depende vitalmente de suas atividades agro-rurais, é óbvio que se deve amparar devidamente o homem dos campos e das fazendas, para ele valorizado pela educação, pelo bem-estar e pela saúde, possa prosperar, atravessar uma existência mais feliz, e contribuir eficientemente no progresso e grandeza da nossa pátria.

A criação da "Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural" pelo eminente brasileiro Bento Munhoz da Rocha, dinâmico Governador do Estado do Paraná, lançou um marco indelével no setor da assistência social e representa uma iniciativa de extraordinária expressão, tornando o Paraná um vanguardeiro nesse particular.

VANTAGENS DA FUNDAÇÃO

Como órgão especialmente destinado a prestar assistência ao trabalhador rural, a Fundação proporciona consideráveis e inúmeras vantagens à população rurícola. Desenvolve o espírito associativo dos homens dos campos e das fazendas, possibilitando-lhes a cooperação mútua, que é um fator de progresso. Por outro lado, dá amparo técnico ao trabalhador rural, melhorando-lhe, por essa forma, a eficiência para o trabalho, trazendo, como consequência, maior rendimento, melhor qualidade de produção e prováveis benefícios para a economia privada e coletiva. Além disso, a Fundação promove o levantamento do nível de saúde das populações, vantagem essa que seria ocioso ressaltar, tão evidente se encontra no espírito de cada um.

Da mesma forma, o padrão educacional se eleva entre as populações rurais, mediante a ação benfazeja da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural.

Orientando os trabalhadores rurícolas, fixando-se à terra, procurando localizá-los criteriosamente e, enfim, amparando-o social e economicamente, através do trabalho dedicado de técnicos e pessoal especializado em assuntos sanitários, educacionais e econômicos, a Fundação de Assistência ao Trabalhador constitui, por si só, uma consagração aos méritos do Governador Bento Munhoz da Rocha, o idealizador e realizador dessa grande conquista no campo social, que veio abrir novos horizontes para o progresso e o bem-estar dos rurícolas do Paraná.

AS FORÇAS ARMADAS E A CONSTRUÇÃO NACIONAL

Coronel J. B. MAGALHAES

"Il me suffit d'avoir mené votre esprit aussi loin que vont vos yeux." Fontenelle

Simple exame da História do Brasil deixa ver a importância considerável do papel das forças armadas na *construção nacional*. A unidade pátria a elas deve ter-se criado e mantido através de múltiplos fatos que se opunham à sua formação e, muitos dos progressos obtidos na vida da nacionalidade, houveram-nas como fator de grande importância.

As *forças armadas* do Brasil, principalmente, se as virmos no ambiente continental, mais do que talvez em outros povos, foram e são ainda hoje, como que o *esqueleto da nacionalidade*. Foram e são ainda instrumento poderoso de progresso material e cultural, outrora indispensável, hoje ainda útil.

Não queremos dizer, haja tudo decorrido com perfeição e sem desperdícios de recursos e esforços. Houve falhas e vícios. Houve deficiências. Mas tudo resultante de contingências desvantajosas na direção da política nacional, ou conseqüente de fatalidades, a rigor atenuáveis, se houvessem sido compreendidas. Houve as falhas decorrentes da disparidade entre as suas missões e os recursos disponíveis para as organizar e manter na melhor forma, dado o menosprezo de suas características pela direção política, fácil em esquecer o que mais é necessário à plena eficiência de tais corporações.

Não obstante, por sua própria natureza, em virtude mesmo do destino que lhes é peculiar e que fundamenta a sua existência, dominou-as uma mentalidade e um sentimento, que as fizeram desempenhar papel de relêvo, e muitas

vêzes capital, na formação vernácula.

Não se vê na sua vida, nem nas reações por elas exercidas no decurso da história pátria, um movimento uniforme através dos tempos. Há hesitações e oscilações de conduta e até ligeiros desvios lastimáveis. Há momentos de inércia, nos quais parece lhes faltar impulsão para enveredarem em rumo conveniente a uma conduta adequada com os interesses nacionais. Todavia, vistas as coisas em conjunto, nas grandes linhas de maior significação e quanto aos resultados globais, conforta verificar que, afinal, cumpriram o seu dever, servindo às boas causas da nacionalidade.

As *forças armadas* são por excelência um instrumento político, cuja maneira de existir diz bem do valor e do grau de evolução dos diversos povos, revestindo, porém, em cada época, aspectos característicos das peculiaridades da vida nacional e dos recursos da indústria disponíveis.

Foram no passado greco-romano, por assim dizer-se, a nação mesma; no período do feudalismo, a força dos senhores; e, depois, a garantia do poder real. Mais tarde, já recentemente, após o surto de uma nova era, resultante dos progressos científico-industriais que originaram a Revolução Francesa, transformam-se em instrumento de garantia de existência das pátrias e fizeram-se a suprema expressão da soberania dos povos.

Desde que, então, em França, para lutar contra a coligação dos reis, os criadores da República determinam a "*levée en masse*", organizam "*la garde nationale*", fundam "*la grande requisition*", elas passam a ser a *nação em armas*, e a se tornar, daí por diante, o *esqueleto das nacionalidades*. Não mais existem como um elemento à parte das sociedades. Nos seus quadros todos podem ter ingresso e nêles ascender até os mais altos postos, sem razões de privilégios.

Ao findar a fase de transição do século XVIII para o XIX, com a queda de Napoleão, estava firmado no Mundo Ocidental, o conceito de Pátria, como entidade suprema a que os homens deviam incondicional sujeição, e as organizações militares haviam adquirido o caráter de instituições nacionais. O mercenariado, antes nelas efetivamente prevalecente, dos séculos XVII e XVIII, tornara-se uma anomalia.

Na Alemanha e França, com tendência a se estender a todo Ocidente, institui-se o *serviço militar obrigatório*, com a formação de organizações de reserva, em condições de entrarem rapidamente em campanha, com as *forças permanentes ativas*.

Surge o *serviço de estado-maior*, como elemento essencial da preparação nacional para a eventualidade da guerra.

A partir daí, as forças armadas, mais do que outrora, reclamam um apuro no valor intelectual, moral e prático dos seus quadros, tanto mais quanto mais elevadas a posição hierárquica e a amplitude das respectivas esferas de ação; e tanto mais quanto a pujança das forças militares, fica dependente das realizações da *Política Nacional*, e com ela intimamente ligada através do Comando. São a nação em armas, ou não satisfazem os principais mistérios de sua existência.

Não obstante, cumpre observar, a sociedade torna-se cada vez menos militar, no antigo sentido da expressão, e a condição de militar mais incompatível com o exercício das funções políticas, vistas estas no seu sentido corrente. É uma con-

seqüência da própria natureza da guerra moderna, pois reclamando o *concurso solidário* de tudo que contribui para a formação da força nacional, não comporta diferenças ou divergência de opiniões e tendências pessoais, o que é próprio das práticas da política. Há, de resto, na *formação do militar*, quando a guerra é o objetivo por esta visado, uma tendência espontânea da sua maneira de agir que o torna impróprio, via de regra, para o governo civil, em tempo de paz. É essa condição que fez Pierre Laffitte, no seu estudo da *Revolução Francesa*, considerar haver *perigo numa política feita com apoio do Exército*, porque isto pode levar a uma *importuna usurpação militar*.

Tôdas as considerações acima feitas parecem-nos úteis para a justa compreensão do papel das forças armadas na construção nacional brasileira, que ora passamos diretamente a focalizar. Seja-nos, no entanto, permitido insistir na atenção que é mister dedicar à correlação sempre existente entre as características definidoras das forças armadas e as possibilidades da indústria em cada época, possibilidades estas também condicionantes da conduta política dos povos, política de que tais forças são mero instrumento. E no fato de que elas refletem necessariamente, nas suas maneiras de ser e de proceder, de um lado, os objetivos e necessidades políticas dos seus povos, de outro a capacidade dos dirigentes pátrios; sempre, o modo de ser da própria nacionalidade.

Isto posto, consideremos agora o caso brasileiro, com os aspectos peculiares às diversas épocas da vida nacional. Veremos, então, por honra nossa, as nossas forças armadas, figurarem como elemento construtivo por excelência e decisivo fator de progresso, do *ciclo colonial à República*.

No período colonial, desde o descobrimento até o Reinado, a organização administrativa do Brasil, derivada da de Portugal, tem características essencialmente militares, formando um conjugado de instituições oriundo das *ordenações*

afonsinas. Os seus governadores são capitães-generais e sua gente tem obrigações militares mais ou menos definidas, impositivas e de caráter permanente. As tropas, propriamente ditas, que o guarnecem desde que Tomé de Souza aportou na Bahia, têm papel de colonizadores, fato que se reproduz no decorrer de nosso crescimento nacional, até mesmo nos últimos tempos, *mutatis mutandis*. Efetivamente, assim foi, por exemplo, já no século XVIII, ao tempo de Gomes Freire, para o Rio Grande do Sul; assim foi nos longínquos lindes de Mato Grosso e Amazonas e assim foi, já em pleno decorrer do século XIX, no Brasil Império, como se vê do sistema de colônias militares, que entrou pela República; ainda, de algum modo é hoje, tal qual testemunha a existência das chamadas unidades de fronteira.

No início da colonização, no regime das capitânias feudais, a população aqui emigrada, forma uma guarnição militar de fato. E somente após evidenciadas as deficiências do sistema, tanto para enfrentar as relações com os indígenas como para se opor à cobiça de outros europeus, que, em tempos de D. João III, se instalam as primeiras guarnições militares propriamente ditas.

As forças de Mem de Sá, empenhadas na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, constituem-se de contingentes militares europeus reforçados com elementos de luta próprios da colônia. Mais tarde, o fato se reproduz na defesa do Norte, notadamente, quanto a expulsão dos holandeses do Nordeste e dos franceses do Maranhão, bem como dos invasores ingleses e holandeses da Amazônia.

É nas lutas contra os holandeses, em pleno século XVII, como assinala Capistrano de Abreu, que surge o patriotismo brasileiro. É a revelação eficiente da atitude, da constituição, dos métodos de ação de forças militares de formação local, que se vai depois mais e mais acentuando, nas lutas ulteriores, notadamente, nas que se travam no Sul e no Oeste, pela fixação dos

lindes territoriais do Brasil. Esse fato, surgido no período colonial, prolonga-se até as contendas da Monarquia, particularmente no Sul.

Não obstante, a presença de forças militares portuguesas de organização profissional, formando escassas guarnições aqui e ali, e a existência de tropas regulares de formação aborígena, cujos quadros, porém, notadamente os superiores, são todos portugueses, é nas tropas chamadas auxiliares e nas de formação indígenas, denominadas *irregulares*, que repousa efetivamente a defesa do Brasil, como judiciosamente reconheceu o Marquês de Pombal. É daí talvez, que surge em nossa população uma evidente repulsa pelo serviço militar, propriamente dito, de efeitos profundos e duradouros no sistema militar vigente no Brasil, cuja duração se prolonga até os tempos republicanos.

No século XVIII, já deslocado o centro de gravidade dos interesses militares do Brasil para a zona sul do Atlântico, ou, melhor, para a baía do Prata, o Rio de Janeiro assume considerável importância, forçando a mudança da sede do governo geral. Este deixa a Bahia e vem se instalar nele, que se fizera, como assinalou o General Bôhm, a chave da ação militar de Portugal na América. Já o Norte, para ser atendido, reclamava que o Maranhão e o Pará ficassem numa dependência mais direta da metrópole, com certa autonomia em face do governo local da colônia.

A luta áspera que se inicia quando entrou em jogo duvidoso a execução do tratado de 1750, reclama de Portugal providências que repercutem fortemente na construção nacional, *todas fundamentalmente militares*. Guarnece-se militarmente o Rio Grande. Fomenta-se com a ocupação militar o povoamento extensivo do Sul e a tomada de posse sistemática daquelas regiões. Portugal, em 1751, põe ao serviço de Gomes Freire oficiais estrangeiros para o serviço de demarcação de limites e Pombal aconselha ao Governador Geral, feito depois Vice-Rei, aproveitá-los em escolas de instrução. Cerca de uma

década mais tarde, em vista das reações de Espanha, manda três regimentos de tropas portuguesas (Moura, Bragança e Extremós), para a guarnição do Brasil e re-ursos em armamento, sempre precários; porém, alguns. É dado o comando ao General João Henrique Böhm, militar alemão, formado a Frederico e que fôra auxiliar do Conde de Lippe, e com ele vêm oficiais portugueses de escol e estrangeiros, entre os quais Jacques Funck e Francisco Roscio, que nos prestaram notáveis serviços de caráter geral.

As atividades desenvolvidas nessa época, acentuadamente durante o vice-reinado do Marquês do Lavradio, são notáveis, muito avançando a concepção e a execução prática do nosso espontâneo mecanismo militar. Reorganiza-se a defesa do Rio de Janeiro e se provê a do Sul. Melhorara-se o sistema de nosso provimento militar. Acelera-se o povoamento do Rio Grande e se inicia lá o aproveitamento das forças locais, sob a forma de irregulares, com representantes das tradições bandeirantes, mandados principalmente de São Paulo.

O problema estratégico da defesa do sul do Brasil é bem definido pelo General Böhm, e Pombal compreende que a nossa defesa, conforme se viu das guerras holandesas, há de ser feita essencialmente pelas forças indígenas (1). As formações de auxiliares do Rio de Janeiro entram em vibração. Os caminhos do Rio Grande são postos em forte utilização e se trata de melhorar as comunicações no seu interior, como de melhor dotá-lo de meios de luta de várias espécies.

Vê-se bem pelo que referimos aqui em rapidíssimo traços, quanto a força militar, regular ou, puramente, indígena e miliciana, foi elemento construtor por excelência do Brasil, no período colonial, definição do território, sua ocupação e defesa, povoamento e indústrias, elementos rudimentares de cultura nacional, surto e desenvolvimento

do nosso patriotismo, tiveram-na por instrumento principal.

Mas, nesse período em que se forjou a alma pátria, diferenciada da lusitana, os quadros superiores eram todos, a bem dizer-se, exclusivamente portugueses, o que mais acirrava a rivalidade espontânea dos nativos contra os metropolitâneos. E isso tanto mais quanto a mãe pátria temia que a pátria filha, por seu vigor natural progredisse a ponto de prescindir dela para viver e tratava por isso de, quanto possível, retardar o seu desenvolvimento. Não permitia que se criassem indústrias no Brasil, exceto as da lavoura ou militares, mas estas sempre precárias; nem lhe dava meios próprios de se instruir, sendo que os elementos das nossas elites tinham que ir à Europa buscar as luzes intelectuais que almejavam. O comércio direto com o Mundo também era defeso.

• •

O período colonial finda com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808. Desde então o Brasil começa a viver por si mesmo. Surgem instituições que lhe faltam, e já brasileiros natos começam a exercer influência nos negócios públicos, fato que se inaugurou com a posição de Alexandre de Gusmão, ao serviço de D. João V.

Instalam-se no país instituições culturais e surgem elementos de indústria, especialmente militares. Cria-se a Academia Real Militar, em 1810, cujos destinos e programas de ensino, estão a testemunhar a considerável importância da força militar em nossa construção nacional. A carta régia que determina a sua instalação, dá-lhe por destino, além de formar oficiais para o serviço da força armada, habilitar os que a cursassem "a dirigir objetos administrativos de minas, de caminhos, portos, canais, pontes e calçadas".

Continuam as forças armadas a desempenhar o mesmo papel do

(1) História da Evolução Militar do Brasil — Anais do IV Congresso de Hist. Nac. — VI Vol. — I.H.G.B.

tempo colonial, agora, porém, sob forma nova, colaborando nas obras de interesse público ou as efetuando por sua própria conta, tais como levantamentos topográficos e geográficos, construção de estradas, povoamento de certas zonas. Papel em que prosseguem durante a fase do Império após a proclamação da Independência, enquanto vão contribuindo também para a criação, fomento e desenvolvimento da cultura e da indústria nacionais. São fatos marcantes dessa cooperação, iniciada ao tempo de D. João VI, a fundação da fábrica de pólvora do Jardim Botânico, transferida depois para Estrêla, onde se encontra ainda hoje, na raiz da Serra de Petrópolis; a criação da primeira usina siderúrgica nacional, em Ipanema, em São Paulo; o Laboratório Químico Militar; e o desenvolvimento dos arsenais, com escolas de aprendizes artifices. É evidente a influência das forças militares na formação técnica nacional e do operariado.

Com respeito, à cultura nacional, além da mencionada Academia Militar e da de Marinha, a de Portugal para aqui transferida por D. João VI, interessa mencionar a instalação de uma *junta médica, cirúrgica e administrativa*, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, existente desde o Vice-reinado, e no qual se fundou em 1808, uma *escola anatômica*.

No campo marítimo, o conhecimento de nossa hidrografia, é obra essencialmente da Marinha de Guerra, como o são a indústria naval e a organização da pesca ligada ao problema da colonização, tal qual decorre, por exemplo, entre outros fatos, do que foi feito em Santa Catarina, em 1817.

A rigor, todas estas contribuições são realizadas sob a égide portuguesa, mas já o caráter nacional se mostra bem definido e firmado, e tanto, que ao brasileiro, por cautela, é dificultado o acesso aos postos de direção. Certos fatos, entre muitos outros, testemunham a pujança do

elemento crioulo, como dizem os castelhanos, para significar os naturais deste continente. Um deles, é a ação da divisão do General Curado na campanha da Cisplatina, comandada pelo General Lécór, que se fez brasileiro com a Independência, adquirindo o título de Barão de Laguna. Dá-se então um episódio significativo, (2) e eloquente; um dos chefes para *"atrair o inimigo, manda vestir os dragões de São Paulo, com uniforme de cavalaria portuguesa, que ele menos temia"*. Outro fato, é o protesto de Cunha Moreira (3) contra a fortuita e inútil intromissão dos britânicos na tomada de Caiena, com menosprezo lastimável, por injusto, de nossa gente.

Mas, o valor do elemento brasileiro marca-se muito bem nas lutas pela Independência. Não foi uma ruptura inrupta. Houve pugna vencida pelo ardor patriótico dos nativos que somente então começam a assumir os postos da direção nacional. A Marinha, sobretudo, que era essencialmente lusitana, faltavam brasileiros natos para a sua constituição nacional, sendo necessária recorrer ao estrangeiro, dada a emergência em que se encontrava o Brasil.

Ela se formou todavia eficientemente sob a direção de um brasileiro nato, Cunha Moreira, e como o Exército, não tardou em adquirir pleno feitiço nacional, embora conservando tal qual ele, nos seus quadros, portugueses que então preferiram ficar brasileiros.

Só após a Constituição do Império, de 1824, passam as nossas forças armadas a ter uma formação orgânica conforme as determinantes do tempo, e a ser uma *instituição nacional*. E continuam a sua forte contribuição para a construção da Pátria. Além do papel necessário, a bem dizer-se, policial que desempenham na imensidade do nosso território, ocupado por uma população escassa e rarefeita, e o de guarda permanente da fronteira, fomentam o povoamento, constroem

(2) Varnhagem — História Geral do Brasil — V Vol. — 3ª Ed. Int.

(3) Idem. Nota de Rodolfo Garcia.

obras públicas e, sob vários aspectos, excitam e enriquecem a cultura nacional.

Há vários testemunhos disto: as numerosas colônias militares das quais, se algumas por certos motivos fracassaram, (4) muitas floresceram e se fizeram autônomas e algumas são hoje prósperas cidades, no Pará, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande e Mato Grosso. Conhece-se a sua cooperação na construção de vias de comunicação, em que ainda hoje colaboram, notadamente, vias férreas. A essa conta se pode também lançar o empenho de chefes militares e órgãos do comando, talvez motivo principal que levou o Governo a mandar construí-las, tais como, entre outras, por exemplo, as destinadas a ligar o centro de vida nacional com o Rio Grande e Mato Grosso e, recentemente ainda, as redes do centro com as de Este e do Nordeste. As estradas do Rio Grande e para Mato Grosso, foram pugna tenaz de Osório e outros chefes desde após a guerra do Paraguai.

Do ponto de vista cultural, há a considerar a contribuição que tem dado à instrução pública, tanto através de escolas criadas nos seus próprios órgãos, como pela colaboração de elementos seus no professorado de nossas escolas superiores, e em diversas instituições culturais, onde, as vezes, tem produzido trabalhos de préstimo substancial.

O valor da contribuição das forças armadas para a definição dos limites do território nacional, a demarcação, defesa e povoamento das fronteiras, tem sido de vulto excepcional. Trabalhos numerosos de elementos seus, como no caso de Baena, em relação a Amazônia, por exemplo, formam fonte elucidativa para a defesa de nossos direitos. As realizações da comissão Gomes Carneiro, iniciadas em 1890 com o lançamento da linha telegráfica para Mato Grosso, e de cujo desenvolvimento redundou a chamada Co-

missão Rondon, desbravadora do nosso *hinterland*, incorporadora dos indígenas restantes à nossa civilização e de cujas atividades muito se enriqueceram os conhecimentos de nossa geografia e história natural, com resultados de repercussão mundial, são evidentemente preciosas contribuições das forças armadas, para a construção da Pátria.

Há ainda a se lhes dever, já no período republicano, as reações sobre a mentalidade da nossa gente, do ponto de vista da cultura cívica e da fusão dos diversos grupos sociais, para a sua homogeneização consequentes do serviço militar obrigatório. Muito embora as imperfeições e as restrições de amplitude de sua execução, e muito embora certos inconvenientes assinalados, como, por exemplo, a tendência excitada em elementos do interior para abandonarem o campo pela cidade, é um fato bem visível. Muito embora, o estado incompleto em que permaneceu a instituição, por se não ter dado à formação de reservas, organizadas e instruídas, satisfatório acabamento, o que denuncia haver no nosso mecanismo militar a permanência de falhas sérias, com profundas raízes no passado, é incontestável, que, por esse meio, elas corrigem vícios derivados do regionalismo e diversidades consequentes de erros ou deficiências da política imigratória.

De modo geral, a síntese da contribuição das nossas forças armadas na construção da Pátria Brasileira, se faz, pelo papel aglutinador que têm dignamente exercido para a formação e consolidação da unidade nacional, portando-se de tal modo que aqui se desconheceu o *caudilhismo*.

Isto nos leva a examinar as suas relações com a política militante e o comportamento que tem tido, como corporação de vida própria em presença dos nossos problemas e das nossas crises políticas. É o que passamos a examinar.

(4) Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro — 9º Vol. — Colônias militares.

No período colonial, não exercem as nossas forças armadas no quadro lusitano a que pertencem nenhuma influência política de movimento próprio, apesar do seu caráter nímiamente miliciano. Nenhuma influência, como uma corporação.

Este aspecto surge com o movimento da Independência, quando as bafeja e entusiasma um sentimento de civismo, nascido da consciência da pujança nacional, da capacidade que havíamos adquirido de viver com plena autonomia. As forças militares de feição aborígena não hesitaram na luta contra os portugueses e numerosos oficiais seus se inscrevem nas sociedades maçônicas e outras de pugna pela Independência.

No início da organização do Império elas não falham ao sentimento patriótico em luta contra o chamado *partido português* e se colocam decididamente ao lado das correntes liberais, chegando mesmo alguns dos seus a pensarem até na República, como, por exemplo, Miguel de Frias.

No período da Regência, apoiam decididamente o governo central contra as rebeliões regionais e o risco do separatismo. Na mais séria dessas perturbações, que foi a *Guerra Farroupilha*, desde que houve perigo de quebra da unidade nacional, muitos dos que se haviam lançado no movimento revolucionário, não trepidam em abandoná-lo para o combate em prol da integridade do Brasil. Quando houve risco de Intervenção estranha em desprimor da Pátria, cessam todas as dúvidas e se faz a paz, sob a direção hábil de Caxias.

No decorrer do período que se segue, durante largo tempo, não houve atitudes militares de intromissão coletiva na política. Temiam, porém, os políticos o prestígio dos chefes do Exército e tratavam de fazer frente de modo singular ao que chamavam o *perigo da espada*, apoiando os seus partidos em *espadas respeitáveis*, que atraiam às suas fileiras, como Caxias, Osório, Porto Alegre, Pelotas, etc.

As forças armadas apoiavam indistinctivamente a *Monarquia*. Mesmo após a guerra do Paraguai,

quando se intensificou a propaganda republicana, elas permaneceram fiéis ao sistema.

Todavia, a partir de então, a idéia republicana penetrou nos quartéis, mais no Exército do que na Marinha, e, por seu efeito, elas se fazem o fator principal da mudança de regime político em 1889, cedendo a imposições da época.

A vida republicana se inicia com lutas árduas que abalam profundamente as forças armadas e nas quais elas entram denodadamente. Vencem, porém, no seu próprio seio, os que estimam e sabem compreender as necessidades da ordem. Mas desde então, o gosto pela política tornou-se um vírus no seio delas e, de quando em vez, surgiram quarteladas, sempre dominadas estas, porém, pela maioria amiga da ordem. Tornou-se um vírus combatido pelos seus elementos melhor instruídos e mais sãos, embora às vezes entre em perigosa atividade.

Em suma, quando se examinam as linhas gerais da conduta política das forças militares, nos nossos negócios internos, o que se vê é a tendência espontânea que elas possuem, seja para assegurar a ordem e defender a unidade nacional, pugnando do mesmo passo em favor do progresso, seja para seguir a impulsão dada pela opinião pública prevalente, como testemunham os recentes acontecimentos de 1930, mesmo 1932 e 1945. E isto se processa na conformidade do valor dos chefes que as comandam, do que decorrem consequências várias, mais ou menos prósperas, mais ou menos nefastas.

Em suma, na Monarquia jamais descambaram para o *caudilhismo*; na República tem respeitado e defendido a ordem civil, apesar das fraquezas de muitos por esta principais responsáveis.

* *

Em conclusão. As nossas forças armadas, como as de qualquer nação, refletem necessariamente a nacionalidade, e em sua fisionomia se estampam as contingências de vida do país, principalmente, os reflexos da capacidade moral, intelectual,

cívica e prática dos condutores da política. Certamente, as condições de riqueza da economia nacional, e, principalmente as possibilidades industriais, são fortes determinantes do seu arranjo interno, do seu desenvolvimento geral, e do grau de eficiência de sua organização.

A capacidade dos chefes militares, cuja escolha, de resto, depende do valor efetivo dos políticos e do seu grau de consciência do que sejam responsabilidades cívicas, pode atenuar por suas reações próprias e as proposições que surgiram para a adoção de providências adequadas, com o arranjo de medidas inteligentes, certas deficiências fatais que possam ter em presença das condições nacionais.

Quando isto ocorre, nenhum outro fator da construção nacional as sobrepuja em eficiência; quando assim não acontece elas se podem até tornar nefastas, e isto porque, como assinalou von der Goltz, as forças armadas são os últimos elementos de um país a se corromperem, mas quando isto acontece, ultrapassam todos os outros, o que é uma consequência mesma de sua natureza, toda organização e disciplina. Todavia conforta considerar subsistirem sempre nelas, se a Pátria não deve morrer, elementos orgânicos, células vivas, por cuja atividade se podem reconstituir vigorosamente.

No Brasil, como em outras nações americanas, jamais puderam as forças armadas lograr possuir o pleno desenvolvimento que poderiam ter no quadro das realidades e possibilidades nacionais, sendo vítimas de erros, às vezes graves, tanto de concepção, como de execução, na montagem e funcionamento do seu mecanismo. Não obstante, exerceram, e podem exercer ainda, papel eminente na obra da construção nacional, tal qual nos indicam os fastos do passado que viemos de rememorar, papel tanto

mais eficiente para os interesses do futuro quanto melhor forem compreendidas pelas elites nacionais, inclusive a dos seus quadros, as características fundamentais da sua existência. Para tanto basta que se não perca de vista um só momento que elas existem essencialmente para a guerra e que esta há de ser feita, para não haver fracasso deplorável, com o justo aproveitamento do potencial bélico nacional ao máximo, qualquer que seja, conforme os ensinamentos da arte militar. Basta, mais do que nos outros grupos sociais, que se mantenha na mentalidade dos que as enquadram e comandam, o predomínio, *sem nenhum disfarce*, dos interesses coletivos da própria instituição, vistos como parcela dos da Pátria, sobre quaisquer aspectos individuais; quaisquer aspectos individuais sejam quais forem, mesmo nobres. Basta se obedecer nelas e em relação a elas a regra de Condorcet: *"Le sentiment de l'amour de la patrie doit être employé pour combattre les effets de l'opposition entre l'intérêt individuel et celui de la société"*.

Desde então, como demonstra a sua considerável influência na construção nacional do passado, há de se ver que, dadas as características da guerra do nosso tempo, nenhum outro elemento pode influir mais para o nosso engrandecimento do que elas, as forças militares nacionais. Cabe-lhes enquadrar a nação na emergência da guerra, e preparar o máximo desenvolvimento das forças morais e materiais, que esta é suscetível de desenvolver. Cabe-lhes fomentar e propugnar pela existência de uma ordem dinâmica no país, e sempre cogitar de tudo que representa real progresso para a vida coletiva de nossa Pátria, sem, no entanto, assumirem responsabilidades diretas na conduta política, o que seria exorbitar de sua esfera natural de ação, e errar.

A UNIAO CATOLICA DOS MILITARES E O EXERCITO

Padre J. BUSATO, Capelão Militar

"Formando crentes — diz o Padre Didon — formamos patriotas; armamos a razão de nossos discípulos com robustas convicções, preparando homens de ação, de espírito reto, capazes de toda a iniciativa e prontos para todas as fadigas, inimigos de toda a baixeza e mentira, ensinando-os, em nome de Deus e da religião, a não obedecerem senão à consciência, a terem na mais alta estima a dedicação e o sacrifício, formando caracteres, certos estamos de que ao país daremos almas marciais, chefes experimentados, servos prontos a todo apelo da Pátria. O verdadeiro patriota quer a nação una e forte, ele arde no zelo da liberdade dos outros como no da sua própria independência".

Eis, que em poucas palavras, resumindo, o papel que a Igreja desempenhou e deve desempenhar no tocante à formação histórica e espiritual do Brasil.

Não falaremos, aqui, em Frei Henrique de Coimbra nem nos nossos primeiros missionários, daqueles sacerdotes que, em tempos difíceis, até o papel de soldados valentes desempenharam, pois em cada pá de terra que se cava em o nosso Brasil descobriremos a osada do missionário e do soldado, que se imolaram no altar da Pátria em defesa das suas tradições cristãs.

Revolvendo as páginas da nossa história se nos depara a ação heróica dos capelães militares Frei Cosme de S. Damião, Frei Manoel da Piedade, Américo Augusto de Carvalho, João Ferreira Dantas, Feliciano Protes, Coelho dos Santos, Frei Fidelis D'Avola, Frei Jerônimo do Monte Fiori. A Frei

Fidelis coube a chefia dos capelães militares na guerra do Paraguai. Foi nomeado Capitão-Capelão "em atenção aos relevantes serviços prestados ao 1º Corpo de Exército em operações contra a República do Paraguai".

Na ordem do dia de dezembro de 1868, Caxias dizia: "Camaradas! o inimigo vencido por vós na ponte de Itororó e no aviso Avaí, espera-vos em Lomas Valentinas com os restos do seu exército!...

O Deus dos exércitos está conosco!".

Encerrados nas cercanias da Laguna Vera e dizimados pelo fogo da artilharia e fuzilaria numa luta inútil de 9 dias e 8 noites, os paraguaios repelem à bala os dois parlamentares para convidá-los à rendição. Consegue, porém, convencê-los da bárbara e tresloucada resistência, como se exprime Ouro Preto, o padre Inácio Esmerati, capelão da Esquadra, que, alcançando a imagem santa do Crucificado, lhes fala a linguagem do Evangelho.

Foi também na mesma guerra que o citado capelão-mor do nosso exército, Frei Fidelis, auxiliado por seus irmãos de hábito (em número de 6), com o Crucificado na mão, sem temer baionetas nem balas, acudia com socorros espirituais aos que caíam no campo de batalha.

Eis como forma caracteres a nossa santa religião.

Entoando a Salve Rainha, João Fernandes Vieira arremete contra os inimigos da Pátria, em Tabocas. Poti Camarão — carrega sobre o peito o crucifixo e a imagem da Virgem. Beija-os, reza antes das refregas sanguinolentas.

Henrique Dias, na mesma campanha, inutilizado um braço, de um golpe inimigo, diz para o capelão que lhe vai ao lado: "Basta-me uma mão para servir ao meu Deus e ao meu Rei".

É Caxias que chega a dizer: "Tirem-me o exército, mas não me tirem o capelão". Osório não despreza os socorros da religião, administrados pelo nosso conhecido Rei Fidei.

Eis o destino histórico do Brasil. É como diz Afonso Celso:

"O Brasil, se às leis da Igreja,
Leis de amor, obedecer,
Vencerá qualquer peleja,
Glória eterna há de colher.
Deus de modo tão sublime
Pôs aqui os brilhos seus,
Que seria horrível crime
Não se amar aqui a Deus."

Nos nossos tempos, apesar de ter a República se afastado de Deus e da religião católica, contudo os soldados do Brasil se conservaram amigos de Deus. É verdade que a fé declonara um pouco, mas Nossa Senhora da Conceição soube velar pelos destinos dos nossos homens de farda.

Sempre houve militares que se distinguiram pela sua fé.

Em 1917, no logarejo pobre e obscuro de Realengo, um grupo de cadetes vitoriosos sob a direção do saudoso padre Miguel de Santa Maria Mochon, sob cujos olhos passaram várias gerações de militares, fundou-se a "Conferência de São Maurício da Escola Militar de Realengo". Destacaram-se os mauricianos: Mário da Costa Braga, presidente (falecido), José Bina Machado, Juarez Távora, Fernando Távora, Nestor Souto de Oliveira, Rinaldo Câmara, Alcides P.F. Veloso, Amadeu Suzine, Floriano Menezes (falecido), Jorge Barreto Lins, Túlio Beleza, Fernando Saboia Bandeira de Melo, Paulo Lopes.

Dessa Escola saíram as centelhas que mais tarde haveriam de incendiar muitos corações militares para o Deus dos exércitos.

O primeiro órgão de direção geral da U.C.M. do Brasil foi fundado sob o nome de Conselho, por um grupo de camaradas da guarnição do Rio, que vinham trocando idéias, tendentes a associar os militares católicos, desde o grande feito da procissão eucarística do 1º Centenário da Independência do Brasil, em 1922. Foi a primeira aparição em público dos nossos homens de farda.

Doze oficiais católicos, fardados, desatrelaram os fogosos cavalos do carro eucarístico e o conduziram em triunfo, do Flamengo à Praça Mauá. Vale a pena dar aqui a palavra ao General Silveira de Melo, cujo nome destaco com reverência por ter sido o baluarte, a viga mestra da U.C.M. no Exército.

Depois de se referir ao carro eucarístico, puxado por seis cavalos pretos puro sangue, que, espantados por verem tanto povo, começaram a empinarem-se, garbosamente exaltados, diz o seguinte: "Aqueles 12 oficiais, na maioria moços, da nova corrente de idéias militares, treinados na lida de animais e de viaturas pesadas, saltaram para a frente dos equinos, 2 a 2 — 12 contra 6 — segurando com mão firmes, as cambras dos frelos dos possantes animais. Houve lutas. Houve momentos de estupefação. Qual das duas forças teria que dobrar-se? Mas, um oficial, muito jovem, quasi imberbe, o Tenente Eduardo Faustino, da Arma de Artilharia, resolve a situação. Propôs safar os cavalos da atrelagem para que o carro fôsse puxado pelos oficiais. O Coronel Eduardo da Silva, o oficial mais graduado, mandou que o Tenente consultasse o Sr. Arcebispo.

D. Leme vinha logo atrás, na carruagem que conduzia o Cardial Arcoverde, o Legado Pontifício. O Tenente Eduardo acercou-se do automóvel e falou: Os cavalos estão alucinados. Só há um recurso. V. Excia. permite? É desatrelar os animais e, nós mesmos os oficiais, fazermos a tração do carro.

D. Leme, homem sereno e judicioso, objetou: Mas eu não sei se os oficiais, tão ciosos de seus

uniformes, quererão dar-se a esse ato de tamanho desprendimento. Além disso, como os chefes militares julgarão essa atitude? — Excia., atalhou o ardoroso Tenente — aqui no Rio, em pleno centro da cidade, os acadêmicos, certa vez, puxaram o carro de uma atriz... e essa atriz era estrangeira. Pois, então, meu filho, eu abençoo aqueles que quiserem prestar essa homenagem a Nosso Senhor".

Eis como começou a ação católica entre os militares, publicamente.

Foi desta gente de fé que saiu o primeiro diretório da U.C.M.

Da ata de sua 1ª sessão, realizada em 2-IX-925, constavam os seguintes nomes: Coronel Eduardo da Silva, Coronel F. Jorge Pinheiro, Coronel Paulo Albuquerque, Majores Alexandrino da Cunha, A. Arruda Valim, Capitães A.A. Lima Júnior, A. Suzine Ribeiro, Francisco José Pinto, J. Nicodemus M. de Barros, 1º Tenentes Waldemar A. de Souza, Carlos A. de Matos, Edui de Barros, Edgar Magalhães da Silva, Jorge Barreto Lins, E. Faustino da Silva, Manoel João Guedes, J.D. Moreira Lobato, L. Gomes Pinheiro, Floriano de Menezes, J.E. Nunes Ribeiro, Cadetes: Sipauba Fasheber, Mirabeau Pontes e Severino Sombra. As primeiras noções de organização foram consubstanciadas no folheto, publicado em 1924, pelo Capitão Silveira de Melo, intitulado "Primeiras Idéias de Organização".

Figuram sucessivamente como presidentes do Diretório os distintos oficiais: Coronel Augusto Eduardo da Silva (1925-1928), Coronel F. Severiano (1928-1929), General Jorge Pinheiro (1931-1932), General Francisco José Pinto (1939-1942), General Cristóvão de Castro Barcelos (1936-1938 e 1942), General Juarez do Nascimento Fernandes Távora e Vice-Almirante Braz Veloso.

Outros pequenos movimentos de organização houve no Brasil. Assim, no dia 15 de agosto de 1923, um núcleo de soldados da guarnição de Itajubá realizava, com a comunhão festiva, a magnífica es-

treia no Brasil da "missa dominígueira dos militares", sobre a direção do então Capitão Silveira de Melo.

Em 12 de outubro de 1924, coube ao Coronel R. Benjamin da Fonseca, a organização do 1º núcleo da União Católica dos Militares, que foi o do Colégio Militar de Barbacena. Depois do magnífico feito da procissão eucarística efetuada em 1922, no ano de 1924, por ocasião do jubileu do Cardial Arcoverde, 3.000 militares fardados, da guarnição do Rio, realizaram na Praça da República, aquela surpreendente primeira comunhão coletiva de classe, de onde partiu a sequência ininterrupta da Páscoa dos Militares, hoje tradição viva em todas as guarnições brasileiras.

Em 1925 promove a U.C.M. a reabertura do ciclo da assistência religiosa aos homens de farda, com a presença do devotado então Frei Luís de Santana, mais tarde bispo de Botucatu, nas operações militares do Paraná.

Em 1930 outros sacerdotes serviram como capelães militares, a cujo número teve a honra de pertencer. Em 1942 nos aparecem, oficialmente, os capelães cônego Muzzi e Pe. Heitor Assis (Fernando de Noronha).

A União Católica dos Militares também teve a honra de ter as suas sessões nos Congressos Eucarísticos da Bahia, Belo Horizonte, Pernambuco, S. Paulo e Porto Alegre.

Curioso é também recordar como se deu a primeira bênção das espadas. Nasceu em Realengo, no feliz reinado espiritual do bondoso e saudoso Padre Miguel.

Como a capela daquela localidade fôsse acanhada e pobre, foi aconselhado pelo padre citado que a cerimônia se efetuasse numa igreja do Rio.

Por sugestão do Cadete Bina foi escolhida a Igreja de Santo Inácio, que fôra um soldado valente e nobre. Ouvira falar dos Padres Souza e Madureira, tão amigos de militares e tão cultos. E o Padre Madureira, após ouvir a exposição do Cadete Bina, achou ótima a idéia. Falaria até com o Nuncio.

E os três Cadetes Bina, Suzine e Santos Dias se prepararam para o grande dia. O próprio Nuncio Apostólico foi o celebrante. Uma centena de oficiais fardados, a melhor sociedade de Botafogo, grande número de Cadetes convidados iam ressuscitar a antiga cerimônia que ficará no olvido desde os tempos de Caxias. Ao entrar na Igreja, os três Cadetes foram recebidos com olhares faiscantes da enorme assistência. E a figura imponente do Padre Madureira apareceu no púlpito para proferir uma das mais fulgurantes orações. E até hoje a cerimônia se realiza com brilho sempre.

Como se vê, o movimento da ação católica no Exército, mediante a U.C.M., foi de lutas e vitórias. Eis o legado que nos cabe guardar, com profundo respeito.

Se temos o S.A.R., em grande parte o devemos à U.C.M., que, na última guerra, conforme o Regulamento dos Capelães da F.E.B., devia existir nas unidades em forma de núcleos.

Está nas nossas mãos o seu futuro. Por isso, é preciso dar-lhe nova vida, incrementá-la em todas as guarnições do país.

Como numa paróquia pouco pode fazer o Vigário sem os apóstolos leigos, assim um capelão militar, sem a cooperação, o auxílio dos militares, principalmente dos chefes, verá resultados pouco satisfatórios.

E a U.C.M. é conhecida através de todo o Brasil. Tem um patrimônio riquíssimo de boas obras. É encarada com bons olhos pelas altas autoridades militares.

Para escritórios
e residências!



CADEIRA
ANATÔMICA
TIPO 159



FABRICAS:

Rio Niterói - Javali - Curitiba
FILIAIS:

SÃO PAULO - Rua Maria Teresa, 89
CURITIBA - 88-89 do Rio Branco, 158
BELO HORIZONTE - Rua Coruja, 101
JOINVILLE - Rua São Pedro, 300

MOVEIS CIMO

Para o seu
escritório, prefira
"CIMO"
o movel que
dura muito...



FABRICAS:

Rio Niterói - Javali - Curitiba
FILIAIS:

SÃO PAULO - Rua Maria Teresa, 89
CURITIBA - 88-89 do Rio Branco, 158
BELO HORIZONTE - Rua Coruja, 101
JOINVILLE - Rua São Pedro, 300



MOVEIS CIMO



HEVEA BRASILIENSIS

MANOEL IGNACIO CARNEIRO
DA FONTOURA
Gen. Bda. R-1

O Teatro Amazonas, em Manaus, e o Teatro da Paz, em Belém, são símbolos melancólicos do efêmero esplendor econômico da Amazônia, com base no latex da seringueira silvestre. A emigração da seringueira para os países do Extremo Oriente é, na verdade, um capítulo chocante da história econômica do Brasil.

A borracha, que é produto de espécimen da flora equatorial do Novo Mundo, torna-se conhecida do mundo civilizado, na primeira metade do Século XVIII, graças ao astrônomo francês La Candonine, que andou em excursões científicas por aquelas superquentes quanto super-úmidas paragens da América do Sul. Entretanto, só depois do descobrimento da vulcanização, ocorrido na primeira metade do Século XIX, graças ao industrial norte-americano Goodyear, é que se vislumbra o grandioso futuro da borracha. Na segunda metade do Século XIX, na América, dois acontecimentos,

que sucedem no tempo, separados de um decênio, aparentemente sem ligação, são os fatores que irão criar as bases econômicas da moderna produção oriental da borracha. Com efeito, em 1866, circula o primeiro automóvel nos Estados Unidos; e, em 1876, o agrônomo britânico Wickham consegue, "burlando" a vigilância das autoridades brasileiras, exportar um importante carregamento de semente das melhores espécies de seringueiras da Amazônia.

A partir dessa ocasião, a hevea ganha, cada vez mais, o conceito de produto destinado a múltiplas aplicações na vida moderna. Hodiernamente, por exemplo, sua industrialização está ligada à existência de outras importantes indústrias, tais como: automobilista e aeronáutica.

As densas e soberbas plantações de seringueiras, que tanto valorizam as terras de baixas latitudes do Extremo Oriente, originam-se das sementes que sobrevivem à

longa travessia marítima, sob os desvelos de visão de Wickham. E na primeira metade do Século XX, no curto período de uma geração humana, a extração do latex da seringueira silvestre, na Amazônia, decal de 99 para 2 % da produção mundial!

Não resta dúvida que, no Extremo Oriente, existe complexo de condições favoráveis para o estabelecimento da cultura de seringueira. Com efeito, temperatura elevada e uniforme; chuvas abundantes, quase o ano inteiro; solo argiloso, solto e drenado; e, além disso, a vizinhança do mar devido à situação insular ou peninsular dos países da região. Taes são as condições naturais que o Extremo Oriente oferece para a cultura da seringueira, em base excepcionalmente econômica. Todavia, foi a política fiscal do governo, com a taxação absurda, que desferiu o golpe de morte na incipiente indústria da borracha da seringueira silvestre, dando lugar, com a alta do preço unitário do produto, não

só ao crescimento das plantações, no Extremo Oriente, como também à criação da indústria da borracha sintética, nos grandes centros industriais do Novo e do Velho Mundo.

Resta-nos, em tudo isso, além do consólo do qualificativo da expressão latina que serve de título à presente crônica, a possibilidade de o latex da seringueira silvestre vir, novamente, a ser de utilidade pelo fato do Extremo Oriente ser, não só uma região de grande efervescência política como também achar-se demasiado exposto em áreas marginais da Eurásia.

No mundo do teatro, está por surgir ainda o compositor que deverá escrever a ópera "Hevea Brasiliensis", tendo por argumento a curiosidade de um astrônomo, a paciência de um industrial, o sonho de um agrônomo, a venalidade de um guarda aduaneiro e a cupidez do fisco, digna de ser estreada, simultaneamente, nos Teatros "Amazonas" e da "Paz".

CASIMIRAS

TECIDOS

TAPETES

PASSADEIRAS

COBERTORES

RHEINGANTZ

SÍMBOLO DE QUALIDADE

RIO GRANDE (RIO GRANDE DO SUL)

VÍTIMAS DO DEVER

Padre J. BUSATO

Perto de Verdun, por efeito de uma formidável explosão de enorme bomba, um pelotão de soldados franceses foi sepultado vivo, de pé, com as armas na mão, agindo... Soterrados em pé. Morreram em pé. Naquele lugar fúnebre e belo, mandou o governo francês erguer um monumento e nesse monumento mandou fôsse gravado só isto: "A memória dos soldados franceses que aqui descansam em pé e com as armas na mão". Sem nome, sem nada.

Nada há de mais arrebatador do que morrer de pé, pelo dever, pela pátria, pelo exército, pela bandeira, pela disciplina, pela ordem, pelas instituições pátrias, pela fé.

Este fato, me fez lembrar o trágico desaparecimento dos doze jovens pertencentes ao Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre.

O programa das instruções militares estava sendo executado religiosamente, com ardor de verdadeiros soldados do exército de Caxias.

Mas, eis que um imprevisto se registra. Explode uma mina inopinadamente. E o efeito já é conhecido. Tomba um jovem. Mais outro, mais outro. Doze jovens perdem a vida na flor da idade. E a capital gaúcha, ricos e pobres, cultos e ignorantes, jovens e velhos, ao saber da notícia infausta se cobre de luto. Ais e lágrimas se misturam. Gemidos e soluços se ouvem. Tudo isto é colhido pela população gaúcha.

E por várias horas, por vários dias e ainda, atualmente, a família gaúcha conserva, o que colheu,

no seu coração, nos seus sentimentos, no seu recondito, a dor, o luto, as lágrimas daqueles que ficaram.

No meio de tudo isto, porém, há um conforto. Eles morreram de pé, no cumprimento do dever. E existe a fé, a religião para confortar.

Existe a comunhão dos santos, que nos faz unir aos nossos caros militares mortos em vínculos tão sólidos, tão fortes que nem o tempo nem o espaço os pode quebrar! O grande poeta Virgílio, na sua ENEIDA, nos fala nos Campos Elísios, lugar de dita perene, onde se recreiam as almas dos mortos a serviço da pátria.

"Hic manus pro patria pugnando vuneræ passæ". E comenta alguém: "Nobre pensamento inspirado nas Sagradas Escrituras, onde se consigna o prêmio reservado para os bons, para os que cumprem o dever e observam as leis divinas. O dogma nos diz, na Comunhão dos Santos, que os que militam na mesma fé, formam a grande cooperativa, em que, a comunidade de bens espirituais, nos permite auxiliar aos que tombaram diante de nós".

Que os nomes desses bravos que tombaram no pósto do dever estejam sempre diante de nós, diante dos nossos olhos. E que suas famílias estejam tranqüilas, porque a memória dessas vítimas há de perdurar nos anais do nosso Exército. Seu exemplo, sua morte, seu desaparecimento do número dos vivos, na catástrofe que enlutou o Rio Grande, viverão na história.

E declinemos com reverência seus nomes: Sérgio Diffini, Paulo

Sérgio Sperb, Sérgio Emilio F. Mabilde, Ubiraci Lemos, Pedro Reginato, Elias João Chamí, Reni Círio Eckhard, Roque de Marco, Telmo Piva, Antônio Carlos Miranda, Cláudio João Tischler e Carlos Ernani Boll.

E dirijamos nossas preces de cristãos a Deus para que dê a esses mártires do dever o descanso eterno.

Sobre suas lousas frias desfolhemos a flor da saudade.

Paz às suas almas.

NOVA EMBALAGEM!



AÇUCAR
PEROLA
SACO AZUL-CINZA ENCAIXADA

MAIS HIGIENE!
MAIS SEGURANÇA!
MAIS ECONOMIA!



(N. 10)

EXPRESSO SÍRIO BRASILEIRO

FRANCA — SÃO PAULO

PROPRIETÁRIO

José Joaquim Pereira

(AZE)

RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 466 — FONE. 188 — FRANCA

RUA DJALMA DUTRA, 226 — FONE. 36-5572 — SÃO PAULO

(N. 16)

O FORRAGEAMENTO DE REBANHOS PELO FEIJÃO SOJA

Pelo 2º Ten. Q.A.O. VASCO RIBEIRO
DA COSTA

—4—

Em trabalho anterior, estudamos o feijão soja na alimentação humana, fazendo uma rápida apreciação de sua utilidade como substituto da carne no fornecimento de proteínas.

Nesta nova oportunidade, procuraremos focalizar as variedades indicadas para forragem do gado.

A alimentação básica dos nossos rebanhos tem repousado no milho, na alfafa e nas pastagens conhecidas vulgarmente como "capim gordura" e outras espécies conhecidas. Não se cogitou, entretanto, segundo temos conhecimento, de praticar o consórcio do milho com a soja, cujo resultado é altamente compensador. A ração assim obtida proporciona um melhor equilíbrio e uma forragem de maior rendimento, mais completa e variada.

Além de ser possível a semeadura, em conjunto, nas mesmas covas, na mesma fileira, dá um rendimento apreciável, pois que fornece ao milho os dois ácidos amínicos que lhe faltam, para a engorda dos animais.

Embora existam opiniões divergentes sobre os inconvenientes desse consórcio, alegando uns que as espigas de milho são muito menores, se o feijão soja for plantado junto ou entre as leiras daquele, somos de opinião — depois de consultar os autores entendidos —, que o produto assim obtido fica mais completo até mesmo para a alimentação humana. O resultado de nossa experiência, já iniciada, não-lo dirá.

Uma das grandes vantagens do emprego da soja na alimentação animal é a de ser aproveitada primeiramente como pastagem e de-

pois como matéria orgânica na fertilização do solo. Consegue-se, desse modo, um processo lucrativo e econômico de adubação e recuperação da terra cansada.

A soja pode ser administrada sob diversas formas aos animais e entre elas destacaremos as seguintes:

a) forragem verde, sendo feita a colheita dentro do período compreendido na floração até à formação do grão nas vagens;

b) grãos secos quebrados ou moídos, associados à batata doce, ao milho, abóbora, etc...

c) sob a forma de tortas, obtidas com os resíduos que sobram depois de extraído o óleo e da obtenção do leite de soja. Deve-se, contudo, ter o cuidado de fornecê-lo aos animais em doses não muito grandes, a fim de evitar distúrbios digestivos. Uma torta considerada ideal tem a seguinte composição:

Água	13,40 %
Proteína	40,30 %
Gordura	7,50 %
Matérias não azotadas	28,10 %
Celulose	5,50 %
Cinzas	5,20 %

Como podemos observar, a torta, assim obtida, é rica em substâncias azotadas e suas cinzas contêm ácido fosfórico, potássio, cálcio e magnésio;

d) como farinha, é altamente nutritiva e apreciada por todos os animais; de fácil digestão, não sobrecarrega o estômago;

e) como pastagem, a fim de complementar a ração de milho. De fácil plantio, não exigindo cui-

dados especiais, pode crescer junto com o próprio capim. Florescendo 2 vezes ao ano, podemos obtê-la, em sucessão, durante quase 8 meses seguidos;

f) como feno, depois de convenientemente curada, é muito apreciada pelos animais, dado o seu grande valor alimentício;

g) como palhas, utilizando-se as folhas e as cascas para toda espécie de gado. Deve-se, neste caso, ministrá-la misturada a um alimento aquoso.

Passemos agora às variedades mais aconselháveis para a produção de forragem. Entre elas, citaremos a Austin e a Biloxi, por serem de mais fácil obtenção as sementes e, também mais conhecidas entre nós. Austin — de variedade vigorosa, ereta, ramosa, amadurecendo em cerca de 130 dias; flores coloridas de vermelho e branco, florindo entre 55 e 60 dias; vagens contendo de duas a 3 sementes; sementes de cor verde-amarelada com hilo marron em número de 5.248 por quilo, aproximadamente; germe amarelo. Percentagem em óleo: 18,9.

Biloxi — variedade vigorosa, ereta, ramosa, amadurecendo em cerca de 165 dias; flores vermelhas, florindo entre 85 e 90 dias; vagens contendo de 2 a 3 sementes; sementes de cor marron-escuro com hilo marron, em número de 4.143 por quilo aproximadamente; germe amarelo. Percentagem em óleo: 20,1.

Como acabamos de ver, as variedades acima descritas poderão ser utilíssimas no forrageamento dos nossos rebanhos.

A título de informação, transcreveremos alguns pontos interessantes de experiências feitas pela Estação Experimental de Mississippi, Estados Unidos, demonstrando que:

1 — os grãos de soja, depois de extraído o óleo, são melhor alimento que o farelo de algodão, ou farelo de soja, para produção de manteiga;

2 — o feno de soja é um pouco superior ao de alfafa, para produção de manteiga.

Encontramos em outras experiências feitas pelo Departamento de Gado Leiteiro da Estação Experimental de South Dakota, naquele país, as conclusões seguintes:

1 — para a produção de leite e de manteiga, os grãos de soja, quando dados com uma ração básica, foram 19,9 % e 17,7 % mais eficientes, respectivamente, do que o farelo de linhaça;

2 — os rebanhos aceitaram muito bem as rações de grãos de soja, mesmo quando constituíam 100 % dessa ração;

3 — os grãos de soja tiveram um mais alto coeficiente de digestibilidade, quando dados com a mesma ração básica que o farelo de linhaça;

4 — foi alcançada maior eficiência na produção de leite e manteiga, empregando-se alimentos ricos em proteínas. Onde se concluiu ser aconselhável a cultura da soja onde melhor se desenvolve;

5 — para produção de leite e de manteiga, o feno de soja acusou ser 6 % e 7,8 % mais eficiente, respectivamente, do que o feno de alfafa de boa qualidade.

Ainda extraímos do relatório da Estação Experimental Agrícola de Delaware, os seguintes dados, entre outros:

1 — 100 libras de grãos de soja foram perfeitamente aceitas pelas vacas, em adição à ração básica;

2 — os grãos de soja produzem melhor efeito fisiológico do que o farelo de amendoim;

3 — a soja é uma excelente fonte de proteínas para vacas produtoras de leite.

Poderíamos citar quadros comparativos de experiências feitas em nosso país; entretanto, resumimos as conclusões a que chegaram os experimentadores, adiantando ser a soja um fator econômico bastante apreciável e de fácil obtenção, quando cultivada no próprio local da criação de gado; presta-se para forragem e adubo, além da grande vantagem de complementar a ração básica de milho, fornecendo maior soma de proteínas para a produção do leite e da manteiga.

Ora, os 2 produtos acima são considerados indispensáveis à nossa alimentação, principalmente o leite para as crianças. Se conseguirmos ampliar e melhorar a qualidade e a quantidade do leite e da manteiga, proporcionaremos maior soma de calorias ao organismo, pela ingestão desses alimentos; por outro lado habituaremos o homem ao consumo do leite como complemento da refeição diária nos corpos de tropa. Isso torna-se fácil pelo fato de que é possível plantar o feijão soja nas granjas do Exército, cultivando es-

pécies para alimento e forragem, principalmente nas Unidades onde exista criação de gado para produção de leite.

Ao feijão soja, como forragem dos rebanhos, está reservado um grande futuro neste país "essencialmente agrícola"... Fomentar a sua cultura deve ser a preocupação daqueles que se interessam pela melhoria das condições alimentares do Brasil.

Não podemos fugir a esta verdade histórica: um povo bem alimentado torna-se forte física, moral e intelectualmente.

CASA DE MÓVEIS "CRUZEIRO"

Mobiliário de fino gosto — Tapetes em geral — Colchões — Todas as qualidades — Todos os estilos — Todos os preços — Todas as vantagens

FABRICA DE MALAS "CRUZEIRO"

Colchões de molas "Brasil" — Cofres de aço — Geladeiras, etc. — Fabricação perfeita — Acabamento esmerado — Amplas facilidades de crédito aos militares da 9ª Região Militar

A maior casa do ramo no Estado de Mato Grosso

HENRIQUE PUP & CIA. LTDA.

Rua Dom Aquino ns. 546 e 556 — Campo Grande — Estado de Mato Grosso (N. 3)

"A CAMPOGRANDENSE"

VENDAS POR ATACADO E A VAREJO

Fornecedor da 9ª Região Militar

Aparício Silva & Cia.

AVENIDA CALÓGERAS, 735 — TEL.: 119 — CAMPO GRANDE — MATO GROSSO (N. 4)

LIVRARIA RUI BARBOSA

Tipografia — Fabricação de livros — Encadernação e Pautação
Papeleria — Artigos para escritório, para desenho e escolares

ABEL FREIRE DE ARAGÃO

RUA QUATORZE DE JULHO, 593 — CAIXA POSTAL, 222 — Teleg. "LIVRARIA"
CAMPO GRANDE — ESTADO DE MATO GROSSO (N. 5)

ALFAIATARIA CIVIL E MILITAR

Especialidades em artigos militares — A única no Estado de Mato Grosso

FELIPE CURI

RUA QUATORZE DE JULHO, 560 — CAIXA POSTAL, 34
CAMPO GRANDE — ESTADO DE MATO GROSSO (N. 15)

PRIMEIRO DE MAIO

Município do Estado do Paraná que surge para a grandeza do Brasil

Discurso proferido pelo nosso Representante, Sr. Antonino José de Andrade, na posse do primeiro Prefeito

Meus amigos.

O motivo desta reunião, é dos que tocam muito de perto a nossa sensibilidade, pois tem ele por objeto a homenagem, que todos nós, amigos e admiradores de Corrêa Pôrto, lhe estamos prestando.

Homenagear um amigo é tarefa sempre grata ao coração, principalmente quando esse amigo reúne as qualidades que todos reconhecemos no homenageado, essa tarefa torna-se mais grata e mais comovedora.

Quis o veredictum das urnas que a vitória eleitoral coubesse ao nosso amigo Corrêa Pôrto. Essa manifestação insuspeita e expressiva dos munícipes locais, vale como uma verdadeira consagração às virtudes cívicas de que é portador o candidato vitorioso. O pleito foi renhido e os candidatos, possuidores dos mais elevados títulos, eram cidadãos dignos de aspirarem ao supremo pôsto da municipalidade local.

Agiganta-se, por isto, a vitória que ora festejamos com este ágape, do nosso Corrêa Pôrto.

Não nos vamos deter, nem nós ousaríamos, por muito tempo, prender a atenção dos que generosamente nos ouvem, em traçar o perfil moral e intelectual desse varão ilustre: todos o conhecem; todos sabem quais as qualidades magníficas que adornam a sua personalidade; todos o admiram e, bem assim, todos lhe querem com acendrada estima.

O Município de "PRIMEIRO DE MAIO" escolhendo-o para seu Prefeito, andou acertadamente. Foi feliz a escolha, sem que isto deslustre os dignos candidatos vencidos. É lícito, pois, que se espere da inteligência, do dinamismo e do espírito empreendedor desse ilustre cidadão, uma administração fecunda, para gáudio e felicidade dos seus habitantes.

Que o Pai Celestial, a quem ora dirigimos os nossos pensamentos, o inspire, a fim de que, no desempenho do mandato ora investido, possa atender aos justos anhelos dos munícipes de "PRIMEIRO DE MAIO", resolvendo com segurança os problemas do Município, cujo destino dentro do desenvolvimento econômico do glorioso Estado do Paraná, é um dos mais promissores.

Ao brindar o nosso querido Corrêa Pôrto, em nome da "A DEFESA NACIONAL" e em meu nome pessoal, faço votos para que o Senhor dos Sêres e das Coisas o oriente, o proteja e ilumine a fim de que na direção da Prefeitura de "PRIMEIRO DE MAIO", seja feliz para fazer a felicidade de seus munícipes.

AVISO AS UNIDADES

TRABALHOS GRÁFICOS — A Livraria "Nossa Senhora Aparecida", tem a grata satisfação de comunicar aos Srs. Comandantes de Unidades e Chefes de Serviços, que já está aparelhada para executar todo e qualquer serviço gráfico, bem como atender todo pedido de material de livreria e papeleria em geral.

Pegam orçamento sem compromisso — Serviço rápido e perfeito

RUA QUATORZE DE JULHO, 873 — CAIXA POSTAL, 216

CAMPO GRANDE — ESTADO DE MATO GROSSO

NOTÍCIAS DIVERSAS

Combatamos sem descanso o pessimismo. Não vejamos apenas os nossos defeitos, que também outros povos igualmente possuem; fortaleçamos a fé em nossa capacidade de realização, repetindo a cada passo o muito que já conseguimos produzir e que as estatísticas proclamam; criemos a consciência nacional de que já somos uma grande nação e de que seremos incomparavelmente maiores em próximo futuro, graças ao trabalho e aos imensos recursos de que poderemos dispor.

WALDEMIRO POTSCHE

Indústria de álcalis no Brasil

Is é um elo da cadeia de indústrias básicas acaba de ser firmado. Foram assinados os contratos entre a Companhia Nacional de Álcalis e as Companhias técnicas francesas, para o estabelecimento da indústria de álcalis no Brasil. Os contratos terão garantia dos governos do Brasil e da França. Para facilitar a importância desse empreendimento, basta declarar que, com o investimento em divisas que passa de dez milhões de dólares, teremos uma economia anual de 10 a 12 milhões de dólares, e, na segunda fase da fabricação de produtos, alcançará 30 milhões de dólares por ano.

As atividades da "Comissão Mista"

O engenheiro Ari Tórreres, presidente da Seção Brasileira da "Comissão Mista Brasil-Estados Unidos", falando sobre as atividades da Comissão, declarou o seguinte:

O plano em curso de desenvolvimento compreende três etapas:

A primeira visa promover o parelhecimento geral dos serviços básicos, como transportes, energia elétrica;

— A segunda visa aumentar a exportação e estimular a produção substitutiva de importações;

— A terceira visa o fomento e a ampliação de todas as atividades econômicas, em geral, especialmente as de produção de bens de capital e de consumo essencial.

A primeira etapa está programada para cinco anos e prevê financiamentos estrangeiros no valor total de 400 milhões de dólares e nacionais de 10 bilhões de cruzeiros (imposto especial de renda).

Em resumo, é a seguinte a situação dessa primeira etapa:

— financiamentos já concedidos: 120 milhões de dólares para 8 projetos já em execução;

— financiamentos em fase de negociações, em Washington: 155 milhões de dólares para 18 projetos prontos para entrarem em execução;

— financiamentos para projetos em fase final de estudos pela Comissão Mista: 125 milhões de dólares.

● Fábrica da Dunlop no Brasil

Nada menos de 75 milhões de cruzeiros dispenderão as Fábricas Dunlop no seu novo estabelecimento, a ser erguido em Campinas, no Estado de São Paulo. O próprio Banco da Inglaterra já aprovou a iniciativa, o que é uma prova

de confiança do capital estrangeiro nas possibilidades do Brasil.

• Aumenta o Imposto de Renda

Segundo declarações do Diretor da Divisão do Imposto de Renda, a arrecadação desse tributo quase duplicou no biênio 1951-52, comparativamente ao biênio 1949-50. Neste, a arrecadação foi de nove bilhões e trezentos milhões de cruzeiros, enquanto que, naquele, foi de dezoito bilhões e trezentos milhões. O aumento foi, pois, de 100 %.

• Mineração

A indústria extrativa mineral está destinada a transformar-se em preciosa fonte de divisas para o país.

Só o Vale do Rio Doce exportou 1.500 toneladas, em 1952, no valor de 24 milhões de dólares, contra 12 milhões em 1951.

O preço médio da tonelada, passou de 12 para 18 dólares, já es-

tando vendidas, este ano, por este último preço, 1.200 toneladas, ou sejam 22 milhões de dólares.

Para a segunda fase de expansão da Companhia, a terminar em 1956, espera-se uma exportação de 3 milhões de toneladas, o que dará ao país 50 milhões de dólares, anualmente.

Estima-se que a exploração do minério de manganês do Amapá renderá 40 milhões de dólares e o de Urucum outro tanto. Estas duas iniciativas estão em plena fase de execução. Pode avaliar-se, pois, em 150 milhões de dólares a renda do país em dólares, dentro de 3 a 5 anos, proveniente da indústria extrativa mineral, pois deve contar-se com outras fontes de produção. Destas, só de manganês exportou-se 64 mil toneladas, em 1951 e 120 mil em 1952. Para se avaliar o valor da contribuição da indústria extrativa mineral, basta esclarecer que a exportação de café rende ao país 700 milhões de dólares, anualmente.

• Os "Big Five" da Siderurgia Brasileira

EMPRESA	Fundada em	Capital (em milhões de cruzeiros)	SEDE
Siderúrgica Nacional	1941	4.200	Volta Redonda.
Belgo-Mineira	1921	1.200	Monlevade.
Mineração Geral do Brasil	1938	700	Mogi das Cruzes.
Acesita	1944	620	Acesita.
Mannesmann	1953	400	Belo Horizonte.

Além dessas 5 grandes empresas, existem 35 outras empresas de dimensões mais modestas, com o capital total de 1.880 milhões de cruzeiros.

Ao todo, o Brasil possui 40 estabelecimentos siderúrgicos, com o capital total de 9 bilhões de cruzeiros e 41 mil operários, número este que aumentará para 47.500, depois da execução das obras em

andamento em Volta Redonda, Acesita e Mannesmann. Volta Redonda prepara-se para produzir 700 mil toneladas de aço, anualmente e, brevemente, um milhão de toneladas. A Belgo-Mineira prepara-se para dobrar a sua produção de 100 mil toneladas de aço anuais e a Acesita está em vias de elevar de 50 para 100 mil toneladas a sua produção de aços finos.

EMPRESA DE TERRAS OESTE DO BRASIL S. A.

Muitas são as maneiras pelas quais um homem se impõe no conceito dos seus concidadãos. Uns, pelas qualidades de inteligência. Outros pelos dotes de coração. Muitas vêzes, porém, inteligência e coração se encontram tão intimamente ligados, na manifestação de empreendimentos e de atitudes, que não há como separá-los.

O professor Tertuliano Soares Albergaría é dos que se impõem, ao mesmo tempo, pelos atributos de inteligência e pelos dons de coração. É um homem de quem o grande Rui Barbosa diria que plantava carvalhos.

Muito conhecido nos meios sociais e industriais do Paraná, onde, há muitos anos, exerce as suas atividades, o prof. Tertuliano Soares Albergaría, com quem tivemos o prazer de conversar demoradamente, vem desenvolvendo, desamparado de qualquer ajuda oficial, um programa de ação colonizadora que o recomenda, de modo muito particular, ao reconhecimento de todos os brasileiros.

O Sr. Tertuliano é um homem de seus cinquenta anos, bem proporcionado de corpo, olhar vivo e inteligente, sorriso franco e jovial. De suas maneiras, de suas palavras, de toda a sua pessoa, simples e modesta, se irradia alguma coisa de muito simpático, de muito expressivo, que cativa e prende a quantos dele se aproximam. Suas atividades industriais, impregnadas de largo espírito social e filantrópico, se orientam no sentido da venda de terras coloniais, em diversos Estados do Sul, notadamente no do Paraná. O importante, porém, para o prof. Tertuliano não é somente vender glebas de terra. Sua Senhoria visa a coisas mais altas, mais elevadas, diretamente relacionadas com o progresso do Estado, porque, para ele, vender terras tem um significado muito limitado. O que o move é o desejo grandioso, patriótico, de criar cidades, fundar novas fontes de produção agrícola, transformar a mata em centros populosos, rasgar estradas, levar os progressos da vida civilizada até onde lhe fôr possível.

Graças ao seu idealismo, graças a sua condensada capacidade de realizar, o prof. Albergaría, que é também um amante dos livros, um estudioso dos problemas econômicos, um promotor de tertúlias literárias, já fundou a cidade Nova Niterói, em Piassaguera, no município de Paranaguá, e a Cidade Nordestina — um dos seus grandes sonhos — destinada a acolher os irmãos do nordeste, tangidos pela inclemência das secas. Nela encontrarão abrigo e trabalho até que consigam localizar-se defini-

tivamente. Além dessas cidades, acaba o idealista paranaense de fundar na gleba n. 8, da colônia de Paranavaí, uma cidade que terá o nome de Cintra Pimentel.

O Sr. Tertuliano Soares Albergaria é um técnico em assuntos de colonização. Desde 1930 — há mais de 20 anos, portanto — vem se dedicando àquela atividade especializada. Está há muito tempo à frente da Empresa de Terras Oeste do Brasil S.A., onde as suas iniciativas se revestem de acentuado caráter filantrópico.

São sem conta os atos de benemerência desse cidadão exemplar, que não só concede bolsas de estudos a rapazes reconhecidamente pobres, a fim de que venham estudar no Rio de Janeiro, mas ainda interna, por conta própria, em hospitais do Paraná, pessoas desprovidas de recursos.

O Sr. Tertuliano, cuja bondade já se tornou proverbial, atende, quer na firma industrial, de que é um dos diretores, quer em sua própria residência, a quantos diariamente o procuram. É pensamento de Sua Senhoria construir um hospital em Londrina, para o que já obteve a necessária aprovação da Assembléia Geral da empresa de que é um dos diretores.

Em 1952, foi o professor Tertuliano, por grandes serviços prestados no campo da assistência social, distinguido com uma carta muito expressiva do Bispo da Prelazia de Sant'Ana da Chapada, no Estado de Mato Grosso, tendo-se então iniciado um movimento de opinião no sentido de que fôsse conferida uma comenda àquele laborioso e benemérito cidadão.

Noticiando, através destas colunas, algumas das multimodas atividades do professor Tertuliano Soares Albergaria, a "A Defesa Nacional" presta ao ilustre brasileiro a homenagem de respeito e de admiração a que S. Sa. faz jus, pelo que tem feito realmente em prol de seus concidadãos.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAUMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 11)



Noticiário de Interesse Militar

Serviço Militar na América do Norte

O Serviço seletivo constitui o sistema de alistamento que está em vigor nos Estados Unidos, mediante o qual essa nação dispõe, atualmente, de 3.600.000 homens em armas, aos quais se acrescentarão mais 200.000, nos próximos meses. O seu funcionamento é o seguinte: todos os varões de 18 a 26 anos devem inscrever-se nas agências de recrutamento que, em número de 40.000, se acham distribuídas por todo o país, servidas por pessoal civil voluntário, sem direito a nenhuma remuneração. De acordo com as informações proporcionadas pelos próprios interessados ou por seus parentes e responsáveis, os indivíduos são classificados numa destas 5 categorias:

- aptos para o serviço;
- beneficiários de prorrogação, em razão dos empregos que exercem;
- idem, por necessidade de família (arrimo);
- idem, por falta de aptidão ou por outras razões previstas em Lei;
- idem, por haverem rebaixado a idade limite.

Todos os inscritos na categoria de "aptos para o serviço" não são chamados automaticamente para as fileiras. Únicamente as necessidades dos efetivos do Exército determinam a quantidade de homens a incorporar. Cada Estado deverá proporcionar, em tal caso, um número proporcional à importância de sua população.

Os soldados mais jovens não podem ser chamados antes de completarem 18,5 anos; permanecem 2 anos nas fileiras e passam, depois, para a reserva. Durante o serviço, podem ser enviados para o estrangeiro.

Reserva organizada e Guarda Nacional

A Guarda Nacional se acha organizada sob a inspeção dos governadores dos Estados, que têm sobre ela jurisdição administrativa. Seus instrutores e a maior parte do seu equipamento procedem do Exército ativo.

As reservas se compõem, em sua maior parte, de antigos combatentes das duas grandes guerras; os que possuem alguma graduação cumprem um período anual de serviço ativo durante um máximo de seis anos. Até agora não existe um programa nacional de instrução para os Corpos da Reserva, efetuando-se a dita instrução de maneira diferente em cada Estado da Confederação.

A organização atual tem prevista a incorporação dos Corpos de Reserva às Unidades ativas para reforçá-las. Também constituem um depósito de homens para recompletar o Exército regular e a Guarda Nacional.

A instrução militar obrigatória

A necessidade de reforçar incenssantemente a defesa obrigou o Congresso a preparar a instauração de um verdadeiro serviço militar obrigatório, tendo sido constituída uma Comissão para o estudo de suas possíveis modalidades.

No primeiro documento apresentado pela dita Comissão, em 29 de outubro de 1951, propõe-se o seguinte sistema:

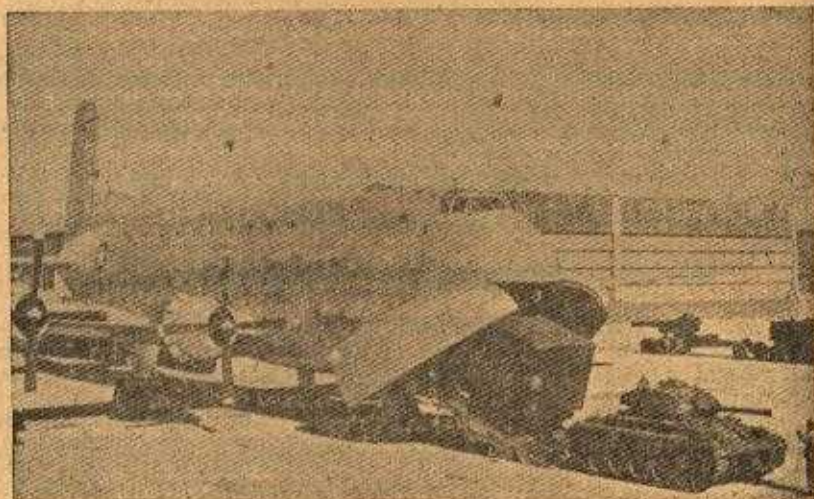
Os jovens inscritos aos 18 anos nas agências de recrutamento se incorporação aos 18 e meio anos aos Corpos de instrução militar, destinando-se 22 % dos recrutas ao Exército do Ar, 23 % à Marinha, 5 % à Infantaria da Marinha e o resto ao Exército de terra.

Neste último, os recrutas serviriam 17 semanas em Infantaria e 6 semanas em Unidades especiais.

Os ditos recrutas receberiam um soldo de 30 dólares mensais e durante 9 meses teriam direito a um seguro de vida de 10.000 dólares. Não se beneficiariam, contudo, das vantagens concedidas aos antigos combatentes.

Ao serem licenciados, os homens poderiam escolher as seguintes possibilidades: Ingressar no Exército regular, voltar para casa e inscrever-se em um Corpo da Reserva ou prosseguir os seus estudos na Universidade e entrar nas reservas, uma vez efetuados os seus exames. O período de serviço nas reservas duraria 7 anos.

O projeto ainda não foi aprovado porque a Câmara dos Deputados adiou a sua decisão, com o fim de estudar detidamente este sistema, que se choca com as tradicionais instituições americanas (Traduzido de "Ejército", de Espanha, número de dezembro de 1952).



Avião C-124 Globemaster II capaz de transportar 22,5 t a 2.900 km de distância

Novo "jeep" americano

Informa-se de Washington que se vai fabricar um novo tipo de "jeep" mais potente e maior que o modelo que tanta fama alcançou na II Grande Guerra.

É mais comprido e largo que o modelo em uso e seu motor terá 72 C.V., em vez de 60. O novo tipo conta com um sistema de alimentação que economiza carburante e possui um depósito de gasolina maior. Em consequência, a sua autonomia passou de 280 para 400 quilômetros.

Tem melhores freios e pára-lamas com pestanas para evitar que os salpicos ceguem o condutor e leva uma metralhadora, o que melhora as suas características táticas.

Barco projétil rádio-dirigido

O Secretário da Marinha dos Estados Unidos declarou à Imprensa que a Marinha americana já havia lançado o seu primeiro "barco projétil rádio-dirigido" e que a questão do porta-aviões movido por energia atômica era só uma questão de tempo.

Declarou ainda que, brevemente, se experimentarão, na Coreia, aviões sem piloto e que a Armada inventou projéteis rádio-dirigidos que está em condições de usar, se necessário. Disse ainda, que a utilização de energia atômica para propulsar os maiores barcos de guerra, em cuja realidade está empenhado o seu governo, aumentará o raio de ação e a capacidade de carga dos navios em mais de 100 %.

A energia atômica em veículos de transporte geral

O Ministro inglês dos abastecimentos, referindo-se ao incremento que vai tomando, com assombrosa rapidez, a utilização da energia atômica, declarou que possivelmente a próxima geração poderá viajar nas ferrovias, aviões e barcos movidos pela dita energia. Por outra parte, cientistas britânicos consideram possível a sua aplicação em automóveis.

AO NHANDUTI

João Akamine

MODAS EM GERAL — ARTIGOS FINOS PARA PRESENTES

Concedemos 10 % de desconto a classe militar da 9ª Região

RUA 14 DE JULHO, 544 — Caixa Postal, 93 — CAMPO GRANDE — MATO GROSSO

(N. 7)

AUTO-POSTO SOBRAL

Gasolina — Óleo — Acessórios e peças para autos e caminhões em geral
Produto Texaco

RAMON SOBRAL

RUA GENERAL RONDON, 370 — CAMPO GRANDE — E. DE MATO GROSSO

(N. 8)

ASTORGA

O município de Astorga, de futuro brilhante, recentemente criado, compreende os distritos de Içara, Santa Zélia e Iguaraçu, está situado em região de terras roxas, o que quer dizer em zona fertilíssima. A região presta-se admiravelmente ao plantio de café, milho, arroz, feijão e outros cereais. Suas florestas são muito ricas em madeiras de lei, cujo comércio, bastante florescente, constitui uma preciosa fonte de renda. O município que está situado entre dois rios, o Pirapó e o Bandeirantes, convizinha com os Estados de São Paulo e Mato Grosso. Basta dizer, em abono de suas imensas possibilidades, que, a safra geral, no ano passado, atingiu a 150 mil sacas de café, número esse que, no ano atual, se elevará a 300 mil sacas.

O município de ASTORGA possui um Centro de Saúde sob a direção do Dr. José Soares, uma coletoria estadual, um Grupo Escolar, uma Agência do Banco do Nordeste e outra do Banco de Curitiba, seis serrarias e quatro máquinas para beneficiamento de café e arroz.

Os astorguenses, numa bela demonstração de civismo e amor à terra natal, acabam de levar a uma das cadeiras da Câmara Municipal, o Sr. Manuel Batista Cavalcanti, de quem vamos traçar, em linhas mui sucintas, alguns dados biográficos.

O Sr. Manuel Batista Cavalcanti, natural do Estado de Pernambuco, descende de ilustre família: é filho de Sebastião Batista Cavalcanti e D. Amélia Carneiro Cavalcanti. É casado com D. Hespéria Pulli Cavalcanti, de Escalvado, Estado de São Paulo: O casal possui uma encantadora menina de dois anos de idade, Maria Cristina Cavalcanti.

O Sr. Manuel Batista Cavalcanti, chegou à região em 1945, como Chefe da Colônia de Içara.

Tempos depois, foi nomeado Interventor neste Município. Iniciou as suas atividades agrícolas em 1949, possuindo hoje uma área de 200 alqueires, com cerca de 170 mil pés de café em formação e já formados. Graças aos seus dotes de coração, grangeou para logo um número considerável de amigos e admiradores, tornando-se, sem favor, um dos homens mais queridos do povo que nele encontrou sempre um bemfeitor e um amigo. É conhecido na região pelo nome de Rei dos Homens Bons.

Entre as realizações do Sr. Manuel Batista Cavalcanti, que é um homem de ação, conta-se a construção da magnífica "CASA DO TRABALHADOR", destinada a albergar as famílias necessitadas e os nordestinos, vulgarmente conhecidos por "paus de arara", os quais, fugindo aos horrores da seca vêm tentar a vida na Terra da Promissão. Em Água do Itaipu, na Colônia de Içara, está construindo a ESCOLA PRIMÁRIA rural, cuja finalidade é a instrução dos filhos dos trabalhadores.

Como vêm os leitores, o Sr. Manuel Batista Cavalcanti, mui justamente eleito Vereador de Astorga, é um homem que por obras meritórias já efetuadas exclusivamente a sua custa, muito se recomenda aos astorguenses que sufragaram vitoriosamente o seu nome. Trata-se, portanto, de um cidadão que sente as necessidades dos seus semelhantes e procura resolvê-las na esfera de suas possibilidades.

Homens dessa natureza são necessários em toda a parte. Sua retidão de caráter, sua capacidade de trabalho, suas qualidades de coração, sua dedicação à terra e aos que trabalham, revelam um cidadão empreendedor e honesto, com todas as qualidades e credenciais para uma fecunda e belíssima situação, atuando com eficiência na Câmara dos Vereadores. É um homem em quem se pode confiar e de quem é justo se espere muita coisa boa em benefício do Município de ASTORGA.

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firms :

- A RENOVACÃO** — Magazim do Meier — Ribeiro de Faria & Pereira Ltda. — Avenida Amaro Cavalcanti, 73-77 — Meier — Fone: 29-6798.
- BRUNO SILVEIRA & CIA. LTDA.** — Fornecedores do Exército — Rua Teófilo Otoni n. 58 — Fone: 43-9205.
- COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE TAUBATÉ LTDA.** — Rua Joaquim Távora n. 148 — Fone: 247 — Taubaté — Estado de São Paulo.
- SERRARIA SANTO ANTONIO** — Avenida Coelho Campos n. 379 — José Job de Carvalho — Aracaju — Sergipe.
- MARINHO, SANTOS & CIA. LTDA.** — Tecidos, miudezas, etc. — Rua Cons. Franco ns. 54-60 — Feira de Santa Ana — Estado da Bahia.
- DESTILARIA JUBUBA LTDA.** — Rua n. 4 — Margem Esquerda do Rio — Santo Amaro — Estado da Bahia.
- IMPORTADORA DE MATERIAL AERONAUTICO (IMATA) LTDA.** — Avenida Franklin Roosevelt n. 115-s/704 — Fone: 42-2389.
- JOALHERIA HERMAN** — Rua Dr. Garnier n. 390 — RIEIX — Fone: 48-8502 — Q.G. Tel. 43-8286 — Praia Vermelha — Tel. 26-0043.
- MALHARIA CLIPER LTDA.** — Rua Barbosa Lima, 283 — Juiz de Fora — Fone 454 — Minas Gerais.
- CIA. FIAÇÃO E TECELAGEM DE MALHA "ANTONIO MEURER"** — "Marangon" — Rua Espírito Santo, 529 — Juiz de Fora.
- CIA. INDUSTRIAL E CONSTRUTORA PANTALEONE ARCURI** — Casa fundada em 1895 — Rua Espírito Santo, 476 — Caixa Postal, 37 — Juiz de Fora — Minas Gerais.
- CIA. FIAÇÃO E TECELAGEM MORAES SARMENTO** — Caixa Postal, 47 — Tel. 1143 — Juiz de Fora — Minas Gerais.
- FERREIRA GONÇALVES & CIA. LTDA.** — Artigos sanitários em geral e instalações sanitárias — Avenida Paraná n. 59 — Belo Horizonte — Minas Gerais.
- PRODUTOS ROCHE — QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A.** — Rua Moraes e Silva, 30 — Rio de Janeiro.
- BANCO FINANCIAL NOVO MUNDO S.A.** — Matriz: Rua do Carmo n. 65 — Tel. 52-4013 — Agências: Rua Figueiredo Magalhães, 22 — Tel. 37-9223 — Rua 24 de Maio, 1357 — Tel. 48-2400.
- TIC-TAC** — Fábrica de calçados para homens, sob medida e consertos em geral — Rua Caetés n. 487 — Tel. 2-2072 — Belo Horizonte.
- RELOJOARIA DE MARCO** — Tel. 2-7889 — Av. Afonso Pena n. 395 — Belo Horizonte.
- ELETR-ARTE** — J. Maciel — Rádios e acessórios — Tel. 4-4033 — Av. Santos Dumont n. 380 — Belo Horizonte.

ATOS OFICIAIS

**Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra,
publicados no mês de fevereiro de 1953**

PORTARIA N. 58 — DE 31 DE JANEIRO DE 1953

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, usando das atribuições que lhe conferem os Decretos-leis ns. 9.100, de 27 de março de 1946, art. 20 e 9.120, de 2 de abril de 1946, art. 60 e, tendo em vista as disposições dos Decretos ns. 31.210 e 31.211, ambos de 29 de julho de 1952 e n. 31.392, de 5 de setembro de 1952, determina:

1º. Os órgãos a que se referem os Decretos citados ficam assim constituídos e com atribuições e subordinação a seguir especificadas:

DA INSPETORIA GERAL

A) A Inspetoria Geral (IG) é o órgão imediatamente subordinado ao Ministro da Guerra, destinado a proceder, por determinação desta autoridade, a verificações, inspeções ou outras quaisquer formas de investigações, que concernem à execução dos programas e planejamentos em curso, ao bom funcionamento e coordenação dos órgãos do Alto Comando do Exército.

B) Terá este órgão a seguinte composição:

- Inspetor;
- Gabinete;
- Divisão de Inspeção de Comando;
- Divisão de Inspeção de Administração.

II

DO ESTADO-MAIOR DO EXERCITO

A) O Estado-Maior do Exército (EME) é o principal órgão auxiliar do Ministro da Guerra para estudos, orientação doutrinária, coordenação e verificação da execução das medidas relacionadas com o Alto Comando do Exército. Cabe-lhe elaborar os planejamentos, as diretrizes, instruções e demais normas referentes à organização, localização, instrução, controle e emprego das Forças Terrestres, bem como os de mobilização do pessoal, material, técnico e industrial e da organização do equipamento territorial do país no que interessa ao Exército, na conformidade das Diretrizes do Comandante-Chefe das Forças Armadas, por intermédio do Estado-Maior da Forças Armadas e do Conselho de Segurança Nacional.

B) Sua estrutura interna terá a seguinte organização :

1) Chefia :

- Chefe ;
- Gabinete.

2) Subchefia Executiva :

- Subchefe ;
- Assistentes da Subchefia ;
- Cinco Secções.

3) Subchefia de Planejamento :

- Subchefe ;
- Assistentes da Subchefia ;
- Três Secções.

C) São órgãos diretamente subordinados ao Estado-Maior do Exército :

- A Inspetoria de Artilharia de Costa e a Artilharia Antiaérea ;
- A Diretoria Geral de Ensino ;
- A Escola de Estado-Maior.

1) A *Inspetoria de Artilharia de Costa e de Artilharia Antiaérea* (IACAA A6), órgão de direção técnico-especializado, é destinado a colaborar nos planejamentos visando a defesa dos portos e regiões sensíveis do litoral e do interior do país, nos seus aspectos peculiares e, em particular, nos estudos e controle técnicos sobre a organização e o aparelhamento em materiais específicos, promovendo e assegurando o melhor rendimento e eficiência do sistema de defesa, no que lhe diz respeito.

Compreende a seguinte estrutura :

- Inspetor ;
- Gabinete ;
- Divisão Administrativa ;
- Divisão de Inspeção de Artilharia de Costa (DIAC) ;
- Divisão de Inspeção de Artilharia Antiaérea (DIAAA6) ;
- Divisão de Planejamento e Informações (DPI).

2) A *Diretoria Geral de Ensino* (DGE) centralizará todas as atividades de ensino de preparação básica, formação, especialização e aperfeiçoamento do Exército, de acordo com diretrizes e normas baixadas pelo EME.

A organização da Diretoria Geral e dos órgãos que lhe são subordinados será :

a) *Diretoria Geral* :

- Diretor ;
- Gabinete ;
- Divisão de Planejamento ;
- Divisão Técnica ;
- Divisão Administrativa.

b) *Diretoria de Instrução (D Inst) :*

Diretor ;

— Gabinete ;

— Divisão Administrativa ;

— Escolas, Estabelecimentos e Centros de Ensino e Formação subordinados :

— Academia Militar das Agulhas Negras ;

— Escola de Sargentos das Armas ;

— Escolas Preparatórias de São Paulo, Porto Alegre e Fortaleza ;

— Escola de Saúde ;

— Escola de Veterinária ;

— Colégio Militar do Rio de Janeiro ;

— Escola de Educação Física.

c) *Diretoria de Armas (DA) :*

— Diretor ;

— Gabinete ;

— Divisão Administrativa ;

— Três Divisões ;

— Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

d) *Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo (CAER)*, com as tarefas e atribuições atuais, terá a seguinte organização :

— Comandante ;

— Quartel-General ;

— Estado-Maior ;

— Ajudância Geral ;

— Órgãos subordinados :

— Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais ;

— Escola de Motomecanização ;

— Escola de Instrução Especializada ;

— Escola de Transmissões ;

— Escola de Artilharia de Costa ;

— Centro de Instrução de Defesa Antiaérea ;

— Curso Especial de Equitação ;

— Grupamento de Unidades-Escola.

e) *Curso de Classificação do Pessoal* (subordinado à Divisão Técnica da Diretoria Geral de Ensino).

III

DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

A) O *Departamento Geral de Administração (DGA)* é o órgão administrativo auxiliar do Ministro da Guerra, destinado a superintender os assuntos referentes aos recursos em pessoal e material de que necessita

o Exército em tempo de paz, a planejar e fazer executar o conjunto de medidas relativas ao aproveitamento e mobilização do potencial humano disponível, ao equipamento do território nacional, tendo em vista o provimento de necessidades de organização, de emprego e de apoio logístico das Forças Terrestres na paz e na guerra, tudo no que interessa aos órgãos que lhe são inerentes e de conformidade com a orientação do Alto Comando do Exército.

Cabe-lhe, assim, a elaboração do planejamento e a execução de planos, programas, diretrizes básicas, que sejam da sua alçada, bem como a verificação da execução integral dos demais programas e planos complementares decorrentes, sob a responsabilidade das Diretorias subordinadas.

Periódicamente, comunica ao Alto Comando do Exército o andamento da execução de seus programas.

B) Sua estrutura interna terá a seguinte organização:

1) *Chefia* :

- Gabinete ;
- Divisão Administrativa.

2) *Subchefia Executiva* :

- Subchefe ;
- Assistentes ;
- Três Divisões.

3) *Subchefia de Planejamento* :

- Subchefe ;
- Assistentes ;
- Três Divisões.

C) São órgãos diretamente subordinados ao DGA :

- a Diretoria Geral do Pessoal ;
- a Diretoria Geral do Material Bélico ;
- a Diretoria Geral de Engenharia ;
- a Diretoria Geral do Serviço Militar ;
- a Diretoria Geral de Intendência ;
- a Diretoria Geral de Saúde ;
- a Diretoria Geral de Remonta.

1) *A Diretoria Geral do Pessoal (DGP)*, cabe a distribuição e movimentação de oficiais e praças das Armas e dos Serviços, e bem assim, dos funcionários civis lotados no Ministério da Guerra.

No que concerne aos Oficiais dos Quadros de Estado-Maior, Técnicos, Saúde, Intendência e Veterinária, os respectivos processos de classificação e movimentação serão iniciados nos órgãos a eles inerentes, com encaminhamento ao DGA por intermédio da DGP, para os efeitos de expediente final.

Compreende a seguinte estrutura :

a) *Diretoria Geral* :

- Diretor ;
- Gabinete ;

- Divisão Administrativa ;
- Divisão do Pessoal Civil.

b) *Diretoria do Pessoal das Armas (DPA) :*

- Diretor ;
- Gabinete ;
- Divisão Administrativa ;
- 1ª Divisão (Oficiais) ;
- 2ª Divisão (Praças).

c) *Diretoria do Pessoal dos Serviços (DPS) :*

- Diretor ;
- Gabinete ;
- Divisão Administrativa ;
- 1ª Divisão (Oficiais) ;
- 2ª Divisão (Praças).

d) Passa a ser elemento subordinado à DGP a Comissão de Promoções do QAO.

2) A *Diretoria Geral do Material Bélico (DGMB)* é órgão destinado a promover os suprimentos e a manutenção básica do material bélico do Exército, tendo em vista o treinamento, a mobilização e o emprego das Forças Terrestres, supervisionando, coordenando e fiscalizando todas as tarefas e atividades relacionadas com o armamento e a motomecanização, de modo a assegurar o eficiente aparelhamento do Exército.

Compreende a seguinte estrutura :

a) *Diretoria Geral :*

- Diretor ;
- Gabinete ;
- Divisão Administrativa ;
- Divisão de Mobilização ;
- Divisão de Planejamento, Inspeção e Coordenação.

b) *Diretoria de Armamento :*

- Diretor ;
- Gabinete ;
- Divisão Administrativa ;
- Três Divisões especializadas.

c) *Diretoria de Motomecanização :*

- Diretor ;
- Gabinete ;
- Divisão Administrativa ;
- Três Divisões especializadas.

3) A *Diretoria Geral de Engenharia (DGE)* cabe superintender todas as tarefas e atividades relacionadas com os suprimentos e a manutenção dos materiais de Engenharia e Transmissões, tendo em vista

- Divisão de Planejamento e Coordenação ;
- Divisão Administrativa ;

b) *Diretoria Técnica :*

- Assistentes ;
- Quatro Divisões.

c) *Diretoria Administrativa :*

- Assistentes ;
- Quatro Divisões.

d) os demais órgãos subordinados constam do respectivo Regulamento.

7) A *Diretoria Geral de Remonta (DGR)* cabe superintender as questões relacionadas com as aquisições, o adestramento e a provisão em animais para o Exército, bem assim a preservação de sua integridade física, necessários à mobilização e ao emprego das Forças Terrestres. Complementarmente, cabe-lhe estimular a criação de animais e promover a organização e desenvolvimento de granjas necessárias à vida do Exército, em tempo de paz.

Compreende a seguinte estrutura :

a) *Diretoria Geral :*

- Diretor ;
- Gabinete ;
- Divisão Administrativa ;
- Divisão de Mobilização.

b) *Diretoria de Provisão Animal :*

- Diretor ;
- Gabinete ;
- Divisão Administrativa ;
- Duas Divisões.

c) *Diretoria de Veterinária :*

- Diretor ;
- Gabinete ;
- Divisão Administrativa ;
- Duas Divisões.

IV.

DO DEPARTAMENTO TÉCNICO E DE PRODUÇÃO

A) O Departamento Técnico e de Produção (DTP) é o órgão técnico e industrial, auxiliar imediato do Ministro da Guerra, no que tange à manutenção avançada, produção e aquisição de equipamentos bélicos.

Destina-se a centralizar, supervisionar as atividades de caráter técnico, científico e industrial de toda e qualquer produção e manutenção de material de guerra necessário ao Exército ou que lhe possa inte-

ressar, bem como fiscalizar e coordenar o ensino técnico-profissional ministrado nos órgãos subordinados. Em ligação com o Estado-Maior do Exército, coordena as questões referentes ao ensino ministrado na ETE, de acordo com as necessidades técnicas do Departamento e a formação inicial a cargo da Diretoria Geral de Ensino.

Embora essencialmente técnico, esse Departamento engloba também uma parte administrativa peculiar cuja finalidade é a de facilitar as pesquisas técnicas de interesse para o Exército em geral, a manutenção e a produção nas melhores condições de tempo, de emprego e de economia.

Mediante deliberação do Alto Comando do Exército, o Departamento Técnico e de Produção planeja os programas e diretrizes para a manutenção, produção e aquisição de material bélico, de engenharia, obras e de comunicações submetendo-os, a seguir, à consideração do Ministro da Guerra, por intermédio daquele mesmo órgão.

Além disso, tendo em vista a melhor coordenação das atividades de seus elementos componentes imediatos ou não, de cuja produção deve estar sempre inteirado, o Departamento Técnico e de Produção formula, com a devida antecedência, todas as ordens, programas, planos ou diretrizes de execução, de previsões e exames tecnológicos, de conformidade com as decisões do Ministro da Guerra.

Promove igualmente o impulso industrial bélico, atraindo e estimulando as indústrias nacionais mediante assistência técnica, o controle e as aquisições que se fizerem necessárias.

Cabe-lhe também preparar a mobilização industrial e técnica do País de tudo que possa ser do interesse do Exército, segundo as normas e diretrizes do Estado-Maior do Exército, oriundas do Conselho de Segurança Nacional.

B) Sua estrutura interna terá a seguinte organização:

1) Chefia:

- Chefe;
- Gabinete;
- Divisão Administrativa;
- Divisão de Planejamento, Coordenação e Ensino;
- Divisão do Pessoal Técnico.

2) Subchefia:

- Subchefe;
- Assistentes;
- Divisão de Previdência, Higiene e Segurança do Trabalho;
- Divisão de Mobilização.

C) São órgãos subordinados ao DTP:

- a Diretoria de Obras e Fortificações;
- a Diretoria de Fabricação;
- a Diretoria de Estudos e Pesquisas Tecnológicas;
- a Diretoria do Serviço Geográfico;
- a Escola Técnica do Exército.

1) A *Diretoria de Obras e Fortificações (DOFE)* cabe as atribuições fixadas no atual Regulamento.

Compreende a seguinte estrutura :

- Diretor ;
- Gabinete ;
- Divisão Administrativa ;
- Quatro Divisões.

2) A *Diretoria de Fabricação (DF)* permanece com as atribuições atuais.

Compreende a seguinte estrutura :

- Diretor ;
- Gabinete ;
- Divisão Administrativa ;
- Três Divisões.

Terá como órgãos imediatos de execução :

- Fábricas e Estabelecimentos Fabris ;
- Arsenais, Órgãos de Manutenção avançada e Recuperação de Material.

3) A *Diretoria de Estudos e Pesquisas Tecnológicas (DEPT)*, criada pela transformação do Serviço Tecnológico, cabe as atribuições que pertenciam àquele Serviço.

Compreende a seguinte estrutura :

- Diretor ;
- Gabinete ;
- Divisão Administrativa ;
- Seis Divisões.

Para execução de sua tarefa ficam-lhe diretamente subordinados o Instituto Militar de Tecnologia e o Campo de Provas da Marambaia. O primeiro continuará provisoriamente na Escola Técnica do Exército, mas tecnicamente dependente da DEPT, para efeito de execução de serviços.

4) A *Diretoria do Serviço Geográfico (DSG)*, com as atribuições e tarefas, terá a seguinte organização :

- Diretor ;
- Gabinete ;
- Divisão Administrativa ;
- Divisão de Planejamento e Coordenação ;
- Divisão do Pessoal ;
- Cinco Divisões especializadas.

Passará a ter como órgãos de execução central e regional :

- o Parque Central de Material Técnico ;
- o Parque Central de Material Técnico e Cartas ;
- as Divisões de Levantamento ;
- as Comissões de Levantamento.

V

DO COMANDO DAS ZONAS MILITARES

A) O Comando de Zona Militar (ZM) é o órgão do Alto Comando do Exército, auxiliar do Ministro da Guerra, destinado a supervisionar, coordenar e fiscalizar as atividades dos Comandantes das Regiões Militares sob a sua respectiva jurisdição em tudo que for concernente à preparação das Grandes Unidades e outras forças para a execução do que estiver previsto nos planos gerais e diretrizes estabelecidos pelo Estado-Maior do Exército.

B) O Comando de Zona Militar exerce, diretamente, sua ação de Comando sobre as Regiões Militares com sede no Território sob sua jurisdição.

C) Comando de Zona Militar compreende :

- Comandante e Quartel-General ;
- Regiões Militares.

D) O Território atribuído a um Comando de Zona Militar, pode abranger uma ou mais Regiões Militares.

Para efeitos territoriais, são 4 (quatro) os Comandos de Zona Militar, a saber :

- Comando da Zona Militar do Norte (CZMN) : compreendendo as 6ª, 7ª, 8ª e 10ª Regiões Militares, com sede em Recife ;
- Comando da Zona Militar de Leste (CZML) : compreendendo as 1ª e 4ª Regiões Militares, com sede na Capital Federal ;
- Comando da Zona Militar do Centro (CZMC) : compreendendo as 2ª e 9ª Regiões Militares, com sede em São Paulo ;
- Comando da Zona Militar do Sul (CZMS) : compreendendo as 3ª e 5ª Regiões Militares, com sede em Porto Alegre.

E) A disciplina fica diretamente subordinada ao Comandante da Zona Militar no território de sua jurisdição.

F) O Comando da Zona Militar dispõe de uma Chefia de Polícia, integrante do seu Quartel-General e sob a direção de um oficial superior.

G) Para exercício de suas altas atribuições disciplinares os Comandantes da Zona Militar deverão atuar diretamente nas Regiões e Núcleos policiais de guarnições, promovendo a movimentação, a coordenação e a ação desses elementos, segundo as exigências gerais da disciplina territorial e as contingências ocasionais.

H) As Unidades e Subunidades de Polícia do Exército são órgãos especializados, destinados à manutenção da ordem nos âmbitos regionais e de Guarnições das Grandes Unidades, segundo as normas gerais determinadas pelos Comandantes de Zona. Nas sedes dos Comandos de Zona ficam subordinadas diretamente aos mesmos.

I) Para efeito dessas determinações no que concerne à Capital Federal, sede do Ministério da Guerra, o Comandante da Zona Militar de Leste coordenará a sua atuação com os demais órgãos do Alto Comando no que interessar às organizações subordinadas a estes últimos.

VI

DA REGIÃO MILITAR

A) A Região Militar (RM), diretamente subordinada ao Comando da Zona Militar, cabe:

- Assegurar a execução do serviço militar e o preparo e treinamento das referidas reservas;
- Preparar e executar a mobilização militar e o equipamento territorial no que concerne às forças terrestres;
- Dirigir e controlar os serviços territoriais para atender às Grandes Unidades e demais órgãos com sede no Território;
- Preparar (organizar, instruir e mobilizar) para a guerra as Grandes Unidades e Unidades de Tropa e Serviço que lhe sejam atribuídas;
- Assegurar a disciplina em geral e promover a justiça no âmbito regional em consonância com as decisões do Comando da Zona.

B) Os Comandos Regionais centralizam todos os assuntos relativos à Justiça no âmbito regional.

C) O Comando Regional exerce as suas atribuições no âmbito regional segundo a Divisão territorial prescrita pelo art. 1º, Capítulo I, do Decreto-lei n. 9.120, de 2 de abril de 1946.

D) O Comando Regional compreende:

- Comandante e Quarte-General;
- Grandes Unidades, Unidades e Subunidades das Armas e dos Serviços que lhe sejam atribuídas;
- Órgãos regionais de mobilização, recrutamento e reserva;
- Órgãos regionais de Serviços, para apoio logístico das Unidades das Armas e Serviços sediados no âmbito regional;
- Os Centros e Cursos (de preparação da reserva), as Repartições e Estabelecimentos de sua jurisdição;
- Os Campos de Instrução e Órgãos de Adestramento militar que lhes sejam afetos.

E) A Artilharia de Costa e a Artilharia Antiaérea são órgãos regionais tecnicamente subordinados à Inspetoria de Artilharia de Costa e Antiaérea para efeitos de planejamentos, preparação e controle.

VII

DAS GRANDES UNIDADES

A) As Grandes Unidades (GU), diretamente subordinadas aos Comandos das Regiões, com uma composição específica, homogênea ou não, constante dos quadros de organização, são órgãos de batalha ou de combate, disciplinados, administrados, instruídos e preparados para a guerra, sob a responsabilidade direta de seus respectivos comandantes.

B) A Divisão é a Grande Unidade normalmente subordinada ao Comando das Regiões podendo, segundo sua constituição, revestir as formas de:

- Infantaria (DI);
- Cavalaria (DC);
- Blindada (DB);
- Aeroterrestre (D Aé T).

Elas compreendem normalmente :

- Comandante e Quartel-General ;
- Unidades das diferentes Armas e Serviços ;
- Unidades especiais.

Qualquer delas, além de seus elementos orgânicos, pode comportar uma proporção variável de outras unidades ou subunidades das Armas e Serviços, conforme a finalidade a que se destinar.

C) A Divisão de Infantaria, na paz, comporta além dos elementos acima :

- O Comandante da Infantaria Divisionária (ID) ;
- O Comandante da Artilharia Divisionária (AD).

D) As Brigadas atualmente existentes ou as que por quaisquer motivos possam ser organizadas, dependem diretamente do Comando das Regiões na jurisdição do território em que se localizarem.

VIII

DA SECRETARIA GERAL DO MINISTERIO DA GUERRA

A) A *Secretaria Geral do Ministério da Guerra* (SGMG) é órgão auxiliar do Ministro da Guerra e permanecerá com as atribuições atuais.

B) A *Secretaria* compreende :

- Secretário ;
- Gabinete ;
- Divisão Administrativa ;
- Duas Divisões.

C) Continuam subordinados à *Secretaria Geral do Ministério da Guerra* os seguintes Órgãos e Comissões :

- Diretoria do Arquivo do Exército ;
- Biblioteca Militar ;
- Administração do Palácio da Guerra ;
- Museu Militar ;
- Gabinete Fotocartográfico ;
- Imprensa Militar ;
- Secção Especial da Força Expedicionária Brasileira ;
- Restaurante do Ministério da Guerra.

2º. Enquanto não forem baixados os novos Regulamentos ou Instruções para o funcionamento dos órgãos criados e reestruturados, constantes da presente Portaria, suas atividades administrativas e técnicas serão asseguradas pelos atuais regulamentos das respectivas Diretorias, ressalvadas as modificações ora introduzidas.

O EME solucionará nesta fase de transição, os conflitos que por acaso surgirem e que não possam ou devam ser solucionados pelos Inspectores, Comando, Chefes e Diretores de Serviços.

3º. O EME baixará Organogramas e a distribuição dos Quadros de Efetivo de cada órgão criado ou reestruturado, documentos estes que servirão de base para o estabelecimento e confecção dos respectivos regulamentos.

4°. A Diretoria do Pessoal dos Serviços só entrará em pleno funcionamento a partir de 1 de abril de 1953.

A distribuição e movimentação de oficiais e praças dos Serviços e, bem assim, dos servidores civis, será realizada até 31 de março próximo pelas respectivas Diretorias dos Serviços e pela Secretaria Geral do Ministério da Guerra.

Entendimentos prévios deverão ser realizados entre os órgãos interessados e a Diretoria Geral do Pessoal, de modo a ter, na primeira data acima, a movimentação e lotação de oficiais e praças das Armas e dos Serviços e, bem assim, dos civis através da referida Diretoria Geral.

5. Os Comandantes, Inspetores, Chefes e Diretores dos diversos órgãos do Exército criados e reestruturados, dentro das normas aqui estabelecidas e das instruções baixadas pelo EME, enquanto não aprovados os novos regulamentos, deverão ajustar e harmonizar as atividades dos órgãos subordinados, respeitando, tanto quanto possível, os regulamentos existentes.

6°. O título "Transmissões" nos Estabelecimentos, Repartições e demais órgãos do Exército, a partir da data da publicação desta Portaria, será substituído pela designação de "Comunicações".

7°. Deverão ser apresentados até 31 de março do corrente ano os projetos de regulamentos dos novos órgãos, de acordo com as normas estabelecidas nesta Portaria e levando-se em consideração as prescrições do R. 150.

8°. O EME elaborará as propostas para as novas Leis Básicas do Exército, de caráter definitivo, adotando as medidas provisórias estabelecidas em Decretos e Portarias.

9°. A presente Portaria terá seu início de execução na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, D.F., 31 de janeiro de 1953.

(a) *Cyrol Espirito Santo Cardoso*

("Diário Oficial" de 3-II-53.)

* * *

AVISO N. 107 — EM 4-II-53

Considerando que:

— apesar da fiel execução do que prescreve a Lei do Serviço Militar, quanto à incorporação de conscritos pertencentes a municípios agrícolas, em certas regiões do país a dispensa de incorporação torna-se impossível;

— há necessidade de conciliar os interesses em jogo, de um lado o serviço militar e do outro a produção agrícola, base de nossa prosperidade, resolvo:

1. Autorizar aos Comandantes de Regiões Militares, a permitir a dispensa de serviço, até 30 dias, dos conscritos oriundos da lavoura, no

período do plantio ou colheita das culturas.

2. Tal autorização deve ser utilizada, no entanto, tão somente quando o afastamento ocasional de lavradores venha prejudicar ponderavelmente a produção agrícola da região.

3. Determinar como norma geral a fim de possibilitar o reajustamento dos programas de instrução que tais dispensas deverão atender as culturas cuja época de colheita for a mesma.

4. Determinar ainda que em cada Corpo de Tropa as turmas de dispensados não poderão exceder de 5 % dos respectivos efetivos legais. (a) *Cyrol Espirito Santo Cardoso*.

PORTARIA N. 78 — EM 5-II-953

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolveu aprovar as instruções para os Centros Regionais de Preparação de Graduados da Reserva (C.R.P.G.R.) que com esta baixam, elaboradas pelo Estado-Maior do Exército.

Instruções gerais para os Centros Regionais de Preparação de Graduados da Reserva (C.R.P.G.R.).

Considerando que o atual sistema de convocação para o Serviço Militar possibilita uma seleção melhor dos elementos que anualmente devem ser incorporados;

Considerando que o número limitado de vagas condicionado às instalações dos C.P.O.R. e N.P.O.R. resulta num elevado excesso de jovens aproveitáveis, para a formação de graduados particularmente de determinadas qualificações militares das quais se verificam claros na reserva, resolvo:

1. São criados para funcionamento em 1953, em caráter experimental, os Centros Regionais de Preparação de Graduados da Reserva (CRPGR).

2. Os C.R.P.G.R. terão âmbito regional e reger-se-ão pelas presentes Instruções e pelas Instruções Provisórias baixadas com a Portaria n. 81, de 17 de maio de 1949 (publicadas no B.E. n. 23, de 1949) que regulam o funcionamento da E.I.E., em cujos moldes deverão ser organizados.

3. Em 1953 poderão ser organizados C.R.P.G.R., anexos a Unidades das Regiões Militares, sendo que na 1ª Região Militar, além dos que forem previstos para Corpos de Tropa, deverá ser organizado um na E.I.E., de acordo com a capacidade daquela Escola.

* *

AVISO N. 135 — EM 13-II-953

Considerando que os alunos das Escolas Preparatórias são submetidos, para o término do curso, a rigoroso exame físico equivalente

ao que se exige para ingresso na Academia Militar das Agulhas Negras, resolvo:

Ficam dispensados do exame físico — para matrícula na Academia Militar das Agulhas Negras — os candidatos oriundos das Escolas Preparatórias. (a) *Cyrol Espirito Santo Cardoso*.

* *

AVISO N. 141 — EM 18-II-953

Há conveniência, para o Exército na melhoria das condições técnicas da produção de armas longas de caça.

Os fabricantes nacionais não procuraram, entretanto, se enquadrar, até o presente, nas disposições do Decreto-lei n. 300, de 24-II-938, que regula, em seu Capítulo XXVI, o caso dos similares e seu registro nesta categoria, pelo Ministério da Fazenda, de acordo com o art. 96, do citado diploma legal.

Com o objetivo de atender aos interesses da Segurança Nacional e ao do consumidor de produtos controlados pelo Ministério da Guerra, só serão liberados pedidos de importação de carabinas cal. 16 a 36 de um cano, quando acompanhados de comprovante da compra do produto nacional correspondente em quantidade igual a 1/3 da encomenda. (a) *Cyrol Espirito Santo Cardoso*.

* *

AVISO N. 142 — DE 18-II-953

O art. 61 do C.V.V.M. estabelece que faz jus à diária industrial, nos dias de efetivo serviço, o militar que servir em fábricas e arsenais militares, considerados dias de efetivo serviço os domingos e feriados intercalados entre os dias úteis em que for devida a vantagem.

O Aviso n. 513-Sec. Exp., de 23 de julho de 1952, fixou para os Estabelecimentos Fabris, Comerciais e Parques, o horário de 7 às 16,45, enquadrado no Decreto Decreto n. 26.299, de 31 de janeiro

de 1949, quanto ao número de horas de trabalho distribuindo-se, dessa forma, pelos 5 dias da semana as horas de serviço correspondente ao sábado que fica, assim, livre.

Estando atendida, dêsse modo, a idéia contida no citado art. 61, do C.V.V.M., de atribuir a diária industrial ao militar que está em exercício efetivo normal em fábricas e arsenais, declaro que o direito àquela vantagem não fica interrompido pela ocorrência do sábado sem trabalho nas condições acima.

(a) *Cyro Espírito Santo Cardoso.*

* *

AVISO N. 154 — EM 19-II-953

Consulta o Chefe do Estabelecimento de Finanças da 2ª Região Militar, se a gratificação de serviço Industrial, considerando o artigo 68, do C.V.V.M., pode ser paga simultaneamente com a gratificação de especialidade e função, especificada no Capítulo IX do referido Código.

Em solução declaro que não poderão ser pagas cumulativamente a gratificação de especialidade e função com a outra atribuída ao serviço a que pertence a praça, tendo em vista a proibição expressa no art. 3º, do Decreto n. 30.034, de 1 de outubro de 1951 (a) *Cyro Espírito Santo Cardoso.*

* *

AVISO N. 155 — EM 19-II-953

Em face do Parecer n. 471, de 18 de dezembro de 1952, do Consultor Jurídico deste Ministério, torno insubsistente os Avisos números 433, de 24 de junho de 1949 e 515, de 16-VIII-950 versando sobre a aplicação aos cabos do Exército com direito a permanência nas fileiras até ao limite da idade, das disposições constantes do art. 102, alínea b), n. 3, do Estatuto dos Militares. (a) *Cyro Espírito Santo Cardoso.*

AVISO N. 156 — EM 19-II-953

Atendendo a que existem organizações militares cujas sedes são servidas por transportes rodoviários e que estes, muitas vezes, são mais em conta que outros meios de transporte disponíveis por essas organizações;

Atendendo a que a capacidade das estradas de ferro é insuficiente para as necessidades do Exército e tendo em vista o disposto no art. 229, do C.V.V.M., resolvo autorizar as requisições de transportes rodoviários para qualquer natureza de carga nas localidades não servidas por estradas de ferro, nos trajetos onde aquele frete for igual ou menos oneroso face aos existentes, nos casos de urgência.

Essas requisições serão sempre acompanhadas do empenho respectivo.

* *

AVISO N. 170 — EM 23-II-953

Tendo em vista a proposta do Presidente da Comissão Especial do Serviço Social do Exército e atendendo a necessidade de coletar dados precisos para o cálculo atuarial nos futuros Seguros de Vida e nas Pensões que ficarão a cargo do Serviço Social, após sua criação, resolvo:

I — A partir de 1 de janeiro de 1953 deverão os Corpos, Estabelecimentos e Repartições comunicar à Comissão Especial do Serviço Social do Exército o falecimento:

a) Do militar da ativa (oficiais, subtenentes, sargentos, cabos e soldados);

b) Do militar da reserva remunerada (oficiais, subtenentes e sargentos);

c) Do militar reformado (oficiais, subtenentes e sargentos).

II — Nessa comunicação deverá constar:

Pôsto;

Nome;

Ano de nascimento;

Data do falecimento;

Estado civil
e quando se tratar de militar da
ativa se o falecimento resultou de
acidente em serviço.

• •

AVISO N. 177 — EM 24-II-953

A fim de se evitar despesas inúteis e facilitar o controle e a fiscalização do pagamento das vantagens que, por sua natureza, estão sujeitas ao exame prévio, as organizações militares, além dos dispositivos em vigor que regulam o assunto, obedecerão mais às seguintes normas:

1°. As folhas, para o pagamento das vantagens aos oficiais e graduados, a que se refere a Portaria n. 59, de 29 de fevereiro de 1952, passarão a ser organizadas pelas tesourarias das organizações que terão também a seu cargo o pagamento das referidas vantagens. Na mencionada folha será incluída a "Gratificação de Guarnição Especial" por se tratar de pagamento sujeito a exame prévio.

2°. A "Gratificação de Guarnição Especial" quando atribuída aos soldados não será objeto de organização de folhas destinadas a exame prévio.

A referida vantagem passará a figurar na folha atinente ao pagamento dos vencimentos e etapas, evitando-se, assim, a multiplicidade de folhas para pagamento de pequenas importâncias.

3°. No intuito de facilitar não só a organização das folhas de pagamento, quer de vencimentos, quer de vantagens, todo o militar ou serventuário civil, qualquer que seja o posto, graduação, categoria ou função, quando incluído em folha pela primeira vez, deverá figurar no fim da mesma. E do mesmo modo se procederá com relação aos que derem alteração, por qualquer motivo; mesmo em caso de reforma de empréstimo, em que os descontos não variam, será obedecido o princípio ora estabelecido.

4°. Consoante à Demonstração-base, as organizações militares deverão obedecer, rigorosamente, quanto à sua organização, ao modelo publicado no Boletim do Exército n. 10, de 8 de março de 1952. Assim não deverão incluir, como pertencentes à unidade, militares ou serventuários civis, que se encontram, eventualmente vinculados à organização para efeito de percepção de vencimentos e vantagens. Da Demonstração-base, devem figurar somente os elementos constantes dos quadros de efetivos.

ALVARO LEAL & CIA.

REPRESENTAÇÕES

AVENIDA VISCONDE DE GUARAPUAVA, 2649 — 1º ANDAR

CURITIBA — PARANÁ — BRASIL

Agentes de: S/A. FABRICA COLOMBO — RIO E SÃO PAULO

"DOCES COLOMBO"

PRODUTOS GENSER S/A. — SÃO PAULO

"Avela GENSER"

IRMÃOS SUMIDA — Registro — ESTADO DE SÃO PAULO

"CHA NACIONAL marca REGINA, tipo índia"

(N. 17)

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Padre J. Busato.
Professor J.P. Galvão de Souza.
Professor Oliveira Vianna.
Gen. Manoel Ignacio C. da Fontoura.
Cel. Adauto Castello Branco Vieira.
Cel. Ivano Gomes.
Cel. João Baptista de Magalhães.
Ten.-Cel. M.A. Pires de Azambuja.
Ten.-Cel. Floriano Möller.
Ten.-Cel. João Baptista Peixoto.
Maj. Armando Bergamini.
Maj. Cesar Neves.
Maj. Heraclides de Araujo Nelson.
Cap. Marcio Ramos.
1º Ten. Gustavo Lisboa Braga.
2º Ten. Q.A.O. Vasco Ribeiro da Costa.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1953